

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

JOÃO BOSCO RODRIGUES

**NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DA CONSTITUIÇÃO DA SAÚDE MENTAL
NO MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS: MEMÓRIAS DO PASSADO PELA LUTA
ANTIMANICOMIAL**

**Bagé
2023**

JOÃO BOSCO RODRIGUES

**NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DA CONSTITUIÇÃO DA SAÚDE MENTAL
NO MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS: MEMÓRIAS DO PASSADO PELA LUTA
ANTIMANICOMIAL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado Acadêmico em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino.

Orientador: Professor Dr. Alessandro de Carvalho Bica.

**Bagé
2023**

JOAO BOSCO RODRIGUES

**NARRATIVAS AUTOBIOGRÁFICAS DA CONSTITUIÇÃO DA SAÚDE MENTAL
NO MUNICÍPIO DE BAGÉ/RS: MEMÓRIAS DO PASSADO PELA LUTA
ANTIMANICOMIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Dissertação defendida e aprovada em: 09 de fevereiro de 2023.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Alessandro Carvalho Bica Orientador
(UNIPAMPA)

Prof.^a Dr.^a Ana Cristina da Silva Rodrigues (UNIPAMPA)

Prof.^a Dr.^a Suzana de Jesus(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Jorge Luiz da Cunha(UFSM)



Assinado eletronicamente por **SUZANA CAVALHEIRO DE JESUS, PROFESSOR DO MAGISTERIOSUPERIOR**, em 09/02/2023, às 18:05, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ALESSANDRO CARVALHO BICA, PROFESSOR DO MAGISTERIOSUPERIOR**, em 13/02/2023, às 15:57, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **JORGE LUIZ DA CUNHA, Usuário Externo**, em 04/03/2023, às 17:00, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **ANA CRISTINA DA SILVA RODRIGUES, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/03/2023, às 15:43, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1044352** eo código CRC **171D9ABA**.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais)

R696n Rodrigues, João Bosco

Narrativas autobiográficas da constituição da saúde mentalno município de Bagé/RS:
memórias do passado pela luta antimanicomial / João Bosco Rodrigues.

175 p.

Dissertação (Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM
ENSINO, 2023.

"Orientação: Alessandro Carvalho Bica".

1. História. 2. Saúde mental. 3. Educação. 4. Narrativasautobiográficas. 5.
Imprensa. I. Título.

Agradecimentos

Os “sopros auspiciosos” de gratidão vão diretamente a “Natureza” e a sua “Lei”. A natureza que está em todo o Universo e que integra todos os seres vivos, em suas múltiplas e diversas manifestações! A dádiva de ser vivo e fazer da existência algo histórico, cultural e social (FREIRE, 1999), é de reconhecer e agradecer, as pessoas que sonharam, pensaram e idealizaram a Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), num processo educativo, condizente com os princípios e fundamentos da formação humana, ética, reflexiva, propositiva e emancipatória, comprometida com o desenvolvimento humano em condições de sustentabilidade; com sentido público, de gestão democrática, com gratuidade e intencionalidade da formação e da produção do conhecimento, pelo compromisso com o desenvolvimento regional e pelo prisma de um País justo, democrático e com igualdade. Agradecimento a ampla e plena acessibilidade com a qual sonhamos, pois é um exemplo, na prática, da importância do fomento às Políticas Públicas, que no caso, é a implantação da instituição, espalhada em seus dez campi, que, com certeza, com os maravilhosos ventos de hoje, há condições de cada vez mais efetivar os espaços e saberes com suas práticas exitosas, cujos benefícios e resultados estão visíveis na nossa sociedade. Essas unidades geram diariamente a participação ativa e solidária, em cada comunidade universitária, no cotidiano de suas regiões, e os reflexos transcendem os portais da UNIPAMPA, num todo de evolução social, econômica e política de cada lugar. A UNIPAMPA é ensinamento, em seu sentido de múltiplos saberes, pois como bem lembra Barthes (1978, p. 18), a instituição reúne e é “representação central do conhecimento”, pois ela assume e é comprometida com o conhecimento. E os sujeitos que a mobilizam, fazem girar os conhecimentos, em seus diversos e diferentes sabores, são os professores e professoras: aqui, meu agradecimento, é reconhecimento por quem se faz ponte mediadora de um porvir da ciência, para que o outro molde, em si mesmo, a superação dos desafios contemporâneos. Por uma resistência lúcida, com movimentos de insurgência e revolução interna, cujos reflexos vemos nos espelhos, tão bem elaborados e escritos por pesquisadores e teóricos, os quais nos fazem sentir o tempo e espaço, pois estão engajados e comprometidos com o fulgor e vigor da instituição. Ela se faz presente, já há muito existente na experiência e prática docente, principalmente, pela realidade apresentada e manejada no cotidiano de quem planeja, organiza, e com dedicação cumpre o desafio de promover em cada discente o entusiasmo e vontade do descobrir-se aprendiz de si, seja como pessoa, profissional, cidadão colaborativo e íntegro da noção de civilização saudável e feliz. Neste rol, agradeço as humanidades constituintes da ambiência universitária aos

colaboradores administrativos, em suas diversas e nobres funções, na promoção do bem atender, acolher, fazer e orientar todos os que chegam, para simplesmente perguntar ou solicitar uma atividade complexa. Estes colaboradores, no exercício de suas prerrogativas, dignificam o seu labor, quando, como bálsamo, perfumam a relação pela sua forma de tratamento e acolhimento às solicitações. Para todos e todas, desde a portaria, com sua vigilância amiga, os promotores da limpeza e higienização dos ambientes (salas de aulas, banheiros, corredores, áreas internas e externas da Universidade); os que promovem o cardápio para nutrir os que ali buscam um maravilhoso alimento, ou as colaboradoras da cantina, que com esmero acolhem os pedidos, os cultivadores afetivos das árvores, plantas, que hoje ainda são pequenas vegetações, mas que amanhã vão ser além de adornos, um pouco da natureza, que até então é dizimada em outros lugares. Agradecimento a todas as pessoas que pensam e fazem da Universidade Federal do Pampa, um lugar melhor para se viver, aprender, ser, dentro de um sistema solidário e de compaixão, na concepção e práticas maiores que essas palavras possam significar, pois como diria Barthes (1978, p. 18), a instituição em sua dimensão reúne, por suas diferentes e diversas encenações as enunciações da ciência, que se faz presente em cada professor, professora, integrantes do sistema que é a Universidade, que representa também a identidade de quem busca saber sobre alguma coisa, principalmente quando há saber e sabor, que em latim, têm a mesma etimologia, pois, de acordo com Barthes (1978, p. 21), como grande paradigma a narrativa, sugere “que a escritura se encontra em toda a parte onde as palavras têm sabor”. Penso que a Universidade Federal do Pampa tem o seu “gosto”, o seu “saber”, fruto do desempenho do seu corpo docente, com sua consequente escritura, que surge sempre onde há o saber saboroso e recíproco de abrir-se para o aprendizado, isto é, querer aprender, ser pesquisador, pesquisadora, o que nos faz abrir um leque de possibilidades para uma sabedoria profunda e intensa, o que exige como contrapartida, igual e ampla prática e aplicação do conhecimento. “Gracias” ao corpo docente do Mestrado Acadêmico em Ensino, pelos tempos e espaços maravilhosos dedicados para compor o nosso “NÓS”, de auspiciosas sabedorias primordiais, emanadas pela linguagem de cada aula, de cada orientação, pois o que permanecerá é a imagem da dedicação de cada um(a) de vocês, representação esta que é uma identidade, permeada, com certeza, pela narrativa e experiência de cada um(a). Para o meu querido orientador Alessandro Carvalho Bica, no soprar as minhas possibilidades, professora Ana Cristina Rodrigues, cujas palavras são foco de luzes nas trilhas de um caminhante, e para a professora Suzana Cavalheiro de Jesus, por sua habilidade na promoção de um caminho para o meu processo de dar visibilidade a uma existência, e a Miriam Denise Kelm, companheira de fé.

RESUMO

O presente estudo científico de pesquisa (auto)biográfica realizado no Mestrado Acadêmico de Ensino da Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé, tem como objetivo identificar e analisar as narrativas de construção da trajetória do contexto pedagógico e histórico da Saúde Mental Coletiva em Bagé, a partir do Jornal Correio do Sul, de Bagé, na década de 1980 e 1990, intitulada narrativas autobiográficas da constituição da saúde mental no município de Bagé/RS: memórias do passado pela luta antimanicomial. A fonte da pesquisa se encontra no acervo do Arquivo Público Municipal Tarcísio Taborda de Bagé, e registrou suas primeiras notícias em setembro de 1914, dentro das ideias dos republicanos. A metodologia utilizada é (auto)biográfica, exploratória, de acordo com a análise documental, numa ótica histórico-crítica com o elo em revisitar a história e seus contextos pela narrativa do Jornal Correio do Sul, do pesquisador e seus registros. De modo descritivo, o trabalho está dividido em múltiplos momentos e tem como interrogação, a seguinte questão: desde quais foram as narrativas autobiográficas da trajetória pedagógica e histórica do processo de formação da saúde mental na cidade de Bagé, durante a década de 1980 e 1990?. A pesquisa histórica nos jornais da imprensa brasileira, principalmente, a historiográfica, desde a leitura e análise, identificam e expõem quais eram os poderes institucionais vigentes e quais as narrativas históricas e, conseqüentemente, os processos de educação. A imprensa é detentora da escritura de um tempo e lugar, por isso, os estudos científicos em jornais, com ênfase na história e trajetória de uma Política Pública, que é a Saúde Mental, constituída no campo da redemocratização do País e da Constituição Federal Cidadã de 1988. O Correio do Sul, na época, mostra que a Universidade da Região da Campanha foi parceira nas inovações do Movimento pelas Políticas Sociais e da Saúde Mental, acolhendo os cursos de especialização na área em estudo, inclusive, pioneira no Rio Grande do Sul e Brasil, em implantar, no Curso de Psicologia, a Componente Curricular Saúde Mental Coletiva. Esse e outros fatos demonstram o resultado de uma trajetória pedagógica histórica com reflexos diretos na educação, na saúde e nos processos de formação, ações comprometidas com mudanças éticas, epistemológicas, identificatórias e estéticas à produção de subjetividade para a cidadania. A pesquisa produz dados de todas as publicações e reportagens sobre o tema, com ampla divulgação sobre a fase inicial da saúde mental, cursos e oficinas, especializações, seminários, congressos, e da própria constituição da Reforma Psiquiátrica e das Políticas Públicas, as articulações e movimentos institucionais, já aderindo e implantando em suas matrizes curriculares, as teorias, concepções estratégicas e pedagogias de

transformações. Vê-se que o Movimento de Saúde Mental Coletiva é resultado da perspectiva interdisciplinar, de um desiderato de civilização com dignidade, inclusão e transformação junto com o repensar das formações institucionais.

Palavras-chave: Saúde Mental; História; Imprensa; Educação; Narrativas (auto)biográficas.

ABSTRACT

The present scientific study of (auto)biographical research carried out in the Academic Teaching Master of the Federal University of Pampa, Bagé Campus, aims to identify and analyze the narratives of the construction of the trajectory of the pedagogical and historical context of the Collective Mental Health in Bagé, from the newspaper *Correio do Sul*, from Bagé, in the 80's and 90's, autobiographical narratives of the constitution of mental health in the city of Bagé, Rio Grande do Sul: memories of the past by the anti-handicomial struggle. The source of the research is in the collection of the Tarcísio Taborda Municipal Public Archive of Bagé, and recorded its first news, in September 1914, within the Republican ideas. The methodology used is (auto)biographical, exploratory, according to the documental analysis, in a historical-critical perspective, revisiting history and its contexts through the narrative of the newspaper *Correio do Sul*, the researcher and his records. In a descriptive way, the work is divided in multiple moments. Since, what were the autobiographical narratives of the pedagogical and historical trajectory of the formation process of mental health in the city of Bagé during the 80's and 90's? Historical research in the Brazilian press, especially historiographical research, from reading and analysis, identifies and exposes which institutional powers were in force and which were the historical narratives and consequently the educational processes. The press holds the writing of a time and place, therefore, the scientific studies in newspapers, with emphasis on the history and trajectory of a Public Policy, which is Mental Health, constituted in the field of the country's re-democratization and the Federal Citizen Constitution of 1988. The *Correio do Sul*, at the time, shows that the University of the Region of Campanha was a partner in the innovations of the Movement for Social Policies and Mental Health, welcoming the specialization courses in the area under study, inclusively, pioneer in Rio Grande do Sul and Brazil, in implanting in the Psychology Course, the Curricular Component, Collective Mental Health. This and other facts demonstrate the result of a historical pedagogical trajectory with direct reflections on education, health and formation processes, actions committed to ethical, epistemological, identatory and aesthetic changes to the production of subjectivity for citizenship. The research produces data from all the publications and reports on the theme, with ample disclosure on the initial phase of mental health, courses and workshops, specializations, seminars, congresses, and the very constitution of the Psychiatric Reform and Public Policies, the articulations and institutional movements, already adhering and implanting in their curricular matrices, the theories, strategic conceptions, and

pedagogies of transformations. It is seen that the Collective Mental Health Movement is the result of the interdisciplinary perspective, of a desideratum of civilization with dignity, inclusion and transformation, along with the rethinking of the institutional formations.

Keywords: Mental Health; History; Press; Education; (Auto)biographical narratives.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Saúde Mental em Bagé	76
Figura 2 – Encerramento do Curso	80
Figura 3 – Bagé em Destaque	83
Figura 4 - Folder do IX EREP/Sul.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação do número de notícias e temas publicados de 1989 a 1994	23
--	----

LISTA DE SIGLAS

ADJORI - Associação de Jornais do Interior

AM – Amplitude Modulada

ACAMVI – Associação dos Usuários e Familiares do Centro Integrado de Atenção à Saúde Mental

ATs - acompanhantes terapêuticos

CACT - Centro de Artes Ciências e Tecnologias

CAPS AD - Centros de Atenção Psicossocial, na complexidade Álcool e Outras Drogas

CAPS i – Centro de Atendimento Psicossocial infantil

CAPS II - Centro de Atendimento Psicossocial II

CEEE - Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica

CEBs - Comunidades Eclesiais de Base

CEDES - Ciências da Educação, do Centro de Estudos Educação e Sociedade

CENARTE - Arte-Educação e Faculdade de Psicologia

CESCON - Centro de Estudos Sociais Contemporâneos

CNS – Conferência Nacional de Saúde

COREDE CAMPANHA – Conselho Regional de Desenvolvimento da Região da Campanha

CRAS - Centro de Referência da Assistência Social

DA – Diretório Acadêmico

DEPRO - Departamento de Projetos

DRS - Delegacia Regional de Saúde

EREP/SUL - Encontro Regional de Estudantes de Psicologia da Região Sudeste

FASM - Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial

FIERGS - Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul

FM – Frequência Modulada

FUnBA - Faculdade Unidas de Bagé

GEM - Coordenação do Grupo Executivo Municipal

GAM - Gestão Autônoma de Medicamentos

IMBA - Instituto Municipal de Belas Artes

LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
LBA – Lei Brasileira de Assistência
MPDFT – Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
NASFs - Núcleos de Apoio à Saúde da Família
OEMESC - Observatório do Ensino Médio em Santa Catarina
OMS – Organização Mundial da Saúde
OSCIP - Organização da Sociedade Civil Pública
OPS - Organização Pan-americana da Saúde
PAIS Mental - Programa de Atenção Integral a Saúde Mental
PP – Partido Progressista
PPB - Partido Progressista Brasileiro
PT – Partido dos Trabalhadores
PLINDES - Plano de desenvolvimento e Diagnóstico Econômico e social de Lavras do Sul
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNSM - Política Nacional de Saúde Mental
PRONASCI – Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RAPS - Rede de Atenção Psicossocial
RPB - Reforma Psiquiátrica Brasileira
RD - Redutores de Danos
SESC - Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Sul
SESI - Serviço Social da Indústria
SENAI - Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial
SENASP - Secretaria Nacional de Segurança Pública
SUS – Sistema Único de Saúde
SUSEPE - Secretaria da Justiça e Segurança do Rio Grande do Sul
UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul
UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina
UFSCar – Universidade Federal de São Carlos
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
URCAMP – Universidade da Região da Campanha
UnB – Universidade de Brasília

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação

UNODC - Escritório das Nações Unidas no Combate ao Crime e as Drogas

USP - Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 UM COMEÇO	17
2.1 A primeira fonte	17
2.2 Manchetes no Jornal Correio do Sul sobre a Saúde Mental em Bagé, 1988 e 1994...22	
3 OLHARES DA REVISÃO DA LITERATURA	25
4. NARRATIVAS DE UM TEMPO E LUGAR...	38
4.1 Nos caminhos de retorno para Bagé.....56	
4.2 Uma mirada na região metropolitana de Porto Alegre.....59	
5 SOPRO INICIAL DA LUTA ANTIMANICOMIAL	65
5.1 Sopros brasileiros da luta antimanicomial..... 68	
6 SAÚDE MENTAL, EDUCAÇÃO E FOUCAULT.....73	
6.1 SAÚDE MENTAL E AS RESSONÂNCIAS.....75	
6.2 TECNOLOGIAS INOVADORAS, EVENTOS.....81	
7. ANÁLISE E ALGUNS AUTORES	88
7.1 PARCEIROS DA (AUTO)BIOGRAFIA.....89	
7.2 EXPERIÊNCIAS E VIVÊNCIAS: A IMPORTÂNCIA DO CORREIO DO SUL....90	
7.3 OUTRAS ANÁLISES DO "MOVIMENTO".....97	
8 DOM QUIXOTE E O ALIENISTA: LOUCURAS E DEVANEIOS RELATIVOS.....104	
8.1 SOPROS DE MÚLTIPLAS ANÁLISES.....108	
9. UMA IDEOLOGIA: EXISTIR.....111	
9.1 EXPERIÊNCIAS COMUNITÁRIAS.....113	
9.2 UM OUTRO OLHAR.....116	
10. MODOS DE CAMINHAR E MIRAR.....120	
10.1 O JORNAL CORREIO DO SUL COMO FONTE PRIMEIRA.....125	
11 ALGUNS ACHADOS NO CAMINHO DA PESQUISA.....128	
12 EVIDÊNCIAS DOS EFEITOS DA REFORMA PSIQUIÁTRICA POR BAGÉ.....135	

13 CAMINHOS MÚLTIPLOS PARA NÃO CONCLUIR (...)	149
14. REFERÊNCIAS	154

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo científico de mestrado propõe uma pesquisa para identificar e analisar as narrativas autobiográficas da constituição da saúde mental no município de Bagé, Rio Grande do Sul: memórias do passado pela luta antimanicomial. A fonte inicial de pesquisa sobre a história proposta serão as narrativas publicadas no Jornal Correio do Sul, desde a constituição da Carta Magna, que nos orienta no campo dos Direitos e Deveres constitucionais. Outras fontes memorialistas e de cunho autobiográfico foram pesquisadas e trazidas ao campo textual, especialmente, nos contextos pedagógicos e impacto da saúde mental, desde as notícias publicadas no jornal Correio do Sul, e outros textos que compõem o presente trabalho, que é apreciado a partir de 1988 e se estende até a metade da década de 1990. Três caminhos e múltiplos olhares: **o histórico, o memorialista e o autobiográfico**, constituintes da Política Pública de Saúde Mental Coletiva no Brasil e, especialmente, em Bagé, como “memória ligada a uma sucessão de lugares de uso e habitação” (CANDAU, 2014, p. 158).

A proposta poderá se configurar no âmbito da e na memória coletiva de recomposição de fatos e dados históricos, a partir do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental com o lema “Por uma Sociedade Sem Manicômios”, provocador da discussão sobre a loucura, a doença mental, a psiquiatria e os manicômios. (AMARANTE, 1994).

Num outro viés, o trabalhador em saúde mental coletiva, participou ativamente, desde 1987, quando do surgimento dos primeiros serviços substitutivos aos hospitais psiquiátricos no País, no Rio Grande do Sul e pioneiramente em Bagé, na perspectiva de um novo projeto em saúde mental que não segregasse e não excluísse, para superar a lógica que separa o campo da saúde, ou seja, o desafio da assistência em direção à lógica da produção de saúde coletiva (AMARANTE, 1995). Pois temos de reavivar as características singulares que se expressam em cada corpo, em cada sujeito, em cada história de vida, assim como a saúde coletiva, que capta as expressões de uma comunidade, de uma localidade, de um tipo de afecção, de uma categoria social ou de gênero, de histórias que se cruzam configurando a história em um dado momento (BRASIL, 2004; RICCEUR, 2012, p. 37).

Justifica-se a presente proposta por ter o pesquisador feito parte, tanto a nível nacional, como estadual e municipal, da efervescência dos movimentos por uma sociedade sem manicômios, inclusive, e principalmente, os mentais. E essa vivência histórica de transformação, com certeza, sim, é central na memória individual e também coletiva (RICCEUR, 2012, p. 107). Naquele momento vivíamos a redemocratização do país e o município acompanhava o processo também, surgindo junto às mudanças na saúde, a 8ª

Conferência Nacional de Saúde (CNS) que é o marco político da Reforma Sanitária Brasileira, pela construção de conceitos, pela ratificação de seus princípios e estabelecimento de diretrizes na Constituição Federal e Lei Orgânica da Saúde. A redefinição do papel político da saúde, que passa a ser “direito de todos e dever do Estado”, e do conceito de saúde “como resultante das condições de vida num determinado contexto histórico da sociedade e num dado momento do seu desenvolvimento”.

A nova Constituição Estadual, naquele momento, define saúde como dever do Estado e do Município, ocorre, então, a eleição de um governador opositor ao governo federal, e a implantação do Programa de Atenção Integral a Saúde Mental (PAIS Mental), promovendo mudanças no cuidado a quem tem sofrimento psíquico. Com vertente no Movimento sanitário e na 8ª Conferência Nacional de saúde, articula-se, em 1987, a 1ª Conferência Nacional de Saúde Mental, que ratifica as linhas gerais dos princípios e conceitos e estabelece o resgate da cidadania do doente mental, a reestruturação do sistema assistencial e diretrizes, que, no Rio Grande do Sul, até 1986, fora centrada no modelo médico-hospitalocêntrico hegemônico.

Assume um governo composto por forças que se opuseram à ditadura. Ocupam lugares de gestão, profissionais, e como se pudéssemos dizer, que simultaneamente ocupávamos vários lugares ao mesmo tempo, com várias memórias, várias identidades aprendíamos e ensinávamos. Estudávamos e capacitávamo-nos. Nosso referencial teórico sempre foi Michel Foucault (1979), Franco Rotelli (2001), Rubem Alves, Paulo Freire, Mário Testa, Rubem Oscar Ferro, Gastão Wagner de Sousa Campos e outros.

O essencial da proposição tem base na análise documental que é a construção da memória inscrita inicialmente no periódico do município, que como biografia e autobiografia históricas registram possibilidades e limitações (MINAYO, 2020), que como ensinamentos, cujos conteúdos são sensíveis ao “religar”, os “espaços e tempos”, na trajetória e formação do leitor, viável na transformação e maturação de sentidos nos processos de ensino e aprendizagem.

O impregnar-se das histórias e memórias que permeiam a trajetória do registro de uma reforma Psiquiátrica que promoveu “(...) inicia uma estreita relação com os movimentos sociais, nos anos 1990 solidificando essa união”, afirma (PITTA, 2011). Concebe-se o fazer parte do “texto”, como quem também deseja evocar os sentidos estratégicos das lógicas do aprender, do ensinar e transformar. E esse processo é individual, singular, e reflete no coletivo, que são as instituições que nós mesmos construímos, geradoras de aprisionamentos ou liberdades.

Faz pensar que a “Saúde Mental Coletiva” é o campo do conhecimento constituído no processo histórico fundado nas lutas pela democratização do país e pela reforma sanitária, nos princípios, conceitos e diretrizes emanadas da 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), da Declaração de Caracas sobre a reformulação da assistência psiquiátrica na América Latina (1991), das Conferências Municipais, 1ª Conferência Estadual e 1ª e 2ª Conferências Nacionais de Saúde Mental (1987 e 1992); na produção teórica própria da Saúde Coletiva no Brasil e América Latina; no Pensamento Estratégico, formulado por Mário Testa, com seu desenvolvimento em sete Cursos de Administração e quatro de Especialização, textos em diversas publicações, e a edição da Revista “Saúde Mental Coletiva”; pela experiência de centenas de pessoas dos Serviços e Municípios; pelas mudanças concretas na *estrutura jurídico-política do Estado* (Lei da Reforma Psiquiátrica e da Proteção aos que Padecem de Sofrimento Psíquico, Leis Orgânicas e Leis Municipais), no aparato *científico-tecnológico* (saberes e práticas contextualizados à realidade e necessidades locais), e na *estrutura administrativa* (gestão local participativa).

E, nesse contexto histórico e pedagógico, fruto de uma memória coletiva eram realizados cursos que produziam não apenas mudanças dos modos operativos e organizacionais da assistência à saúde mental pelos paradigmas inovadores dos modelos psiquiátricos convencionais e alguns denominados “alternativos”, porém, com diretriz substitutiva aos manejos de cronificação. A proposta, tanto na teoria como na prática, dos cursos, por exemplo, sempre era de mudar, principalmente, os modos de pensar, com paradigmas centrados na pessoa excluída e na sua inserção como cidadão (SMC, 1995).

O que até então foi minimamente relatado nesta proposta têm no pesquisador, a certeza, de que perpassa por essas “loucas” transformações, o fio do “equilibrista”, por onde muitos de nós temos a oportunidade de atravessar, que é pela Educação e os processos metodológicos, históricos de ensino e aprendizagem, assimilados, acumulados e transformados em práticas que geram novas concepções, as quais se realizam em saberes constituintes de seres humanos, solidários e felizes.

Porém, as questões são: Tema – Narrativas autobiográficas da constituição da saúde mental no município de Bagé: memórias do passado pela luta antimanicomial, que busca identificar e analisar a história e os contextos pedagógicos da saúde mental a partir do Jornal Correio do Sul e das atividades do pesquisador, nas décadas de 1980 e 1990, em Bagé. O problema, enquanto questionamento, é: “Quais foram as trajetórias pedagógicas e históricas do processo de formação da Saúde Mental, segundo as narrativas (auto)biográficas na cidade de

Bagé, durante a década de 1990, e como elas influenciaram o contexto educacional da cidade, principalmente, enquanto narrativas de si, do pesquisador”?

Outras perguntas periféricas ocorrem com toda essa efervescência e memória “individual” e “coletiva” de um novo paradigma participativo, de autonomia, emancipação e cuidado das pessoas, de ensino e fazeres distintos, de resgate das raízes históricas e identificatórias, tanto da formação de si e das narrativas autobiográficas.

Estas são as escrituras iniciais sobre um momento, que, embora crucial em vários aspectos da vida, tanto pelo sentimento de incerteza nos que operam os processos diários da existência, assim como o próprio dissuadir da atenção em torno da nossa própria realidade (AMARANTE, 1998). Essa realidade, mais do que presente, torna-se danosa, pois tenta desfazer o que a ciência por muitos anos, vêm construindo, no sentido de abrir corações e mentes, principalmente na academia, pela pesquisa, ensino e extensão, no promover à integração e ampliação do saber e suas práticas, ao invés de ideologias homogêneas e excludentes.

Tais aspectos, sejam objetivos e subjetivos, formataram, em um tempo, a fragmentação tradicional e adicional da alienação, como o olhar de Simão Bacamarte, segundo Amarante (1998). Em o Alienista, de Machado de Assis, “exprime bem este paradigma. Olhar do observador puro e rigoroso, que como a Medéia da mitologia, petrifica o objeto do seu olhar. Isto representa uma objetividade e uma ordem fundada na distância e na eliminação cirúrgica da diversidade”.

Então, a ciência do cuidado integral do ser humano, sendo posta em dúvida por um fragmento, que se traduz na prepotência da ingerência, cujo impacto gera uma crise de noção de sentido, pois de acordo com Amarante (1998), constitui-se também, de noção de *setting*, ou de *transfert*, ou de sistemas e de relações.

Isso tudo é histórico da educação e reflete nossa saúde, ampla e irrestrita, faz parte e pertence a um arcabouço maior, que é a própria saúde mental, formação e coletânea de saberes do Movimento dos Trabalhadores em Saúde Mental Coletiva, cujas memórias são construídas desde a segunda metade da década de 1970 (AMARANTE, 1998).

O presente trabalho, Dissertação do Mestrado Acadêmico em Ensino, do Programa de Pós Graduação em Ensino, da Universidade Federal do Pampa, tem sido pautado, intensamente pelo aprendizado, cujo ensinamento, em meu entendimento, é histórico (auto)biográfico, identitário e memorial, pois os caminhos meus, até então, trilhados além do estado da arte, é

antropológico, “(...) implica dizer que a Antropologia busca elucidar, com rigor, as modalidades de acesso do homem ao seu estatuto de ser social e cultural,” segundo Candau (2014, p. 10).

As narrativas que faço neste trabalho, desde o projeto de qualificação, teve como ponto deflagrador o posicionamento do meu orientador, professor Alessandro Carvalho Bica. Ele solicitou minha inserção e visibilidade da trajetória de minha vida e consequente existência. Confesso que fiz isso de forma protocolar, sem a intenção de nesse caminho seguir, até porque precisava estar sensível as exigências da linguagem acadêmica, o que ainda sinto e tento melhorar, como um desafio a ser conquistado por mim, embora todo o desprendimento, intensidade, dedicação e qualidade dos docentes que fazem parte do Mestrado Acadêmico em Ensino.

As docentes apreciadoras do meu projeto de pesquisa durante a qualificação, potencializaram um novo olhar pedagógico de construção das narrativas autobiográficas, que por sua vez tem “(...) poder de nos instigar a imaginação sobre *construção de identidade, reflexão (auto)biográfica* e o que significa *a verdade* para o narrador da própria história de vida” (ABRAHÃO, 2013, p. 7, grifos do autor).

Compreendo e acredito que os espaços de saber possuem o gosto do ensinar e aprender, num único momento, como: “(...) a escritura se encontra em toda parte onde as palavras têm sabor (saber e sabor têm em latim, a mesma etimologia), concebe (BARTHES, 1978, p. 21). Essa conexão, ocorreu, ocorre, em minha qualificação, cujos pareceres possibilitaram um novo gosto, isto é, um novo título. *Narrativas autobiográficas da Saúde Mental no Município de Bagé/RS: memórias do passado pela luta antimanicomial*.

Gostei, e aprovei a sugestão, e estou a ousar no campo das minhas “Narrativas (auto)biográficas da Constituição da Saúde Mental no Município de Bagé/RS: memórias do passado pela luta antimanicomial”, que é o título do presente estudo científico.

O estudo que apresento, é uma atividade científica, e tem como objetivo responder a algumas questões, hipóteses de uma determinada forma. A pesquisa (auto)biográfica busca trazer reflexões, e, no caso deste trabalho, por um método totalmente possível de pesquisa, pois me faz sentir cooptado pela denominação “Pesquisa (auto)biográfica: trajetórias de formação e profissionalização, que é um dos títulos apontados por Maria da Conceição Passegi, no livro Pesquisa (Auto)biográfica – Narrativa de si e formação (PASSEGI; VICENTINI; SOUZA, 2013).

Foi o primeiro livro que li e mergulhei para entrar em contato com a questão autobiográfica, para responder a todo um questionamento, cujo desafio é, a partir do

entendimento de diversos autores sobre a escrita de um movimento, que é meu também, a partir do que foi publicado no Jornal Correio do Sul, cujo testemunho de suas escrituras sobre a luta por uma sociedade sem manicômios também me diz respeito e por mim se constituiu. Assim, constituo pessoas e pessoas me constituem.

A análise e identificação das narrativas ocorrem a partir do jornal, no entanto, outros documentos, como relatórios, folders, revistas, dissertações e teses, são também fontes que buscam compor este texto, regado com o sabor e saber da memória do pesquisador, pois: a “(...) divindade da memória, permite unir aquilo que fomos ao que somos e ao que seremos “(...), diz Candau (2014, p. 60), e com relação as escrituras, considero que: “(...) as palavras têm uma história e uma vida em determinadas áreas de fala ou de escrita (...)”, aponta Barthes (1978, p. 78).

Esta pesquisa é de natureza bibliográfica, qualitativa e autobiográfica na medida em que usa como fontes de dados os registros do próprio autor, e das notícias e reportagens disponíveis nos exemplares e edições impressas do Jornal Correio do Sul, no período de 1988 a 1994, que fazem parte do Arquivo Público Municipal de Bagé, RS.

A atividade de pesquisa foi dividida em dois momentos: primeiro, sob orientação, fez-se um levantamento dos exemplares e edições do Jornal Correio do Sul no Museu do Diogo de Souza e no Arquivo Municipal de Bagé, optando-se pelo arquivo.

Também fez parte do levantamento autobiográfico, três edições da Revista de Saúde Mental Coletiva, um relatório de atividades comunitárias e um folder do evento do Encontro Regional de Estudantes de Psicologia da Região Sudeste (EREP/Sul) incluindo-se outros eventos.

A utopia, sonho quimera e outros adjetivos sempre teceram os fios da minha existência, que cabe dizer, sempre com o conhecimento que se fazia entendimento do momento, isto é, ousava produzir e reproduzir o que lia, aprendia, incorporava no meu existir a atitude condizente, muito além de um viver simplesmente (FREIRE, 1999, p. 97). Tudo começou nos primeiros sopros educacionais da minha bisavó, mulher que integrava a Terceira Ordem Franciscana, na década de 1960, quando eu com meus cinco anos de idade, e ela, com a famosa “cartilha”, promoveu os primeiros sinais de alfabetização e letramento, dando sentido e significado ao meu processo de ensino e aprendizagem. Tornei-me um leitor e autodidata, lia todo o tipo de publicação acessível, fato determinante na infância e início da adolescência, com reflexos no meu envolvimento e engajamento, em grupos de jovens, de teatro, canto e jogos pedagógicos educacionais, esportes coletivos - futebol, voleibol, basquete, handebol -, e

modalidades individuais do atletismo: corridas, saltos em distância, altura e revezamentos coletivos.

O investigar, pesquisar e incorporar outros referenciais teóricos que, em suas ênfases, ao mesmo tempo são históricos, promovem a história pela ciência (MINAYO, 2020), são pedagógicos, pois reorientam a novas lógicas de cuidado e atenção integral, o que denota um novo saber. Assim, acredito, poderia seguir numa linha de pensamento questionador, mas fico com o recorte do tempo da pesquisa entre 1988 e 1995, pois nesse período surge a Constituição Federal, em 1988, no Rio Grande do Sul, que é aprovada por unanimidade pela Assembleia Legislativa. Em 20/06/1992, a Lei da Reforma Psiquiátrica e da Proteção aos que Padecem de Sofrimento Psíquico. Na pesquisa de um periódico, no âmbito local, que é o município de Bagé, há a memória pessoal, o envolvimento direto no atendimento e na organização de ações transformadoras que pode ser o fio condutor de uma narrativa reconstituente e reflexiva do que considero um processo digno, o que com certeza é brio da identidade, cerne do sujeito, o cerne do grupo, o cerne de um período histórico, epistemológico e pedagógico.

O presente estudo científico busca atender e atingir o nível da vida acadêmica auspiciosamente efetivado, e compartilhar as vivências de eventos construtores de novos paradigmas no universo do cuidado humano, crucial é a compreensão dos direcionamentos, principalmente, quando da mudança de objeto fonte, jornal, para incluir um evento (auto)biográfico.

Nessa perspectiva, há muita expectativa, inquietação e busca, desde o ponto de partida, do percurso histórico, com tempos e espaços distintos, ontem e hoje, ainda há muita interconexão.

Estou entusiasmado pelas **narrativas (auto)biográficas**, tanto pela identificação, como pelo processo de reflexão e de memória, os quais são aprendizagens significantes, que se fazem fontes e metodologia ao mesmo tempo.

A minha relação íntima, entre a **fonte e a metodologia**, e vice-versa: compreendo que, as fontes (jornal, eventos, relatórios e outros materiais empíricos), são também as minhas impressões (auto)biográficas, isto é, eu estou nessas escrituras. Sinto-me fonte. Enquanto valores, pensamentos, percepções, ética, estética, dimensão de mundo, movimento dinâmico de aprendizagem e conhecimento. Pela virtude da busca e compartilhamento do saber, especialmente na construção de uma consciência plena e ampla, que ao mesmo tempo é aprendizagem e conhecimento. Há uma escritura minha, que foi inserida em cada palavra e ato, tanto na formação como na construção de cada momento, tanto de reflexão, meditação e

elaboração da prática, com formação e metodologia própria, no sentido de que a minha vivência se faz experiência, que elabora ao mesmo tempo, um vir a ser, comprometido e engajado, a qual desenvolve e gera pertencimento, emanado na complexidade de novos tempos e espaços, principalmente no campo das Políticas Públicas, seja enquanto direito ou dever.

O modo como desde criança e adolescente fui assimilando e processando os conhecimentos, pois sempre fui ávido em desejar conhecer e saber, fato que me impelia a uma busca incessante, me tornou uma pessoa cujas aprendizagens se tornavam pontes para a ambiência em que convivia. Numa relação dialógica que possibilitava o ampliar da minha consciência e conseqüente produção e compartilhamento de novos saberes com impacto na sociedade.

Concebo as narrativas empíricas a partir da abordagem (auto)biográfica, como fonte empírica, utilizadas por mim, como os relatos em jornal, relatórios, revistas, eventos, e também, o uso de fontes teóricas já produzidas para interpretar, e que é ao mesmo tempo metodologia, pois há um mesclar, fusão, que produz uma outra dimensão, tais como o modo que utilizávamos para impulsionar determinada comunidade no seu potencial, pois produzíamos filmagens, por exemplo, numa apresentação teatral, e depois essas imagens eram apresentadas para o grupo, que em contato com sua própria desenvoltura promoviam novas posturas de acordo com o papel que desejavam desempenhar. Quero dizer que a prática de pesquisa com fontes empíricas proporciona e produz o meu conhecimento e o conhecimento de múltiplas pessoas, nas suas composições singulares e coletivas. Saberes que se tornam teóricos e científicos, a medidas que são referenciados para embasar o conteúdo empírico e que ao mesmo tempo surgem como um novo olhar para a ciência, no que diz respeito as narrativas (auto)biográficas, como é o presente caso desse estudo. Momento em que acredito, surge uma outra consciência, na qual estabelece e fortalece as relações comunitárias dialógicas. Ao mesmo tempo, concebo, que a atitude para o exercício do interagir desse processo de pertencimento e reconhecimento da produção de consciência política, em determinado contexto coletivo é permeado por uma metodologia, que é o estar presente, consciente das múltiplas diferenças no convívio humano, lugar de maturação das relações dialógicas e da preservação da nossa humanidade. Para mim, as narrativas (auto)biográficas, no sentido de que quando falo do outro, também pontuo os meus valores e aspectos humanos éticos e estéticos, princípios e virtudes, é o fio que permeia e integra a minha consciência com a da humanidade. E, ao mesmo tempo em que falo de mim, também estou falando de um conjunto de valores éticos e estéticos os quais valorizo na comunidade e seus espaços de existência. E, por isso, a narrativa (auto)biográfica torna-se referência, tanto para o

pesquisador, como para o leitor, pois ela contribui para a dimensão do entendimento da ciência e de sua aplicação, tendo em vista que as fontes empíricas são complementadas pelas fontes teóricas, que muito além de um embasamento, tornam-se, também, metodologias para uma melhor existência humana, especialmente na dimensão do humano que habita o desejo de cada um de nós na dimensão mais ampla de cidadania.

Confesso que a ciência, assim compreendida, é um acréscimo, no sentido de promover o melhor entendimento de civilização, de educação integral, na compreensão ampla de cada conceito. E, assim, no processo da elaboração dos novos conhecimentos, concomitantemente ocorre uma nova prática, que é o inserir, já, os novos saberes, e conseqüentemente formativo, isto é, constitui-se uma qualidade diferente de uma atitude anterior, pois há um lapidar bem mais elaborado, que permeia a comunidade e os espaços, os quais ganham qualidade. Assim, concebo o meu pensar e agir, que constam no conjunto das minhas atividades humanas, os quais também considero fontes e metodologias empíricas, as quais sofrem um impacto positivo e amplo quando embasados com as literaturas específicas e gerais. Fato que me proporcionou um encantamento pelo que até agora estou aprendendo, no processo da pesquisa (auto)biográfica, que me é espelho das minhas subjetividades formativas e da construção profissional, cuja conduta está inserida em diversos campos que perfazem o que se chama hoje de Política Pública, cuja área também sigo sendo colaborador e parceiro na qualificação e no alcance, a maior parte das pessoas que podem ser beneficiárias e testemunhas dos seus sonhos, as quais se apresentam como possibilidades, porém precisam ser efetivadas, como é o caso, a partir do que emana a nova Constituição de 1988.

A Carta Magna surgiu de um coletivo de desideratos pela cidadania, e abriu caminhos para a consolidação da criação de novas Políticas Públicas, cujos direitos e deveres sociais possam atender e contemplar a população, em suas diversas inserções e atuações. Paralelo a isso, enquanto a Constituição se abre, para emanar seus princípios e diretrizes no ativar e protagonizar de cada segmento, e possibilitar as cidadanias engajadas. Há a urgência da construção de espaços e tempos com a firmeza de propósitos, pois, por decreto, simplesmente não há como efetivar os direitos e deveres, os quais precisam ser exercidos e experimentados no agir humano de cada dia.

Assim, concebo o que me é fonte e metodologia e como entendo o uso das narrativas empíricas a partir da abordagem (auto)biográfica e o uso das fontes teóricas para interpretar e ao mesmo tempo serem metodologia, pois na medida em que incorporo, assimilo, um conhecimento novo, há a formação de um novo sentido, amplo, que passa a integrar meu ser,

tanto no pensar como no agir. E isso dá uma sensação de inteireza, principalmente, na formação minha, pois, desde as ideias, as concepções e práticas exitosas reconheço o grau de cidadão que estou sendo, que se habilita na construção de si mesmo, e por conseguinte, da coletividade do entorno. Compreendo, que, se cada um, permitir-se ser e fazer o velho chavão: “de que se cada um fizer sua parte”, com certeza, o todo, que somos nós, terá uma dimensão de qualidade cidadã alinhada com o texto da Carta Maior. Não quero pensar que esse “cada um faz sua parte”, seja um procedimento inconsciente, fruto e resultado do descaso e da exclusão social, especialmente pela negação da educação e do que é uma sociedade sadia.

Aliado a essa ideia prática, compreendo que a busca pela integralidade do ser cidadão, cidadã, é um refletir e agir dentro de mim mesmo, que pela (auto)biografia, há um possibilitar de visibilidade, como “um toque”, isto é, com o exercício das minhas possibilidades e capacidades, que se faz e se torna método de fazer, promover o conhecimento por dentro do meu próprio ser. Utilizando sempre o arcabouço de saberes, que foram aprendidos, os quais se tornaram ativadores de novos e importantes processo de conhecimento, e sua consequente prática, que na verdade, algumas vezes já se torna um outro saber, e consequente prática inovadora, as quais levam a um outro refletir e existir, considerando-se as complexidades das formações, dos lugares e das escolhas, isto é, dos caminhos e seus conteúdos formativos, tanto de si, como do outro.

A fonte e a metodologia, penso, são como o processo de integralidade, que concebo como algo que deve ocorrer, antes de tudo, dentro de si, dentro de cada um de nós, pois isso nos leva a compreender a fragmentação do próprio conhecimento, que de um modo enlouquecedor, como muitas vezes provoca o que estamos vivenciando, tanto a nível nacional, como internacional. A total desconexão teórico prática sobre a natureza e os impactos provocados em todo o ecossistema ambiental.

Então, a metodologia das narrativas (auto)biográficas, dos modos de (en)caminhar o mundo interior e o seu devido processar, é que se faz presente na minha atitude exterior do cotidiano, com o máximo possível de coerência e comprometimento. Com certeza isso possibilita a maturidade integral e sua sistemática efetividade, desde a relação com o que nos diz respeito e dá sentido ao nosso existir, a um mundo real dado, de prática solidária e de compaixão. Até porque, se já emanamos esses valores construídos internamente, com suas integrações, com certeza, não estaremos sujeitos aos devaneios superficiais, paliativos e excludentes das fábricas de mentiras e suas manipulações.

O meu despertar acadêmico e o encontro com as narrativas (auto)biográficas, produzem um caminhar que é fonte e metodologia, desde o campo empírico, até o campo teórico, que traduz e interpreta os próprios traçados de identidade e formação, traduzem o meu espírito de coletividade, exercício de humanidade política, que diz respeito ao reconhecimento da consciência do quanto a nossa humanidade, que faz parte do meu existir, com suas diversidades, constrói o meu diálogo e a própria relação de preservação das sonhadas humanidades no contexto coletivo, principalmente pelas boas práticas.

O pesquisar vem construindo novos e diferentes olhares, tanto sobre minha pessoa, como para os ambientes em que convivo. Isso, com certeza, é uma consciência, e essa nova consciência está promovendo uma outra forma de relação dialógica com a comunidade, num verdadeiro conhecimento que liberta. Essa ação política é a metodologia, que também é a minha própria fonte empírica do meu pesquisar e estar no mundo, em decorrência do existir das narrativas (auto)biográficas, e que pelo conseqüente uso das fontes teóricas para análise e interpretação, embasam e possibilitam uma coexistência pela maturação das diferenças.

A história e suas nuances, revela reflexões, as quais surgem no agora, o que de fato faz a história da contemporaneidade dialogar com os eventos históricos de ontem; “Tão diferente é meu hoje de qualquer dos meus *ontens...* que, às vezes, me parece que vivi não uma única existência, mas várias, inteiramente diferentes entre si. Pois muitas vezes, quando digo, desatento, ‘minha vida’, sem querer me questiono: ‘*Qual vida?*’” (ZWEIG, 2014).

Nessa perspectiva e a partir do Jornal Correio do Sul surgiu a motivação que encontrei para identificar e buscar analisar e identificar as narrativas do surgimento do movimento de luta antimanicomial e sua efetivação, e do próprio existir, construir e protagonizar dos novos modos de ser e fazer, especialmente, pelo ousar investir numa pesquisa e método autobiográfico, cujo aprendizado continua.

No contexto docente, alguns trabalhos acadêmicos utilizaram essa temática da Saúde Mental Coletiva, em artigos e trabalhos de pesquisas. Dentre esses, cito a tese defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; *Metamorfoses pedagógicas do sensível e suas possibilidades em oficinas de criação coletiva*, de Mirela Meira Ribeiro, em 2007; e a dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em 2009; *Águas da pedagogia da implicação: intercessões da educação para políticas públicas de saúde*, de Sandra Maria Fagundes.

A escritura (auto)biográfica do meu estar e ser profissional, é a história – fragmento – da trajetória da Saúde Mental, a partir do que foi escriturado, registrado no Jornal Correio do

Sul, no período de 1988 a 1994. É a minha história também, construída por um coletivo de outros seres sociais, a qual eu incorporei, no meu pensamento e nas minhas ideias, modos de agir e ser, em atitudes constituintes de um jornalista, psicólogo, educador, um trabalhador, cuidador da atenção da totalidade plena e integral, pois: “O educador ou a educadora crítica, exigente, coerente, no exercício de sua reflexão sobre a prática educativa ou no exercício da própria prática, sempre a entende em sua totalidade” (FREIRE, 1999, p. 110).

O jornal é depositário e, ao mesmo tempo, repositório do que foi inscrito nele em suas páginas, cujos registros servem para o pesquisar e traduzir tempos e espaços que estão no gênero jornalístico, mas que detêm o saber da totalidade das áreas do saber humano. Por isso, penso que é uma memória social de um tempo, que de acordo com as mobilizações promovem ou não o andar das palavras, são conhecimentos, conteúdos, que se articulados produzem uma prática educativa dialógica, “(...) nas relações de seus vários componentes, no uso coerente por parte do educador ou da educadora dos materiais, dos métodos, das técnicas” (FREIRE, 1999, p. 118).

2 UM COMEÇO

A pesquisa identificou publicações de notícias no Jornal Correio do Sul, no período de 27 de janeiro de 1988 a 30 de junho de 1994, cerca de 242 manchetes e títulos de cunho social, envolvendo a Nova Constituição Federal de 1988, a preparação para a implantação e implementação das Políticas Públicas Sociais, no campo da Educação, da Saúde, da Assistência Social e da Habitação, e outras políticas sociais básicas, temas sobre a Arte-Educação e respectivas ressonâncias e desdobramentos constituintes da Magna Carta Cidadã.

Do total de notícias, reportagens, entrevistas, informes, encontrou-se cerca de 50 publicações sobre o tema saúde, envolvendo Plano de Municipalização da Saúde, Descentralização da Saúde, Visita do Secretário Estadual de Saúde, Universalização da Saúde, Comissão Municipal Interinstitucional de Saúde, Conferência Médica, Vacinação, Alcoolismo, HIV/AIDS, Hanseníase, Sarampo, Drogas, Arte-Educação, Antipólio, Eleições Municipais, Dia da Imprensa, Comissão Interinstitucional Municipal da Saúde, Semana da Educação, Semana do Professor, Seminário Sobre Saúde e Educação, Escola de Saúde Pública, Educação em Saúde, Constituição Federal, Assembleia Constituinte, Crianças, Velhos e Loucos, Cultura e Psicologia do Trabalho.

Na área da Saúde Mental foram identificadas cerca de 60 informações, caracterizadas como reportagens, identifiquei essas notícias mais gerais, tendo em vista o contexto e conjuntura daquele momento, principalmente, pela nova Constituição Federal, texto que abriga os sonhos e desideratos de princípios fundamentais no que diz respeito aos Direitos Humanos e as diretrizes e princípios das Políticas Públicas.

2.1 A primeira fonte

O Jornal Correio do Sul foi fundado em 20 de setembro de 1914, por partidários do partido federalista, sito a Avenida Sete de Setembro, nº 764, sendo cada exemplar com quatro páginas e aos domingos de oito a doze páginas, na cidade de Bagé, Rio Grande do Sul, com a periodicidade de terça-feira a domingo, no modelo tipográfico, evento que se manteve até o mês de junho de 1994. Os fundadores do matutino foram João Fanfa Ribas, Felix Contreiras Rodrigues, Heitor Mércio e Thomas Cirne Collares. O Jornal Correio do Sul publicava editais e atos oficiais das administrações públicas municipal, estadual e federal.

Depois de um período de leituras e apontamentos, ao olhar minha fonte de pesquisa, o Jornal Correio Sul, matutino diário, como era por muitos conhecidos e denominado, pode-se

conjecturar sua representação social no contexto de um município com forte e intensa tradição conservadora, cujas escrituras reuniam autoria de escritores, poetas, artistas e profissionais liberais, que difundiam um certo tipo de conhecimento e reflexões (GOMES, 2012), para um público amplo de assinantes e leitores.

Concebo a presença e escolha do Jornal Correio do Sul, como fonte inicial do meu estudo científico, numa alusão ao que apontava Aristóteles, na Antiga Grécia, em A Poética, pensamento também de Francisco Alves Filho (2011, p. 17), de que “(...) já teorizavam sobre os gêneros retóricos, (...) como as formas de organização dos discursos para fins de convencimento das outras pessoas nas situações públicas comuns no mundo grego antigo”, isto é, de que há uma forma, que é a estrutura textual, mas por sua vez, há também, uma mistura, que é o modo recorrente do que se fala de um conteúdo (forma), e o significado do discurso que traduz as experiências compartilhadas pelas pessoas, que é o conteúdo. Porém, segundo Alves Filho (2011, p. 17), embora a ideia de Aristóteles fosse muito sugestiva, o que preponderou foi a visão tradicional de gêneros, que é a forma, e não na fusão de ambas, forma e conteúdo.

Tomando como base o tematizar a escrita autobiográfica, a abordagem que busco fazer é da relação de uma autobiografia, do meu existir, enquanto sujeito e cidadão, profissional, e da trajetória de um movimento social, divulgado em dezenas de exemplares de um jornal diário, cuja escritura pode ser compreendida não somente como um gênero jornalístico que dependa da sua “forma”, mas sim, da “(...) situação na qual são usados, do lugar onde são publicados ou falados e de quem os usa, um mesmo texto pode, em momentos diferentes, *funcionar* em gêneros diferentes”, diz Alves Filho (2011, p. 23).

Assim, compreendo que o texto tem uma amplitude infinita, em seu alcance e estudo, por isso, tomo como base, fonte de consulta, e marco de um estudo, a partir do aprendizado, até então, do memorial e escrita autobiográfica e de acordo com “(...) essa escrita autobiográfica como expressão específica da esfera cultural da universidade brasileira, destacando aspectos relativos às mudanças de concepção de sua estrutura como gênero acadêmico (...)”, (CÂMARA; PASSEGI, 2013, p. 29).

O entendimento acima, remete diretamente ao que aponta Francisco Alves Filho (2011, p. 23), de que: “(...) os textos podem funcionar em gêneros diferentes, dependendo dos propósitos comunicativos e dos contextos em que foram utilizados”. Isso, de uma “forma” ou outra, possibilita o meu “conteúdo e significado”, pois o movimento de Luta Antimanicomial, cujo registro está nas escrituras do Jornal Correio do Sul, teve sua dinâmica de existência marcada pela inscrição, pelo sopro revitalizado das mentes e corações, de mulheres e homens,

profissionais de múltiplas áreas do conhecimento, cuja atuação e proposições estão inseridas no texto das páginas, do jornal, que é um documento “histórico público” (ALVES FILHO, 2011, p. 24). Que mesmo mantendo a mesma forma, a função e a interação promovida mudaram, pois, muitos leitores encontraram ou deram um valor conforme a conjuntura daquele momento e de acordo com a tipificação do discurso e do texto “podemos dizer que ocorre tipificação toda vez que, com base em seus estoques de conhecimento, as pessoas interpretam algo novo ou diferente como sendo similar a algo já conhecido”, diz Alves Filho (2011, p. 25).

Antecipando uma análise, o Jornal Correio do Sul, praticamente único veículo de comunicação social escrito e tipográfico, com abrangência na região de Bagé e em outros municípios, pautava os assuntos, e inclusive era fonte para os veículos de radiodifusão e da empresa de Telecomunicações RBS/TV, pois foram muitas as manchetes e notícias extraídas diretamente do Correio do Sul, que inclusive norteava e possibilitava a continuidade de notícias e reportagens, de acordo com o interesse de cada órgão de comunicação em Bagé, inclusive, as rádios de amplitude modulada (AM) e de frequência modulada (FM). Destaco que havia outras publicações com circulação e periodicidade semanal, porém, as abordagens eram por vezes específicas e de conotações outras, com ênfase em classificados de venda e aluguel.

Quem escrevia no Jornal Correio do Sul eram professores, advogados, artistas, escritoras, jornalistas, profissionais da saúde, pensadores e pesquisadores que compõem o que diz Gomes (2012, p. 116) “(...) entendimento das práticas culturais de produção de si”.

A memória social do Jornal Correio do Sul, revisitada hoje, para o presente estudo autobiográfico, revela um tempo, distinto do agora, que possui um aparato tecnológico digital sem comparação, porém, demarca o que pode ser observado como um fragmento de escrita biográfica e autobiográfica, pois a confecção de uma notícia, reportagem, artigo, são escrituras de diferentes e variados gêneros de comunicação.

No caso o que era publicado diariamente no Jornal Correio do Sul, era equivalente ao trabalho artesanal de um tecelão ou de quem molda uma argila. Desde a confecção com chumbo, do linótipo. Linha de texto em chumbo usada no linótipo de cada letra, que em bloco formava uma palavra, e, na sequência, uma frase, período e parágrafo.

De acordo com Fernanda Yuukura, designer, ilustradora e fotografa, a Linotipia é um processo feito através de um tipo de máquina de composição de tipos de chumbo, denominada Linótipo (ou Linitype), inventada em 1884, em Baltimore, nos Estados Unidos, pelo alemão Ottmar Mergenthaler. A invenção foi importante por significar um novo e imprescindível progresso na história das artes gráficas, superando a lentidão da composição dos textos

executada na tipografia tradicional. A tipografia era o principal meio de composição de textos, sendo feito à mão, juntando os tipos móveis um por um. Já através de uma máquina de composição da marca Linotype, era possível compor uma linha inteira de texto, que, quando batida no teclado da máquina, era imediatamente fundida com chumbo em ponto líquido e integrada na composição de colunas e de páginas.

Para Melo (2005, p. 27), “a produção da cultura foi acelerada pelo uso do papel e pela impressão em larga escala”. Isso é um dado histórico da comunicação social, da educação, do ensino, da História da Educação, e de como se constituíram as fontes que alimentam hoje as pesquisas que fazemos, como essa, que ora estou a investigar. A imprensa escrita tem um papel decisivo no processo de leitura e na aprendizagem, pois transcende o horizonte de apenas informar, cumpre a função social do formar.

Outro aspecto era o caráter pessoal e coletivo, pois o matutino divulgava a poesia e a reflexão filosófica, o que contrastava com as duras, nuas e cruas realidades da coletividade, muitas vezes não explicitadas em manchetes.

Por sua vez, as páginas detinham o que pode se chamar de comunicação primordial de um determinado segmento, cujo pensamento e juízo crítico eram expostos, para ser lido e contestado, se assim fosse necessário. Mesmo com todas as diferenças de opinião, que demonstravam bem o segmento predominante, e as notícias prioritárias para um determinado político, considerado influente.

Ler os textos tipográficos de outrora, publicados no Jornal Correio do Sul, no período de 1988, até 1994, quando da mudança para o modelo tabloide, é constatar um tipo de pensamento predominante na sociedade da época, em seu conservadorismo, em sua busca por um desenvolvimento intelectual e cultural, na progressiva e frequente determinação de apropriação e transformação. E isso cabe uma outra pesquisa.

Exemplo do que digo, são as emancipações de Candiota, de Hulha Negra e de Aceguá. Localidades e distritos antes pertencentes a Bagé, que por um desejo de maior autonomia, resolveram em plebiscitos e comissões de emancipação, construir e terem suas próprias sedes para gestão de suas populações e organização de seus territórios.

No Correio do Sul identifica-se a heterogeneidade e homogeneidade do pensamento e das práticas sociais, especialmente as que davam sustentação a tradição e ao conservadorismo, assim como era visível os movimentos pela transformação para o alinhamento com as linhas mestras da constituição Federal de 1988, cujos sopros eram revigorantes para a implantação de novas práticas de atenção e cuidado as pessoas com direitos à educação, à saúde, e ao

compartilhamento das ações de cooperação e participação, e outros direitos e deveres que contemplam uma concepção de cidadania com autonomia.

Muito além da poesia individual, que embevecia o coletivo e “identidade singular de para si no interior do todo social, afirmando-se como valor distintivo e constitutivo desse mesmo todo” (GOMES, 2004, p. 11-12), aponto que, o jornal se torna uma referência bibliográfica, pois contempla a biografia de um coletivo de pessoas, cujo movimento luta por uma cidadania, espectro maior de apenas uma cidadania com conteúdo individual, mas que entende e acolhe essas singularidades com a implicação e engajamento do entorno com inúmeros e variados contextos.

Ao escrever as impressões sobre o surgimento das novas lógicas de implantação do Sistema Único de Saúde, desde a Constituição Federal de 1988, diploma que emanou novas possibilidades, a começar pela municipalização da saúde, descentralização, criação dos conselhos municipais, de educação, de assistência social e da proposição de construção e efetivação das Políticas Sociais Básicas e fundamentais públicas. Sinto que desde o datilografar – evoco nas reminiscências, agora – no período de 1988 a 1994 -, usávamos, ainda, na redação do Jornal Correio do Sul, as antigas máquinas de escrever Remington e Olivetti. Ali, eu não escrevia somente o que era uma comunicação de um determinado segmento, mas sim de várias áreas do conhecimento humano, tanto na produção agropecuária, industrial, comercial, de serviços, do ensino, da educação, isto é, fazia uma cobertura de todas as instituições que estavam instaladas no município de Bagé. Promovia também, uma escritura do que eu pensava, concordava ou não, e tinha como ideia de ser, pois, ao escolher fazer parte da vida da comunicação, o meu escrito continha também os meus desideratos, as minhas ideias e ideologia.

As notícias no Jornal Correio do Sul, principalmente sobre ensino e educação, saúde, cultura, portavam a minha impressão digital, das linhas forjadas nos linotipos tipográficos. Traduziam o meu pensamento, a minha luta, que também era representada coletivamente, à minha prática, à minha estratégia de aplicar o conhecimento, o ensino e a educação, para alcançar um público leitor, que sabia eu, tornava-se ávido, para ler e quem sabe, até os mais avessos e conservadores, também banhavam-se na leitura de uma realidade existente além das soleiras de suas portas, pois, “o papel do educador ou da educadora progressista, que não pode nem deve se omitir, ao propor sua “leitura do mundo”, é salientar que há outras “leituras de mundo”, diferentes da sua e as vezes antagônicas a ela” (FREIRE, 1999, p. 112-113).

No momento, considero uma escritura autobiográfica, enquanto uma narrativa que assumo como minha, no entanto concebo pertencente há de muitas outras pessoas, principalmente, das que ousaram e tiveram a coragem de admitir, não serem mais o que eram, pois tornaram-se exemplo vivos de um processo de ensino e aprendizagem, para a resistência, “(...) de entender como fazem eles sua leitura do mundo, de perceber suas “manhas” indispensáveis à cultura de resistência que se vai constituindo e sem a qual não podem defender-se da violência a que estão submetidos”, destaca Freire (1999, p. 107), que eram uma experiência que estava dando certo, cujo impacto refletia-se na condição de cidadania e seu exercício. A dinâmica de uma comunicação de escuta das partes e suas versões é algo enriquecedor, pois, “verifiquei que me enriquece abrir canais através dos quais os outros possam comunicar os seus sentimentos, a sua particular percepção do mundo” (ROGERS, 1973, p. 30).

2.2 Manchetes no Jornal Correio do Sul sobre a saúde mental em Bagé, 1988 e 1994

No processo de pesquisa selecionei e contei algumas manchetes e títulos sobre a saúde mental e temas correlatos ao novo contexto constitucional, publicadas no Jornal Correio do Sul, tendo na época, como Diretor Geral Mario Nogueira Lopes, e Vice-Diretor José Higinio Gonçalves, nas suas edições de 1988 a 1994.

Foram levantadas 242 manchetes de notícias, com datas, tendo em vista o marco temporal da pesquisa, que começa em 1988, a partir do ano da criação da Nova Constituição Federal, dos movimentos efervescentes que aconteciam em Bagé, a partir da cultura, da saúde, da educação, e das mobilizações de grupos de arte-educação, das propostas de novas constituições, tanto a estadual como a municipal, das ações para a descentralização da saúde e consequente municipalização, instalação de assentamentos e acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra. Das alianças e construções de procedimentos criativos na mudança de pensamentos e atitudes, no substituir as velhas e loucas práticas manicomialis.

Destaco que muito material jornalístico não foi selecionado para o presente estudo, mas eles comportam e fazem parte da construção da trajetória histórica da saúde mental coletiva a partir de Bagé, e que contribuiu para subsidiar a primeira Lei da Reforma Psiquiátrica do Rio Grande do Sul e do Brasil, paralelamente construiu o SUS – Sistema Único de Saúde, com seus

princípios e diretrizes, o que é um porto seguro no atendimento das médias e altas complexidades até os dias de hoje.

Apresento este quadro com dados sobre o número de inserções, enquanto notícias, sobre Educação, Saúde Pública e Saúde Mental, dentro do período de 1988 a 1994, meu marco temporal de pesquisa. A minha ênfase no levantamento foi olhar para a Saúde Mental, que teve sua primeira informação publicada no Jornal Correio do Sul, em 29 de junho de 1988.

Reitero que a Conjuntura Brasileira portava uma nova Carta Magna que emanava novos horizontes para a construção e efetivação de Políticas Públicas, evento que provocou naquele período, a aceleração de inúmeras iniciativas e protagonismos. Tanto na mobilização ativadora da criação e implantação de Políticas Sociais Básicas, como na constituição de espaços que possibilitavam cidadanias com esperança.

O quadro abaixo é um pequeno recorte dos assuntos relevantes que pautavam aquele contexto, tanto a nível nacional quanto estadual e municipal, tendo em vista que a Constituição Federal promoveu ressonâncias nesses territórios de poder e buscou revitalizar as gestões, inclusive com assembleias constituintes estaduais e municipais, no estabelecimento de suas respectivas constituições.

QUADRO 1 – Relação do número de notícias e temas publicados de 1989 a 1994

	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	T
Educação	09	10	09	10	09	07	06	60
Saúde Pública	53	06	05	16	10	06	-	96
Saúde Mental	12	02	07	25	11	24	05	86

Fonte: Autor (2023)

Tendo em vista que concentrei a busca de dados no Jornal Correio do Sul, que inicialmente era minha fonte de pesquisa principal com relação as narrativas sobre a Luta Antimanicomial, e o que fiz de fato, foi um levantamento sobre notícias sobre saúde pública e saúde mental. No entanto, no que tange à educação, as informações sobre essa área, vieram junto, pois estavam publicadas e acompanhavam o exemplar do dia, sem que houvesse uma busca mais detalhada. Convém destacar que, semanalmente, o Jornal Correio do Sul publicava artigos e tinha uma seção específica para pequenas e grandes notas informativas da educação e ensino. Tal fato não ocorreu na minha busca, pois apenas registrei os dados que estavam

publicados na mesma data que noticiava a Saúde Pública e a Saúde Mental, que até então era o meu ponto de partida.

Demonstra uma realidade de divulgação das áreas cuja dinâmica de discussão, precediam a Assembleia Constituinte da Nova Carta Magna, pois a Educação como um todo, vinha sendo abordada, assim como a Saúde, desde a Reforma Sanitária, e no que toca a Saúde Mental, os movimentos vinham num processo crescente de constituição, pela Reforma Psiquiátrica e Luta Anti-Manicomial.

Este pesquisador destaca que, com certeza, os números de notícias sobre Educação, publicado nas edições do Jornal Correio do Sul, se somados, durante o período que faz parte do marco inicial e final desse estudo, será superior as duas áreas aqui representadas, tendo em vista os artigos e as publicações semanais.

No processo metodológico da identificação e seleção dos temas, foram elencados trinta e três (33) temáticas, dentre elas: Cultura, Saúde, Educação, Restauração da Catedral, Constituição Federal, Plano Municipal de Saúde, conselho Municipal de Educação, Conselho Municipal de Saúde, Conselho Municipal de Assistência Social, Cursos de Capacitação, HIV/AIDS, Comissão de Saúde, Comissão de Educação, Semana da Educação, Drogas, Alcoolismo, Hanseniose, Movimentos Sociais da Educação e Saúde, Universalização da Saúde, Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Saúde, Conferência Municipal de Saúde, Conferência Municipal de Educação, Movimento de Arte Educação de Bagé, Belas Artes de Bagé, Centro de Artes de Bagé, Vacinação, Hospitais, Escolas Municipais, Artigos sobre Educação, Saúde Mental Coletiva, Cursos de Pós-Graduação em Saúde e Educação, Seminários de Educação, Psicologia, Dia da Imprensa, Emancipações de Hulha e Candiota, Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Políticas Sociais e Velhos, Loucos e Crianças.

3 OLHARES DE REVISÃO DA LITERATURA

O processo de aprendizagem e incorporação do método autobiográfico, como uma narrativa de minha formação fez com que buscassem algumas referências bibliográficas, além das indicadas pela banca de qualificação. Mantive diálogos com as obras de Maria da Conceição Passegi, Paula Perin Vicentini, Elizeu Clementino de Souza, Maria Helena Menna Barreto Abrahão, Paul Ricœur, Joel Candau e muitos outros que estão no decorrer deste trabalho.

Concebe o professor Alessandro Carvalho Bica (2013), em sua tese de doutorado, que a pesquisa histórica em jornais permite o dirimir de interrogações, ao mesmo tempo das questões teóricas, pois mobiliza no pesquisador ou pesquisadora, o evocar de reminiscências e realidades retratadas nas publicações, as quais muitas são invisíveis em documentos considerados oficiais. Por isso, destaca-se a importância da pesquisa historiográfica pela sua visibilidade dos fatos e eventos, como afirma Bica (2013):

[...] as pesquisas em jornais demonstram a centralidade deste tipo de fonte para as pesquisas em história e história da educação, visto que nos autoriza a vislumbrar as histórias da cotidianidade, dos aspectos sociais, econômicos, culturais, políticos e educacionais, construídas pela multiplicidade de seus indivíduos. (BICA, 2013, p. 93)

O gênero discursivo, seja em notícias, reportagens no Jornal Correio do Sul, revela múltiplas formas de difusão, desde o sentido de informar, interpretar, transmitir algo, principalmente a forma e o conteúdo. O desejo de conhecer e preencher as lacunas de um determinado conhecimento que se faz incompleto, é algo inerente ao ser humano, que é a busca que se faz pela leitura e reflexão desta mesma leitura, principalmente quando se torna prática no desenvolvimento emancipatório e de autonomia da própria vida.

Para Batista (2007, p. 130), “neste contexto, a notícia jornalística comporia a memória sociopolítica e cultural do indivíduo. Essa memória levaria cada pessoa a fazer diferentes leituras de mundo a partir de experiências particulares”.

De acordo com Batista (2007, p. 32), que cita Luiz Gonzaga Motta (Universidade de Brasília (UnB)), que parafraseou Paulo Freire, “a leitura de mundo seria precedida pela leitura da mídia”:

Acho que hoje a nossa leitura de mundo está impregnada de elementos da mídia. Eu duvido que você hoje saia com um amigo, uma amiga e que sua conversa seja só uma conversa de relações, de coisas, etc.; que não tenha a mídia ou que não esteja afetada pela memória, seja ela memória de curto prazo ou memória de longo prazo, que não tenha sido afetada pela mídia. A mídia é hoje muito mais onipresente do que qualquer outra coisa. A mídia é Deus. A

mídia é deus no sentido da sua onipresença, ela está em todo lugar. (BATISTA, 2007, p. 32)

O Jornal Correio do Sul é exemplo de uma imprensa opinativa e ideológica, que numa determinada época, como bem destaca Mello (2005, p. 30), considerada uma imprensa de partido, cujo teor construiu um espaço social a favor ou contra determinado governo. Ainda, em um momento de definição do processo investigativo, principalmente pelas características e ênfase do estudo científico, definiu-se como de natureza qualitativa, um modo de pesquisa que tem suas raízes teóricas na fenomenologia, assinaladas por André (1988, p. 18) como um estudo que:

[...] enfatiza os aspectos subjetivos do comportamento humano e preconiza que é preciso penetrar no universo conceitual dos sujeitos para poder entender como e que tipo de sentido eles dão aos acontecimentos e as interações sociais que ocorrem na sua vida diária. O mundo do sujeito, as suas experiências cotidianas e os significados atribuídos às mesmas são, portanto, os núcleos de atenção na fenomenologia. (ANDRÉ, 1988, p. 18)

Os dados para análise para o estudo científico convergem para um complexo olhar, desde a metodologia, que, por momentos, pode ser definida como etnográfica por possibilitar a apreensão dos diferentes aspectos da cultura e da sociedade em profundidade, buscando apreender os significados das ações e dos eventos para as pessoas, o modo como veem a si mesmas, as suas experiências e o mundo que as cerca, entendendo que parte destes significados são diretamente expressos pela linguagem e parte, transmitidos indiretamente por meio de ações.

Segundo Bica (2013), a pesquisa em periódicos, possibilita múltiplas questões teóricas e inovadores estudos historiográficos, cuja fonte é central e possibilita um certo sentimento de pertencimento no protagonizar a construção da história que se faz do individual ao coletivo, em um dado tempo e espaço. Ele cita Hobsbawn (1995), para quem o registro da história necessariamente passa pela imprensa diária e pelos relatórios das publicações que retratam as ações de governo, dos órgãos internacionais, num registro das transformações sociais.

Corroboro com a pesquisadora Araújo (2015) no que é um ampliar, pois para atingir os objetivos supracitados, pode-se olhar e seguir um percurso teórico-metodológico sob a perspectiva da Nova História, a qual, por vezes, se desvincula da historiografia tradicional que mantém uma única proposta de análise das fontes, vinculada ao discurso dos documentos

oficiais, como se estes fossem os únicos detentores das informações consideradas passíveis de análise.

O tipo da pesquisa é histórico, pois sua atuação [...] como vértice da pesquisa documental, têm pressuposto de análise, a compreensão dos fenômenos históricos através dos acontecimentos passados” (MAIA 2011, p. 141).

Segundo Araújo (2015), o processo de análise poderá ocorrer por intermédio das contribuições advindas de Michel Foucault, Michel de Certeau e Roger Chartier e, por sua vez, a maneira pelas quais discorrem acerca do texto e do discurso, para com isso, compreendermos qual a representação das escrituras nas publicações. Consta que na fase arqueológica, Foucault buscou entender a relação entre o saber e o poder, especialmente a constituição do saber e as condições que possibilitam seu aparecimento, desde as regras próprias, as práticas discursivas limitam o surgimento dos enunciados, por intermédio do seu efeito de raridade, pois o que é dito vai eliminando outros dizeres.

Concebe Araújo (2015), que cita de acordo com Foucault (2008, p. 135-136) compreende-se alguns aspectos que envolvem esse efeito, na medida em que:

[...] repousa no princípio de que nem *tudo* é sempre dito; [...] Estudam-se os enunciados no limite que os separa do que não está dito, na instância que os faz surgirem à exclusão de todos os outros [...] Analisamos os enunciados não como se estivessem no lugar de outros enunciados caídos abaixo da linha de emergência possível, mas como estando sempre em seu lugar próprio. [...] Essa raridade dos enunciados, a forma lacunar e retalhada do campo enunciativo, o fato de que poucas coisas, em suma, podem ser ditas, explicam que os enunciados não sejam, como o ar que respiramos, uma transparência infinita; mas sim coisas que se transmitem e se conservam, que têm um valor, e das quais procuramos nos apropriar; que repetimos, reproduzimos e transformamos. (FOUCAULT, 2008, p. 135-136, grifos do original)

Ainda, de acordo com Araújo (2015), os eventos oriundos do efeito de raridade são explicados por Foucault, que demonstra que o enunciado tem o seu lugar próprio, cuja descrição irá ponderar a sua posição singular no contexto social, as suas ramificações em meio à formação discursiva de que faz parte e como se forma o seu isolamento na dispersão dos enunciados. Araújo (2015), explica que, assim, a raridade dos enunciados não deve ser vislumbrada em sua transparência, mas como algo que vai sendo apropriado e, por essa razão, possui um valor a ser transmitido e conservado.

Convém destacar nesse universo, Chartier (2002, p. 24), ao colocar em discussão as práticas sociais desenvolvidas a partir de representações e mediadas por discursos que lhes dão estrutura, indica como se dá e dessa forma, de acordo com as narrativas são controlados e

apropriados, pois atuam na direção de moldar o comportamento e a vida dos sujeitos, incorporando práticas e formas de objetivação, podendo recair também nas formas de resistências protagonizadas pelos sujeitos frente à imposição desses discursos, em busca da construção de formas de subjetivação. Araújo (2015), afirma que é nessa construção que “o poder só se exerce sobre ‘sujeitos livres’, enquanto ‘livres’ – entendendo-se por isso sujeitos individuais ou coletivos que têm diante de si um campo de possibilidade onde diversas condutas, diversas reações e diversos modos de comportamento podem acontecer”. (FOUCAULT, 1995, p. 244).

Para o procedimento do estudo científico, houve a necessidade de promover a Produção Científica da Revisão da Literatura. Especialmente no que diz respeito aos objetivos de uma revisão de literatura, apresenta-se os artigos e teses, cujas características estão aqui expostas, com seus temas, problemas, objetivos, metodologias e resultados declarados pelas pesquisadoras e pesquisadores dos trabalhos selecionados para o levantamento.

O pesquisador Gama (2008), em “um estudo histórico e conceitual sobre a clínica da reforma psiquiátrica brasileira”, em um contexto histórico, político e social, problematiza, pergunta e elabora hipóteses em sua tese, sobre a questão principal que é como realizar as transformações de assistência em saúde mental sem recorrer a teorias reducionistas psiquiátricas, psicanalíticas ou culturais, mas apontando para um pluralismo clínico. Enquanto objetivos, temáticas e ênfase com uma abordagem epistemológica sobre a constituição da psiquiatria colocando em debate duas ideias centrais. Uma defendida por Foucault que considera a invenção da psiquiatria e de seu objeto, a doença mental, uma redução indesejável da loucura cuja consequência é sua exclusão do mundo. Outra ideia é a de Gauchet e Swain, pois ambos discordam à anterior e procura mostrar que a psiquiatria foi um avanço no entendimento de um fenômeno complexo.

A metodologia de pesquisa é conceitual, qualitativa, análise de documentos, a partir da concepção de uma clínica plural que autorize a incorporação de outras teorias. Pode-se dizer, conforme o aprendizado, de uma metodologia integrativa. Os principais resultados e contribuições da tese de Gama (2008), é a incorporação de outros referenciais teóricos, que sirvam como instrumentos de reflexão e ação prática na condução de situações clínicas complexas e multifacetadas.

Em seu estudo científico Pereira (2013), tese com o título “Políticas de saúde mental no Brasil: o processo de formulação da lei da Reforma Psiquiátrica”, contextualiza os fundamentos históricos e conceituais do movimento da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Os pressupostos,

enquanto problema e suas hipóteses são de que as propostas de organização de instrumentos normativos neste campo estão intrinsecamente relacionadas ao próprio saber psiquiátrico e aos seus contextos sociais e políticos.

O estudo de Pereira (2013), foi desenvolvido a partir de uma abordagem qualitativa, sendo utilizadas as contribuições das ciências sociais para análise de políticas. O objetivo é desenvolver uma análise do processo de formulação da política atual em saúde mental do nosso país. Como estratégia de aproximação do objeto de estudo, foi realizada uma pesquisa documental abrangente, tendo como eixo principal o debate legislativo.

Destaca-se que a caracterização das especificidades das Ciências Sociais feita por Minayo (1994). Os principais resultados e contribuições foram as discussões no Senado Federal, que possibilitaram com que a proposta de extinção dos hospitais psiquiátricos fosse modificada, dando lugar a reorientação do modelo assistencial que mantinha as estruturas hospitalares como um dos recursos integrantes desse modelo.

Os pesquisadores Almeida e Sousa Campos (2019), no artigo de título “Análise sobre a constituição de uma rede de saúde mental em uma cidade de grande porte”, concebem que o artigo se propôs a refletir sobre a constituição das redes de atenção psicossocial, a partir de um território do município de São Paulo. Para tanto, foi realizado um estudo exploratório sobre o SUS e a Saúde Mental no município no período de 1980 a 2013. O problema, suas hipóteses e pergunta, giraram em torno da importância dos eventos históricos na efetivação das Políticas Públicas/SUS.

O objetivo, seguido das temáticas e ênfase de estudo foi refletir sobre a constituição das redes de atenção psicossocial, a partir de um território do município de São Paulo. Foram feitas leituras de documentos oficiais e artigos, dissertações, teses e livros sobre a implementação do SUS na cidade de São Paulo, com ênfase na rede de saúde mental. Realizou-se, ainda, a escuta de atores que viveram parte dessa história, a partir de entrevistas. Os principais resultados e contribuições dos eventos descritos aqui, a partir de uma perspectiva histórica, apontaram o quanto as mudanças políticas no município de São Paulo interferiram na constituição do SUS e, conseqüentemente, em se ter uma atenção às questões de Saúde Mental consolidada.

Para os profissionais Filipon, Kantorski e Saeki (2014), no artigo “Democracia e conquista: Saúde Mental como política pública municipal”, estudam um contexto cujo marco temporal é o ano de 1996, favorecido pelo cenário de atores locais ativos nas discussões a respeito da Reforma Psiquiátrica Brasileira, em dois municípios da fronteira oeste do Estado do

Rio Grande do Sul, que aprovaram legislações municipais ecoantes à reestruturação do modelo de atendimento em saúde mental.

A Reforma Psiquiátrica Brasileira é parte integrante da construção da democracia no Brasil e a Constituição Federal de 1988, marca a descentralização política e financeira em direção aos municípios da federação. O objetivo geral do estudo foi analisar o processo democrático de construção, implantação e aplicabilidade da Lei Municipal de Saúde Mental de uma cidade brasileira frente às contradições do processo social de reforma psiquiátrica nacional. A metodologia utilizada é de pesquisa qualitativa, com triangulação de dados entre entrevistas com gestores, trabalhadores e usuários envolvidos com a política de saúde mental do município; observação em diário de campo; análise de documentos públicos, tendo como hipótese referencial o materialismo dialético histórico, em etapas cronológicas de 1989 a 1996.

Os principais resultados demonstram que a legislação municipal reformista de saúde mental é necessária enquanto garantia legal de direitos, mas a mesma possui sentido apenas se agregada a história que a produziu, pois é preciso aproximar-se da condição humana inerente às produções sociais para reproduzir nos novos trabalhadores de saúde o sentido da existência de movimentos sociais como a reforma psiquiátrica.

Segundo a pesquisadora Pitta (2011), no artigo de título “Um balanço da reforma Psiquiátrica Brasileira: Instituições, Atores Políticas”, contextualiza a homologação da Lei Federal 10.216/2001, que pretende-se suscitar o debate inadiável sobre os novos desafios que ela precisa enfrentar para alimentar ou reciclar a antiga utopia de “cidadania” plena para todos, “numa sociedade sem manicômios”.

A pergunta que problematiza é a de que estaria a reforma dando sinais de exaustão? É inegável a reorientação do modelo assistencial de Saúde Mental no Brasil, do hospital para a comunidade nessa última década. Ao tomar o uso de substâncias psicoativas como objeto de políticas e intervenção, incorpora demandas complexas que o atual drama do crack somente imediatiza a necessidade de questionar sua história, seus limites, sua potência.

Os objetivos e temáticas em foco do estudo questionam o que manterá acesa a chama de um movimento exitoso que, surpreendentemente, resiste à força do tempo e do estigma nesses dez anos da lei? Essas e outras questões precisam ser equacionadas. Está na hora de reciclar os focos de avaliação e análise no sentido de identificar o que ameaça sua vitalidade. Esse é o desafio que a articulista e debatedores estarão provocados a contribuir. A metodologia de pesquisa utilizada por Pitta (2011) é de um estudo de caso, qualitativo e integrativa.

Os principais resultados apontam uma questão mais ético-política e cultural do que técnica, pois o futuro da Reforma Psiquiátrica Brasileira está na esperança que os usuários, familiares, trabalhadores – esses novos protagonistas que amadurecem e se renovam a cada dia – encontrem modos mais sensíveis de reduzir os danos causados pelas nossas instituições e nossas escolhas insensatas.

Por sua vez, os pesquisadores Dobies e Fiorini (2010), no artigo de título “A assistência em saúde mental no município de São Carlos, São Paulo: considerações sobre a história e a atualidade”, foi um estudo em contexto realizado com objetivo de investigar, descrever e problematizar a política de saúde mental no município de São Carlos, em São Paulo, a partir dos serviços e ações em saúde mental, utilizando entrevistas semiestruturadas com profissionais e observação participante.

Dentro das hipóteses e da questão problema, observou-se um atraso histórico no cuidado com a saúde mental; os serviços são recentes, demandando aprimoramentos ou transformações, e a rede de saúde exibe fragilidades. O atual arranjo apresenta avanços ainda insuficientes para dar suporte aos profissionais e atender os usuários. Dentre os objetivos, temáticas e ênfase, especificamente, atentou-se para três pontos: como os serviços de saúde estão interligados, no que diz respeito à saúde mental; o modo como os usuários são atendidos pelos serviços que prestam assistência à saúde mental; e quais são as implicações de tal estrutura na atribuição de cada serviço e no trabalho dos profissionais.

A metodologia de pesquisa utilizada foi de uma abordagem etnográfica, pesquisa de campo por meio de entrevistas semiestruturadas, inserção de um dos pesquisadores na rede de serviços de saúde, e a observação participante foi definida como instrumento de investigação. Os principais resultados obtidos demonstram a necessidade da construção e mobilização coletiva de uma política de saúde mental, com participação mais ativa dos profissionais, e o investimento em educação permanente. A aproximação com a universidade poderá contribuir nesse processo.

Os desideratos para a existência de práticas exitosas, através do ensino e aprendizagem, permeiam e promovem a possibilidade do registro histórico como um processo ativador do presente (SARLO, 2007, p. 9-10).

A proposta em pauta busca, no campo das Políticas Públicas Sociais, o que consta na memória desde o processo de redemocratização do Brasil, em diversos e diferentes espaços coletivos as deliberações, também coletivas e organizativas para a implantação de Políticas

Públicas, projetos, programas, serviços e ações, que promovam em suas respectivas populações alvo o protagonismo social.

No caso dessa investigação, em função da reconstrução histórica da implantação e implementação de uma Política Pública, em que as diversas concepções ligadas aos encaminhamentos da saúde mental, no âmbito público, passam pela Educação. Educação para a humanização, tanto dos profissionais da área de saúde mental, usuários e comunidade. Humanização da atenção e gestão em saúde pela Política Nacional de Humanização – HumanizaSUS (BRASIL, 2004b), que é conexão entre o modo de produzir saúde e os modos de produção de subjetividade.

Destaca-se o princípio da transversalidade e seus dispositivos para consolidar redes, apoio matricial, Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs), gestão, auto-gestão, co-gestão de coletivos (CAMPOS, 2005, p.231), vínculos e corresponsabilização entre usuários, trabalhadores e gestores. Na direção de estratégias e métodos de articulação de ações, saberes e sujeitos. E quando a humanização deixa de ser um valor e uma prática buscada, o que acontece?

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS, 2001), a importância da saúde mental é reconhecida desde sua origem e a concepção é de “não simplesmente a ausência de doença ou enfermidade”, mas como “um estado de completo bem-estar físico, mental e social”.

O relatório da Organização Mundial da Saúde afirma que as doenças mentais e físicas surgem da combinação de fatores biológicos, físicos, psicológicos e sociais, sendo que os transtornos mentais têm sua base no cérebro. E quando abordamos a Política Nacional de Saúde Mental Brasileira, falamos também “sobre a história da loucura, por um lado, e por outro, sobre a história do saber e das práticas que o Estado constitui sobre o louco” (AMARANTE, 1995 p. 85).

No Brasil, a partir da redemocratização da reforma sanitária e da reforma psiquiátrica, surge a garantia dos direitos à saúde. Nesse período, para responder aos processos de exclusão, de estigmas e ações científicas cristalizadas, na década de 1980 acontece a mobilização de usuários, familiares e trabalhadores da saúde. Eles mudam a realidade dos manicômios e hospitais psiquiátricos, onde viviam mais de 100 mil pessoas com transtornos mentais.

Experiências municipais como a de Bagé, nas décadas de 1980 e 1990 iniciaram a desinstitucionalização de moradores de manicômios, criando serviços substitutivos de atenção psicossocial para realizar a re(inserção) de usuários em seus territórios existenciais e de atenção ao pleno exercício da cidadania e não somente para controle de sintomas. Isso promove a

abertura de oficinas criativas e serviços abertos, com a participação dos usuários, familiares e trabalhadores em saúde, além de promover interfaces com outras políticas públicas.

De acordo com Maria Candida Moraes (2004, p. 272), o pensamento educacional deve conspirar pela inteireza humana, a favor da vida, do espírito humano, com reverência à vida, “pois aquele que reverencia a vida não a destrói, não a mutila, não a condena”. Nessa perspectiva está o processo de auto-eco-organização apregoado por Edgar Morin (1997), na qual a organização do mundo externo está inscrita dentro de cada um de nós, por onde passam os fios que tecem e constituem as Políticas Públicas e suas práticas, exitosas ou não.

Aproveito a minha manifestação, para discorrer sobre a leitura do artigo – A Pesquisa em Ciências Humanas, pois o texto aguça o despertar da compreensão e entendimento sobre o tecido das inovações que nos constitui eticamente na existência acadêmica e seus impactos, desde a pesquisa, procedimentos, resultados e participantes.

Inclui o título do artigo, a manutenção da coerência, coesão e conseqüente prática, num alinhar apregoado nas diretrizes teóricas e a prática na vida acadêmica. Não somente nesses ambientes, e, sim em outros, cuja existência também se faz plena, conseqüentemente necessária. Por isso, sinto-me contemplado do que diz Paulo Freire (1999, p. 97):

Não posso entender os homens e as mulheres, a não ser mais do que simplesmente vivendo, histórica, cultural e socialmente existindo, como seres fazedores de seu “caminho” que, ao fazê-lo, se expõem ou se entregam ao “caminho” que estão fazendo e que assim os refaz também. (FREIRE, 1999, p. 97, grifos do original)

Compreendo que devemos sentir a nossa vida e perceber que a exemplo da Terra, sim Terra, enquanto chão, areia, barro, onde plantamos e cultivamos alimentos. Assim entendo a nossa vida, que, com certeza, essa vida tem de ser semeada e cultivada com o que há de melhor das existências que se fazem virtuosas e exemplares, não num sentido de moralidade, mas de plenitude, que, com certeza, inclui acertos e equívocos, principalmente os que primam por querer acertar. Mais uma vez recorro às palavras de Paulo Freire (1999, p. 98), “diferentemente dos outros animais que não se tornaram capazes de transformar a *vida* em *existência*, nós enquanto *existentes*, nos fizemos aptos a nos engajarmos na luta em busca e em defesa da igualdade de possibilidades (...)”.

O surgimento do COVID-19, balançou as estruturas sociais básicas, as quais sofreu um desmonte, principalmente, a das Políticas Públicas Sociais Básicas. A opressão e o medo instalaram-se sobre a coletividade, porém, como lembra Paulo Freire, em suas manhãs de

infância, há que se “esperançar”. Paulo Freire (1999, p. 10), diz: “*Não sou esperançoso por pura teimosia, mas por imperativo existencial e histórico*”.

O texto cutuca e faz refletir sobre os dados reais de uma prática que está sendo contemporânea, especialmente sobre uma colega de Pós-Graduação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), que abandonou o curso em função de não ter provimento para acessar ao ensino remoto. O olhar sobre o vídeo de escrita acadêmica traz à tona a questão da desenvoltura e a quebra de certa rigidez, que engessam os acadêmicos.

A Normalidade da Desigualdade Social e da Exclusão Educacional no Brasil, de Iracema Santos do Nascimento e Patrícia Cerqueira dos Santos; (O primeiro artigo é uma proposição do componente curricular pesquisa no Campo Educacional, e os outros dois artigos são sugestões do professor orientador, Alessandro de Carvalho Bica). Reflexão não proposta nas metas, mas realizada, foi sobre o cuidado e zelo com a colega Paula Cavalheiro, que é assistida pelas maravilhosas interpretes de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

A coordenação do Mestrado Acadêmico em Ensino agiu rápido e garantiu o acesso a colega, mesmo que para isso houvesse o adiamento de atividades previamente programadas. Isso nos leva a compreender o processo de engajamento e comprometimento, tanto da gestão, como da cogestão, onde todos estamos incluídos.

Nesta escritura, cito algumas das reflexões que a componente curricular Pesquisa no Campo Educacional, por suas mediadoras, promoveram durante esse período letivo.

No processo de escrita de uma Carta Pedagógica, porém, há um estudo e pesquisa para isso. Além de ler os livros e textos recomendados, fui olhar outras publicações de correspondências que pudessem conter um cunho pedagógico de vivências humanas pedagógicas dentro de um contexto existencial vivo (CAMINI, 2012, p. 35).

Para realizar esse intento, fui ler e reler Contardo Galligaris, psicanalista recém falecido, que escreveu Cartas a Um Jovem Terapeuta, Rainer Maria Rilke, Cartas a Um Jovem Poeta, Andrew Carroll, Cartas no Front – relatos emocionantes da vida na guerra, que inclui cartas de pracinhas brasileiros na segunda guerra Mundial, Clarice Lispector, correspondências, e a Correspondência completa de Sigmund Freud e Carl G. Jung. O componente curricular produziu efeitos muito além das suas fronteiras, pelo menos para mim, foi assim, e acredito que para todas e todos também.

Os impactos produzidos pela pandemia, repito aqui, desvelaram o que há muito tempo vinha sendo opacificado nos múltiplos e variados campos da existência humana. Obviamente, ressaltam-se as pessoas e seus espaços de vida em estados quase que permanentes de

vulnerabilidade, mas que em tempos “normais” são invisíveis pelo frenético ritmo que a todos envolvem.

A educação, desde o golpe de 2016, que antes aspirava um inovador “ar”, com a criação de Universidades e Institutos Federais, além de uma considerável dotação orçamentaria para suas gestões, contemporaneamente sucumbe, frente a um impensável desgoverno, resultado de um desmonte das Políticas Públicas Sociais, que se veem num estado de surreal existência.

O vírus COVID -19, faz pensar e repensar o que é mesmo o conceito de civilização, tão apregoado em inscrito nos diversos textos de informação e formação humanas, porém na prática, quase que inexistem as conquistas da solidariedade, da bondade e da compaixão, parecendo acontecer somente em algumas áreas do conhecimento humano, as quais preconizam e devem ser geradoras de tais valores.

Sem querer tutela ou curatela, quem deveria nortear a Educação, além de suas diretrizes e pressupostos teóricos, faz ao contrário. Pisoteia sobre o texto que o constituiu, e sem a vigilância e controle social democrático da presença dos bons e maravilhosos pesquisadores e pesquisadoras de “todo o dia”, oportunizam-se para “passarem sua boiada”, cujos efeitos e impactos negativos transcendem o ambiental e educacional.

O mundo foi surpreendido por uma pandemia, cujos reflexos ainda pouco sabemos. Apenas, no momento, torna-se mais visível, quem está mais longe ou mais próximo da civilização, destacada anteriormente, seja devido a uma estrutura anterior, por colonização de poder e saber, mas que os fazem sentirem-se, no momento, confortáveis no estabelecimento de suas normas.

As tecnologias digitais e suas ramificações em diferentes dispositivos, desnudam e ao mesmo tempo, exemplificam o “estado de vulnerabilidade”, instalado e reinstalado em nossa atual conjuntura, onde sim, quem tem um ponto de internet com acesso ilimitado, com certeza, possui muito mais condições de estar no ambiente de ensino remoto, utilizado na atual conjuntura de crise sanitária.

O texto em referência - A Educação em Tempos de Pandemia: soluções emergências pelo mundo, editorial de abril de 2020, do Observatório do Ensino Médio em Santa Catarina – OEMESC -, do componente curricular, mediado pelo Professor Alessandro, dá uma maravilhosa cutucada nos aspectos educacionais, sociais, econômicos e políticos. E quantos respingos, nós, simples pesquisadores acadêmicos não estaremos expostos, fruto de um momento vulnerável, contudo fortalecedor de outros, travestidos de imagens celestiais?

No momento, a relação comunicacional aqui, como um relato, precedente do projeto de qualificação, é dialógica, e não segue uma linearidade, mas sim permeia uma trama, pois: “carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura; a memória, às vezes difusa, às vezes nítida (...)” (FREIRE, 1999, p. 32 – 33), pois isso evoca o que diz Fazenda (2001, p. 25) “a memória retida, quando ativada, relembra fatos, histórias particulares, épocas, porém, o material mais importante é o que nos permite a análise e a projeção dos fatos (...)”.

Isso acontece comigo, agora, com esta escrita, crítica e reflexiva, a própria pesquisa no jornal para o desenvolver do processo de dissertação, que é objetivo meu, neste mestrado, pois como bem aponta novamente Fazenda (2001, p. 25) “(...) um professor competente, quando submetido a um trabalho de memória, recupera a origem de seu projeto de vida, o que fortalece a busca de sua identidade pessoal e profissional, sua atitude primeira, sua marca registrada”.

Penso sobre o artigo A Educação Básica Como Direito, de Carlos Roberto Jamil Cury, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Pois o que conversava até agora é sobre a educação, e entende-se ela, como direito desde a educação básica, conceito novo, que consta na Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº 9394/96), por isso precisa ser vista em amplo horizonte, dentro de um novo olhar referencial, como inclusão a permear a cidadania de todos.

Articulações entre Esclarecimento e Educação, organizado por Clenio Lago e Maurício J. Farinon, já no capítulo 5, à Contramão das atuais correntes pedagógicas, Hans-George Flickinger, propõe e nos faz olhar o estranho, e quem sabe este estranhamento, assim como a própria complexidade, poderá estar acontecendo devido a toda essa multiplicidade de fragmentações do próprio saber, - que se torna tecnicista – e já o é – por simples exercício de uma tarefa.

Isso poderá ocorrer pela força do instantâneo, fugaz, pois onde há apenas a satisfação e o sentimento de algo realizado no momento, e unicamente naquele momento, que ali se estanca, e se dá por feito, sem saber e sem sabor, diria Roland Barthes (1978, p. 21). Aqui, destaca-se, estimados e estimadas, saber sem a devida compreensão e discernimento do próprio ato, enquanto exemplo da promoção de algo, que se faça digno e de valor humano.

A reflexão produz um outro pensamento, ou melhor, questionamento; será que estamos sendo meros repetidores de algo, que simplesmente seria uma dinâmica de robôs, máquinas, com o óbvio, das engrenagens, tal qual uma impressora tipográfica, que conclui com a dobradura única do jornal?

Hoje, elas possuem uma função programática de inteligência artificial – que se sobressai perante um saber do conhecimento do senso comum? A Filosofia da Educação, ou outros dispositivos de saber, são “elos” que, como ponte, promovem a passagem dos múltiplos e interdisciplinares saberes, os quais vão ressonar, para e com outros dispositivos estruturantes do próprio conhecimento, que por si só, torna-se um experimento colaborativo de outras descobertas.

Penso que as cartas pedagógicas inspiram e fazem transpirar. Elas exalam um perfume estimulante. O de estudar, pesquisar, refletir, dinamizar o processo político pedagógico do aprender a aprender a si mesmo e a própria relação com esse conhecimento, que aborda, transborda, e, por isso, é um constante desafio, principalmente, em reconhecer o potencial que surge da primeira e especial instituição que é o humano que nos habita, pois como bem destaca o nosso Patrono da Educação

uma das tarefas do educador ou educadora progressista, através da análise política, séria e correta, é desvelar as possibilidades, não importam os obstáculos (...)”, “(...) fazemos movidos pela esperança, pelo fundamento ético-histórico de seu acerto, faz parte da natureza pedagógica do processo político de que a luta é expressão. (FREIRE, 1999, p. 11)

Esta experiência mobiliza meu processo de aprendizagem científico, cuja feitura, tem um sopro da beleza e boniteza do corpo docente do mestrado, que desde o primeiro dia de aula e agora, muito me ensinam, junto com os colegas discentes.

4 NARRATIVAS DA QUALIFICAÇÃO DE UM TEMPO E LUGAR

A força e energia para as atividades próprias da idade sempre estiveram presentes, isto é, dinâmica vivencial de adolescente, junto aos amigos e a inserção no mundo do trabalho, com 13 anos de idade, um labor para executar, com suas devidas responsabilidades. Atividade que ocorria simultaneamente com a participação no 1º Grau, hoje Ensino Fundamental, no Grupo Escolar Silveira Martins, hoje Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio. As aulas aconteciam no turno da manhã e à tarde frequentávamos, desde o 6º ano, o Centro de Artes Ciências e Tecnologias, conhecido pela sigla CACT, comparado a uma escola técnica em dimensões menores as que existiam na época, a exemplo da Escola Técnica Federal de Pelotas, hoje IFSUL. As matrizes curriculares, tanto da Escola Silveira Martins, com seus componentes de formação e integração, como do CACT, desenvolviam: técnicas domésticas, educação física, técnicas agrícolas, técnicas industriais, técnicas comerciais, laboratório de biologia, física e química, com feiras de ciências e exposição dos materiais produzidos nos componentes. Tudo isso, com as devidas inclusões, somadas, produziam um olhar e prática além das tecnologias frias, mas sim quentes, borbulhantes e efervescentes, pois contavam conosco, uma juventude participante e atuante, detentora do brio, a vontade e energia contagiante, que movimentava o cotidiano da escola e essa era retroalimentada pelo contexto do lar, da família, da vizinhança, dos amigos e os diferentes círculos de amizade. As atividades da escola refletiam diretamente nas nossas brincadeiras de casa e amigos. Digo isso, evocando uma lembrança do que Paulo Freire compara, as vivências do seu neto e neta “(...) é a diferença entre uma criança de um contexto de apartamento e uma criança que tem como mundo a cidade inteira. Ele não anda, só, a cidade inteira, mas anda uma boa parte do setor, da rua onde ele mora, só ou com seus camaradas” (FREIRE, 2011, p. 73). Minha adolescência, teve como moldura, a escola é minha, o bairro é meu, a praça é nossa, “a praça é minha”, diz o “louco” no filme Cinema Paradiso, de Giuseppe Tornatore. Nossa, minha, no sentido mais elevado e amplo, que protagonizaram singularidades e coletividades, e não os narcisismos e hedonismos do atual momento. Eu, tu, ele, ela, nós, eles, elas, vós, éramos alimentados por um conhecimento, que nascia na escola, permeava nossas casas e retornava para a rua, o bairro, a brincadeira na praça, nos campos de futebol, nos jogos de calçada, nos pátios, no andar sobre os muros e cruzar por dentro dos espaços da vizinhança sem ser considerado um perigo para a sociedade. Nós apostávamos corrida, tínhamos o campinho de futebol com trave de taquara, ou marcações com pedra, um cordão constituía nossa rede de voleibol. Imagina!!! Reuníamos cinquenta adolescentes em um único espaço, para torneios de futebol, futebol de mesa (botão puxador e panelinha). O

cotidiano era marcado pela presença em casa, nos pátios das casas dos amigos, nas áreas abertas da escola (inclusive nos finais de semana), reunião com os amigos, cujo sinal era um assobio, e a partir disso, outros amigos, saíam de suas casas e sempre havia uma brincadeira, e caso não tivesse, a resenha e piadas eram o show. E de quebra, escrevíamos letras com alusão aos cuidados com as drogas e sua dependência química, assim como dos amores vividos e sonhados.

Segui a provocação e desafio do meu estimado orientador, e falo na primeira pessoa, dimensionando que “eu” sou múltiplo e interdisciplinar pela história, pela cultura do que experimentei e vivi no contexto social dos caminhos da minha existência feliz, pois existindo como ser fazedor do meu “caminho” “(...) que, ao fazê-lo, se expõem ou se entregam ao “caminho” que estão fazendo e assim os refaz também” (FREIRE, 1999, p. 97). Desde que me conheço e reconheço por “gente, pessoa”, sempre houve intensidade nos atos e palavras, cujas atitudes formadoras e transformadoras deram-se em todas as ações humanas por mim realizadas.

Aos 13 anos de idade, em fase de conclusão do 1º Grau (Ensino Fundamental), começo a trabalhar na Banca de Jornais e Revistas, chamada Tio Patinhas, existente até hoje, na Av. Tupy Silveira, em frente ao Mercado Peruzzo, em Bagé. Depois das tarefas escolares, por volta das 17hs e 30min, pedalando uma bicicleta com bagageiro frontal, buscava as últimas publicações chegadas na distribuidora de revistas e jornais, que ficava na General Osório, esquina com a rua Dr. Penna. Milhares de pedaladas foram dadas, até chegar ao Ensino do 2º Grau, na Escola Estadual Dr. Carlos Kluwe, onde cursei a habilitação em laboratório, no período noturno, pois já havia sido contratado por um Laboratório de Anatomia Patológica e Citopatologia.

Estudos e trabalhos, sempre foram motivações para diferentes aprendizados e relações sociais. No laboratório, era um “faz tudo”, aprendia e o que fazia, eu gostava. Minhas funções começaram de forma simples, até atividades mais técnicas e complexas. Isso ocorria assim: quando a secretária do laboratório entrava em férias, eu a substituía nas suas atividades de datilografar, marcar os exames, agendar consultas e outros aspectos próprios da função. Com o tempo, ficava no lugar da técnica do laboratório, durante as férias, tudo isso precedido de muito aprendizado e treinamento para manusear os equipamentos, tubos de ensaio, lâminas e lamínulas e o preparo dos corantes, etapas que antecedem o olhar sobre o microscópio e consequente diagnóstico.

Aos 15 anos, sentia orgulho, em ter minha carteira de trabalho, pois para mim, a atividade laboral proporciona um contato humano criador, afetivo e proativo. Destaco que na

época, o médico com quem trabalhava no laboratório era um exemplo a ser seguido. No labor, minha relação, sempre foi de aprendizagem, especialmente por interagir com e pela função do trabalho, desde os demais profissionais do laboratório e dos outros lugares, como Santa Casa de Caridade de Bagé, Casa de Saúde Dr. Mário de Araújo, hoje hospital universitário da Universidade da Região da Campanha, consultórios médicos, clínicas e ambientes de serviços de saúde e assistência, incluindo-se as livrarias: Sulina, Previtali, bibliotecas do Serviço Social do Comércio do Rio Grande do Sul (SESC), Serviço Social da Indústria (SESI), Serviço Nacional da Aprendizagem Industrial (SENAI), e outras com significativo acervo de livros.

Essa liberdade, que assim considero, produzia em mim, uma fome, virtuosamente, tinha fome de saber e de querer desenvolver. Minha agenda diária, desde os 15 anos de idade, consistia em trabalhar manhã e tarde, e retornar para casa, fazer um lanche rápido e cursar o 2º Grau, (hoje Ensino Médio) além de leituras, e outras participações e eventos, como os já citados.

Do Laboratório de Patologia, em 1980, fui para o exército, onde fiz uma trajetória com interesse na prática de esportes, especializando-me em provas de pista e de campo, isto é, modalidades dos 400 metros rasos, revezamentos, 4x400 metros, 800 metros, saltos em distância, altura e corridas de resistência, 5 mil, 10 mil. Sempre orientado de forma técnica e qualificada. Sagrei-me campeão em diversas modalidades do atletismo nas olimpíadas militares, em nível municipal, estadual e federal, inclusive com o mérito de Melhor Combatente em Aptidão Física. Ainda na caserna (quartel), e em função do gosto pelas atividades físicas, ministrava Educação Física para soldados, cabos, sargentos e orientava os oficiais nas regras do jogo de tênis, inclusive confeccionei uma quadra de tênis com as dimensões oficiais. Minha qualificação militar no exército, Cavalaria, era amparada, pois poderia permanecer até ir para a reserva (aposentadoria). Fui promovido a Cabo, frequentei curso de sargento, porém logo em seguida, após algumas reflexões, solicitei meu licenciamento definitivo do exército.

Ao sair do exército, com 22 anos, fui trabalhar em informática, no tempo da programação com fluxograma Cobol. Coordenei o Centro de Processamento de Dados de uma empresa de confecções. Fui convidado para gerenciar uma Empresa de Mineração e Transportes de Material Corretivo do Solo, para produção de adubo. Recebi convite para implantar e gerenciar a Rádio Calandra FM, segmentada para uma população que apreciava música de qualidade. Na constituição da rádio, um outro aprendizado: visitar várias rádios, dentro de um estilo e padrão Itapema FM (que na época era um modelo de rádio em Porto Alegre), com baladas e a devida qualidade, para atender um público que poderia se dizer exigente e conhecedor de música. Aqui, um detalhe: como gerente Administrativo, aprendi a ser operador

de mesa do som. Montei um estúdio com toda uma técnica acústica com embalagens de ovos, algo inovador e padrão, na época.

A Rádio Calandra FM, que depois tornou-se Atlântida, e hoje é a Pop Rock, foi construída com gosto, zelo e inicialmente era composta por uma equipe brilhante, com locutores, jornalistas e técnicos, e atuávamos juntos, e fizemos a rádio ser o que foi, exemplo de radiodifusão em Bagé. Um sucesso na qualidade musical e nas suas atividades promocionais, numa gestão participativa, colaborativa e metodológica, que envolvia além da percepção e sensação popular, o gosto musical, com sentido e significado. O cotidiano era de reuniões semanais, para promover e qualificar, inclusive o vocabulário, discutir a programação, as inovações musicais, a organização do lugar. Posso dizer que foi uma prática de gestão solidária e horizontal, onde todas e todos tinham, a devida participação e escuta. Eu muitas vezes supria o atraso de algum dos operadores, e colaborava com colocar a rádio no ar, e isso me rendeu aprendizado e satisfação, pois o espírito era de equipe.

Destaco que o ativador e diretor da rádio era o meu amigo médico, patologista, com quem na adolescência trabalhei, no referido laboratório. A convite do amigo, aceitei o desafio, empreitada, algo totalmente fora das minhas características, A rádio foi um sucesso, inclusive, deu origem ao evento Garota Verão da RBS. Na montagem da rádio, planejamento e organização sempre estiveram presentes. Reuniões, almoço com as agências de publicidade e veículos de comunicação da época, distribuição da proposta e programação, dizendo para que o novo veículo de comunicação social se fez presente. Esse momento, foi um tempo de inteireza, que assim como outros instantes, também serviram de elaboração das tramas de minha dor e sabor (FREIRE, 1999, p. 31; BARTHES, 1978, p. 21), pois eu sentia a satisfação do aprendizado em lidar com outras áreas, principalmente a da comunicação social, pela radiodifusão, sempre com um olhar no ar, e os pés na terra, sempre pelo processo educativo do veículo, sem deslumbres, pois sabedor era, do ambiente que favorece as inúmeras superficialidades. Me era necessário dominar os conhecimentos sobre tal, inclusive a parte técnica, pois muitas vezes realizei a troca de fusíveis, no transmissor, e até mesmo a realização da compra de válvulas, que eram importadas pelo Banco do Brasil. A vivência de gestão, teoria e prática no ambiente de radiodifusão, principalmente porque esse lugar possibilita múltiplas integrações, diferente de agora, em que tudo é programado, gravado, via online, sem precisar de pessoas, ao vivo, o que para mim é algo sem gosto.

Hoje, ao tentar escrever, percebo o quanto nossas relações eram interdisciplinares, de músicas, de saberes e de engajamento de atitudes, que ocorria no tempo e espaço, desde uma

entrevista, cujo fundamento sempre era o de promoção de pessoas e lugares, como diz Maria Candida Moraes (2001, p 34), “(...) é um pensamento que nos ajuda a compreender melhor que o sentido da vida é relacional, que a realidade é una e constitui um todo e que participamos de uma grande sinfonia universal entretecida na eternidade do aqui e do agora.”. No período de três anos, desde a montagem dos estúdios da rádio, estrutura administrativa e técnica, os conhecimentos adquiridos, foram de grande valia, especialmente pela ênfase na aprendizagem técnica do rádio-jornalismo, publicidade, programação musical, roteiro e relações públicas.

Na época, cursei dois anos de Direito, na Faculdade Unidas de Bagé (FUNBa), hoje URCAMP, mas devido, às minhas quixotescas percepções, resolvi abandonar o curso, pois sentia que a prática jurídica, pelo menos, naquele momento, estava muito longe de sua bela doutrina e do meu interesse. Isso me faz lembrar Paulo Freire, que diz

Me emocionei muito esta tarde, quase agora, disse a Elza. Já não serei advogado. Não que não veja na advocacia um encanto especial, uma necessidade fundamental, uma tarefa indispensável que, tanto quanto outra qualquer, se deve fundar na ética, na competência, na seriedade, no respeito às gentes. (FREIRE, 1999, p. 17)

Com um perfil e gosto por liderança e gestão de pessoas, assumi um cargo de Supervisão de Vendas na Isabela, massas e biscoitos, onde por um curto tempo coordenei equipes de representantes para atendimento, desde a fábrica até o mercado. Na época, trocar de trabalho, mesmo com crises do momento, ainda era possível, tendo em vista o acúmulo de algumas habilidades sociais.

No início de 1989 sou contratado pelo Jornal Correio do Sul, considerado na época, uma boa escola na iniciação do jornalismo, pois como repórter a abrangência da cobertura jornalística era ampla, e envolvia todos os segmentos e instituições do município e região: pauta com instituições privadas, públicas, Administração Pública Municipal, Estadual, Federal, setores do Executivo, Judiciário e Legislativo, Sindicatos dos Trabalhadores, áreas da educação, saúde, habitação, agropecuária, setores produtivos e outras áreas que constituem a dita sociedade organizada. Também escrevia reportagens especiais, aos finais de semana. Enfim, os saberes do universo da comunicação social, no caso jornalismo escrito, somaram-se aos conhecimentos advindos do rádio-jornalismo, desde os tempos da gestão da rádio em que trabalhei. Assumi a função de gerente de reportagem, com participação em congressos da Associação de Jornais do Interior (ADJORI), cursos e muitas viagens, sempre com um novo desafio e aprendizado.

Além das reportagens convencionais, sempre busquei inovar e divulgar pessoas e setores, até então considerados invisíveis, cuja função social eram relevantes e imprescindíveis, especialmente quando a contribuição para determinada região era exemplar e educativa. Lembro de uma reportagem com adolescentes de uma escola da periferia de Bagé, que tiveram uma experiência como escritores, e resolveram, pela poesia, contextualizar suas realidades de vida no bairro, na família, nas suas singularidades e sonhos. Naquele momento, refletia sobre minha fome de saber e aprender, do como saber, e o que fazer com o saber depois saber. Passei pelo magistério, sem poder concluí-lo, embora tenha feito todos os componentes pedagógicos, porém em função dos estágios, que colidiam com o horário de trabalho, e naquele momento era fundamental mantê-lo.

Estar repórter me proporcionou um outro olhar e amplidão de mundo, diversas inclusões e ensinamentos, principalmente em função de dar as reportagens um outro aspecto jornalístico, além dos apelos diários, e sim, uma característica filosófica, social, e de cunho educativo, numa perspectiva de elevação e conhecimento histórico do lugar e das pessoas que existiam, ali.

Junto com a função de repórter do Jornal Correio do Sul, também fui correspondente do Jornal Correio do Povo. Tinha a liberdade para promover a pauta: entrevistas, reportagens, práticas de vida, aspectos sociais do cotidiano, práticas pedagógicas e sociais dos que viviam na região campanha, suas histórias, as emancipações dos municípios, aspectos positivos e negativos. Enfim, tudo que pudesse ser notícia, com valor cultural e histórico, principalmente com ênfase educativa.

Ainda, em 1989, retornei à Universidade e fiz o vestibular para a primeira turma do curso de Psicologia da URCAMP, que recém havia sido criado. Já participava do Movimento de Luta Antimanicomial, era discente do curso de Administração em Saúde Mental Coletiva, A Liberdade é Terapêutica, com referencial teórico de mudanças que vão se processando no Plano Municipal de Saúde Mental, Planos de Saúde, desde a Reforma Sanitária, nos modelos de atenção aos usuários dos serviços, nos conceitos de loucura, com estimulação a cidadania, criação de espaços de participação, integração, interlocução.

Eu, militava no campo social, em um processo educativo e político, com articulações que mantinham viva as diretrizes da Reforma Sanitária Brasileira, a mudança de conceitos e práticas para construir sujeitos e atores sociais, socializar espaços e conhecimentos e consequentemente produzir transformação social.

As diferentes atividades – Jornal, Psicologia, Movimento de Saúde Mental Coletiva, de igual modo, provocavam múltiplas reflexões, leituras e práticas sobre as questões políticas, os

poderes, a redemocratização do país, a luta por implantar políticas públicas, os novos processos de vida e a existência, como bem destaca Paulo Freire (1999, p. 98), de todo esse bojo de envolvimento e engajamento. Por exemplo, no primeiro semestre do curso de Psicologia criamos o *Jornal Insano*, utilizado para divulgar a produção acadêmica, incentivar reflexões críticas, análises, com projetos de ensino pesquisa, ações pedagógicas e transformadoras. O jornal promovia debates, conteúdos extracurriculares e interfaces com os cursos da educação, artes, fisioterapia, direito, no intuito de complementar os saberes que ocorriam nas salas de aulas.

Em 1990, são efetivados os cursos de Administração em Saúde Mental Coletiva, que foi resultado das propostas de descentralização do PAISMental. Bagé sedia o VI Curso, numa promoção da 7ª Delegacia Regional de Saúde (7ª DRS), (hoje 7ª Coordenadoria Regional de Saúde) Serviço Nacional do Comércio e Prefeituras de Bagé, Dom Pedrito, Pinheiro Machado e Lavras do Sul. No decorrer do curso, 1991, aconteceu a criação do “Fórum Gaúcho de Saúde Mental”, quando promovemos a 1ª Conferência Regional de Saúde, preparatória à Conferência Estadual de Saúde. Naquele momento, ocorre o intercâmbio entre Brasil e Uruguai, estabelecendo-se a saúde e educação como metas prioritárias na integração.

Em março de 1992, após diversas negociações e articulações estratégicas, pois na época presidia o Diretório Acadêmico de Psicologia, culminou com a criação no currículo da Faculdade de Psicologia da Universidade da Região da Campanha, o componente curricular Saúde Mental Coletiva, que passou a ser ministrado por uma professora, que já era integrante do movimento de Saúde Mental Coletiva. Na sequência, aproveitando os “bons e auspiciosos ventos”, articulou-se com a URCAMP a implantação do curso de Pós-Graduação de Especialização em Saúde Mental Coletiva.

Em junho de 1994, sou convidado a editor do *Jornal Minuano*, um novo periódico em Bagé, que recentemente tinha sido criado, com circulação semanal, pautado para desencadear ações em prol da cultura, educação, saúde e refletir o desenvolvimento da cidade e região, dentro de um princípio de valorizar o potencial da vida integrada da região, ir além do papel de um veículo de comunicação social impresso, e sim, com a função social de produzir e refletir positivamente a situação política, econômica e social. A importância do semanário é percebida desde as primeiras edições em circulação, pois fato e dado que demonstra sua inserção social, foi a utilização direta na sala de aula, tanto para pesquisa como para o próprio ensino, o que qualificou trabalhos escolares e acadêmicos, passando a dialogar com os diversos e diferentes segmentos do município e região.

Fui responsável por convidar jornalistas e colaboradores para o jornal, efetivando um jeito diferente de fazer jornalismo. No início de 1995, em função de minha preparação à conclusão do curso de Psicologia, indico um amigo jornalista e deixo o jornal, que é logo adquirido pela URCAMP.

Com foco na formação, últimos dois semestres, em 1995, proponho a reitoria da URCAMP a doação de metade dos meus livros, em troca do pagamento do restante do curso. Aceita a proposta, os livros foram para a biblioteca da instituição. Esses livros fizeram parte da primeira locadora de livros de Bagé, montada por mim, ainda quando trabalhava no Jornal Correio do Sul, e que foram sendo adquiridos durante as viagens e vivências no tempo. Em março de 1995, participo da II Edição da Revista de Saúde Mental Coletiva. Uma parceria com a URCAMP e o Centro de Estudos Sociais Contemporâneos, incluindo nosso trabalho de conclusão de curso na especialização em Saúde Mental Coletiva.

Em 1995, ousamos mais um evento paralelo ao que já acontecia na universidade e no movimento de saúde mental coletiva de Bagé, quando como coordenador do Encontro Regional de Psicologia da Região Sul (EREP/Sul), que abrangia Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e São Paulo, aceitamos o indicativo do encontro, fato ocorrido durante uma semana, na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para sediar em Bagé o EREP/RS, incluindo os amigos da prata, argentinos e uruguaios.

Institucionalmente sofremos todos os boicotes possíveis à nossa temática e aos palestrantes que não eram do agrado da direção do curso de psicologia da URCAMP – os convidados não eram ortodoxos. O projeto não constou no planejamento e previsão programática da semana acadêmica e nem a ajuda de custo prevista e acertada em tempo hábil. Mas não nos assustamos. Nos bancamos, no esforço e dedicação. Com a ajuda de muitos e com o valor das inscrições, por um milagre, deu para pagar todas as despesas – passagem de avião, hotel, alimentação diária durante uma semana, etc. O encontro foi produtivo, elogiado e demonstrou a pujança de um grupo interdisciplinar, que na prática enalteceu a teoria, “o processo interdisciplinar desempenha papel decisivo para dar corpo ao sonho de fundar uma obra de educação à luz da sabedoria, da coragem e da humildade” (FAZENDA, 2001, p. 18).

Quem não conhecia os pampas ficou conhecendo, assim como os *hermanos* uruguaios e argentinos, e obviamente, as propostas da luta antimanicomial.

Minha graduação em Psicologia acontece em dezembro de 1995. Sigo participando como voluntário do Serviço de Saúde Mental, Oficina de Criação Coletiva, evento que durou quatro anos, com as práticas do cuidado, do modo diferenciado de atenção, capacitação e

desmistificação da doença mental. Cito um exemplo: reuníamos os policiais militares, graduados e oficiais, e explicávamos as diferentes formas e maneiras de manejar e conter uma pessoa que estivesse em sofrimento ou padecimento mental (surto). Conter não significava amarrar, algemar, nenhuma ação que caracterize violência. Sem armamento, sem algemas, simplesmente segurar a pessoa, entre dois ou três, sendo que o trabalhador em saúde mental, faz o procedimento, aplica a medicação, e pronto. O usuário, se estivesse na rua, poderia seguir seu caminho, destino. Tal procedimento, de convencimento, explicação, aceitação, compreensão – fato que já ocorria nos cursos -, também acontecia com os profissionais de saúde nos hospitais, ambulatórios e postos de saúde. Para não temerem e saberem que o usuário, portador no momento, do padecimento psíquico, em crise, poderia ser bem atendido, e caso precisasse poderia ser internado em qualquer ala, ambulatório, sem necessitar de isolamento, ou o velho conhecido manicômio.

O Serviço de Saúde Mental Coletiva, conhecido também de Oficina de Criação Coletiva, constituía-se num lugar substitutivo as velhas e antigas práticas manicomialis, tornando-se um lugar de referência na atenção e cuidado integral. Enquanto movimento social, fomos convidados a participar de diversos eventos em outros municípios, estados e países. No sentido de melhor divulgar e qualificar a reflexão sobre a Saúde Mental, montamos uma peça teatral, denominada Retratos de Família, que retratava a dinâmica e processos que conduzem ao padecimento psíquico, desde a primeira instituição, que é a família, abusos, dependência química, prostituição, falta de limites e outros aspectos constituintes da loucura. As oficinas de criação coletiva funcionavam na 7ª Coordenadoria Regional de Saúde, Santa Casa de Caridade e nas dependências da antiga LBA, Legião Brasileira de Assistência, onde hoje funciona o Centro de Atendimento Psicossocial II – CAPS II. Nossas apresentações teatrais aconteceram durante três anos, com especial participação nos eventos promovidos pelo SESI/SENAI.

Em janeiro de 1996, sou contratado pela Prefeitura Municipal de Candiota para assessorar na divulgação da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Bem Estar Social, e como psicólogo no Departamento de Assistência Social.

Na Secretaria de Cultura promovemos o levantamento histórico da Revolução Federalista de 1893, quando Antônio de Souza Neto, proclamou a República Rio-Grandense. O evento contou com a participação do escritor Tabajara Ruas, com o livro, Os Varões Assinalados. Promovo a edição do Jornal O Vagalume, que dá luz aos saberes da cidade, recém emancipada, história do lugar, sua identidade e cotidiano. No Departamento de Assistência Social, articulo as relações comunitárias, tendo em vista que o município é fragmentado em

cinco localidades distantes uma das outras, em cerca de sete quilômetros da sede administrativa, Dario Lassance, o que dificultava os processos de integração e formação, com vistas a autonomia e sustentabilidade dentro dos projetos educacionais.

Na época, para ilustrar, Candiota, era um exemplo de município recém emancipado, cujo assistencialismo e paternalismo, ainda era muito forte. Antes da emancipação, basicamente as vilas e localidades povoadas eram todas de propriedade da Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE). Os moradores, principalmente os funcionários da companhia, não cortavam nem a grama de suas casas. Apenas solicitavam à companhia o serviço, e a empresa o fazia “gratuitamente”, inclusive, a troca de uma lâmpada interna da residência. Imaginem! Com a emancipação, a empresa não mais executou essas atividades. Adivinhem de quem passou a ser cobrada a tarefa, assim como outras? Claro! Da Prefeitura. E, essa, ao invés de mudar a lógica, seguiu reproduzindo o modelo de grande “mãe”, conservando a matriz oligárquica e clientelista, motivo pela qual fui contratado para coordenar equipes com projetos e lógicas promotoras da autonomia e emancipação de sujeitos, pelas singularidades e coletividade. Meses depois, por razões “desconhecidas”, num “zum zum”, de que articulava muitas consciências, sou demitido.

Em julho de 1996, passo a coordenar a campanha política para vereador pelo Partido dos Trabalhadores, do amigo e médico-psiquiatra Delvo Oliveira, junto com a campanha a prefeito, do candidato Luiz Fernando Mainardi.

No mesmo mês sou contratado pela Prefeitura de Lavras do Sul para trabalhar na secretaria de Saúde, como psicólogo, 20 horas distribuídas em dois dias da semana. Os outros dias são dedicados a campanha política.

Em agosto do mesmo ano, sou eleito delegado na Conferência Municipal de Saúde para a Conferência Estadual de Saúde, em Porto Alegre, e nessa conferência sou eleito delegado para representar com a delegação do Rio Grande do Sul, em setembro, na X Conferência Nacional de Saúde, em Brasília. Enquanto isso, no legislativo municipal, Delvo Oliveira, foi eleito vereador. Perdemos para prefeito e governador. Mantenho as atividades de Lavras do Sul, e em Bagé, permaneço como voluntário no serviço de Saúde Mental coletiva e ator da peça Retratos de Família.

Em outubro, ainda de 1996, assumo a presidência do Conselho Municipal de Saúde de Bagé, tendo como prioridade a promoção e implantação dos distritos sanitários, com a criação das respectivas Unidades Básicas de Saúde, como existem hoje.

Em 1º de janeiro de 1997, assumo como assessor parlamentar no gabinete do vereador Delvo Oliveira, e no dia 03 do mesmo mês, sou convidado pela nova administração de Lavras do Sul a permanecer trabalhando, por 40 horas, na coordenação da Saúde Mental, na Secretaria Municipal de Saúde de Lavras do Sul.

Um turbilhão de reflexões para uma decisão, se ficava no campo político, ou se dava atenção ao profissional. Decido pelo profissional e vou morar em Lavras do Sul, e pela Secretaria Municipal de Saúde, mobilizamos programa e projetos, grupos de hipertensos, de gestantes, alcoolistas, de prevenção e redução de drogas, saúde bucal, relações e organização da dinâmica comunitária, atividades permanentes nas escolas sobre DST/HIV/AIDS; implantação de cursos profissionalizantes nos bairros, com a ênfase, no cuidado e zelo “com, pelo, e no” lugar onde se vive, a partir da casa de cada um.

Promove-se a 1ª Feira de Saúde e Educação de Lavras do Sul, no centro da cidade, com a exposição da produção urbana e rural, dos fazeres e aprenderes das escolas, fotos e trabalhos artesanais, produtos típicos da área de campo, móveis antigos, indústria de laticínio, calçados, apresentações artísticas, evento transmitido pela rádio pepita, com entrevistas ao vivo e “*in loco*”.

Planejamos e participei da coordenação da I conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lavras do Sul, eleito delegado para a Conferência Estadual Dos direitos da Criança e do Adolescente, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e nesse mesmo evento, eleito para a Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, em Brasília.

Na coordenação da saúde Mental, em Lavras do Sul, participava e promovia reuniões e eventos com os diversos setores e segmentos, desde a educação, saúde, agricultura, clubes de serviços, centros comunitários, bairros, visando sempre a mobilização e conscientização sobre como utilizar racionalmente os serviços de saúde pública, em seus programa e projetos, tanto por parte dos usuários como dos profissionais de saúde. Lembro que mantinha uma relação pessoal e institucional qualificada com a secretaria municipal de educação, inclusive com participação direta nas jornadas pedagógicas.

Face ao meu envolvimento e comprometimento com a comunidade de Lavras do Sul, fui convidado a fazer um programa local, na rádio FM Pepita, algo, que até então, nunca havia feito, mesmo já tendo sido gerente de rádio. O programa começou a acontecer duas ou três vezes por semana, com o sugestivo nome de: Lavras por Lavras, pois fechava com a ideia de entrevistar pessoas e instituições que promoveram o seu desenvolvimento e ao mesmo tempo o

município. Aconteciam entrevistas com artesãs, comerciantes, pessoas que eram reconhecidas em suas atividades, seus sonhos, suas lutas. As escolas municipais e estaduais promoviam uma síntese de suas principais notícias e informes.

A partir da rádio e do programa Lavras por Lavras, fomentamos, no auditório municipal, o Primeiro Festival de Teatro e Talentos de Lavras do Sul, estimulando potenciais adormecidos e muito presentes, mas que ficavam escondidos, dentro da escola, no Centro de Tradições Gaúcha, no bairro, em casa, e inclusive deu-se visibilidade a quem era mais conhecido fora do município. A participação dos adolescentes e outros colaboradores, teve uma excelente receptividade pelo público assistente, inclusive o evento abriu um leque de ensaios teatrais e jogos lúdicos, que começaram a fazer parte do cotidiano de Lavras do Sul. Esse fato, foi marcante e constituinte do crescimento da autoestima, principalmente dos jovens e de suas famílias, pois muitos circulavam em ambientes comuns, como CTG, Clubes, e dinamizavam suas relações com os jogos teatrais.

No mesmo ano, fui aprovado no concurso para psicólogo, porém continuei no contrato emergencial, até porque estava estudando uma proposta ocorrida no final de 1997. Em virtude da minha atuação e articulação, nos diversos eventos gerais da comunidade de Lavras do Sul, o prefeito propôs que eu assumisse a Secretaria Municipal de Planejamento. Esse momento foi muito interessante, pois quando tens teu jeito próprio de ser, de agir, de comprometer-se, fazer as coisas, quando já está inculcado um ritmo próprio, uma dinâmica de vida em teu ser, quando o interesse maior é possibilitar que as coisas, desde as palavras, realmente andem. Quando sentes que és ponte e depois vê que o outro faz sua própria ponte, e assim sucessivamente. Como é impactante quando lutas sem o poder instituído e ao mesmo tempo, quando esse poder te convoca e te coloca na mesa das ditas decisões de promover e implantar as políticas públicas, que até então vinham sendo propostas e efetivadas, nos diversos espaços, como conferências, congressos, eventos coletivos de constituição de sujeitos, cidadanias. A partir disso, comecei a sentir o que era a dimensão pública. Os questionamentos eram constantes e presentes, para mim, de como se daria a minha prática, já que no meu discurso sobre Gestão Pública era afiadíssimo. Um desafio, mais elevado. Um paradigma em muitos sentidos. Um turbilhão de pensamentos. Como assumir um cargo de confiança em uma administração de partido oposto ao que eu militava? Eu era do Partido dos Trabalhadores (PT) e a Administração do Partido Progressista Brasileiro (PPB), hoje Partido Progressista (PP).

O convite era instigante, atraente, mas eu nunca tinha pensado em, até então, como agente político, minha identificação era ligada a um partido. Pela primeira vez não sabia o que

fazer. O meu questionamento era intenso, comigo mesmo, e uma voz, lá no meu íntimo, dizia: mas como tua agora hesitas. Sempre trabalhastes em diversos lugares, sem ver a cor ou bandeira. Sempre dissestes que na função pública não se deve esperar que o partido de simpatia chegue ao poder para fazeres o melhor trabalho. Independente de cargo de confiança, tu já estás fazendo, junto com outras pessoas, um trabalho digno de conteúdo educativo, formador e transformador, relevante, ético, reconhecido e de importância na existência individual e coletiva de um lugar. E a tal autonomia que pregas? E se teu partido nunca chegar ao poder? E, se chegar, vai te oportunizar de continuar implantando e efetivando as políticas públicas saudáveis, pela qual tanto lutas? O mundo é complexo e múltiplo de contrariedades. Cadê o teu espírito de luta e de empreendedor e praticidade na aplicação da melhor política pública? É a tua chance de mostrar mais trabalho e estrategicamente implantar e difundir as políticas públicas. De possibilitar outras vivências. E então? Fui até Bagé e em reunião com meus companheiros mais próximos, apresentei a situação. Tinha vontade de aceitar, já, imediatamente, sentir como era. Ao mesmo tempo, dúvidas. Mas a voz interior retornava e dizia: vais querer trabalhar, ser, somente quando teu partido assumir o poder? E se isso demorar ou nunca acontecer? Vais ficar de refém? Podem nem lembrar que tu existes, trabalha e prima por políticas de inclusão. Serviço público não é de nenhum partido, e tu como profissional, que dizes que és, e sempre pensou a função pública como sendo de dupla responsabilidade. Que é dever de trabalhar, ter gosto, com capacidade criativa, competência e qualidade? Durante a reunião solicitei meu desligamento do partido. Questões éticas. Respeitando as proporções, não queria passar pelo que passou a Luiz Erundina. Ser expulso depois. Os companheiros do amplo foram amplos. Apenas comentaram que eu deveria seguir o coração, como já era de meu hábito, pois muitas vezes o próprio partido não bancava os seus.

Em 07 de janeiro de 1998, assumo a Secretaria Municipal de Planejamento de Lavras do Sul. Depois dos rituais e formalidades da posse, rumo ao trabalho. A experiência como gestor municipal do planejamento, mostrou os diferentes ritmos e compromissos entre o público e o privado. De quem tem o entendimento e discernimento das diversas políticas públicas, muitas das quais ainda estavam em processo de constituição, e de quem não tem a devida responsabilidade. De quem ocupa um cargo porque é afinado com a linha político partidária, e por quem não o é. De quem ocupa um cargo em função da simpatia e conveniência, e de quem ocupa um cargo por conhecer e procurar ser competente. Por quem simplesmente fez campanha e exigiu ser colocado em um cargo diretivo e passou a gerenciar políticas públicas – não tem conhecimento e nem entendimento do que é política pública -, porém sabe que vai ocupar um

lugar e a partir da sua curta visão, “mandar”, e não faz o mínimo esforço para aprender. Apenas quer ocupar o lugar com seu “status quo”, que lhe advém do cargo.

A exemplo do que já fazia antes, no serviço público, agora como gestor, dei sequência a minha dinâmica e logo imprimi um processo de metodologia participativa e colaborativa, isto é, com planos, projetos, metas e organização de cada setor da prefeitura. Já tinha o entendimento e sabia, que no serviço público, o beneficiário é o povo, os contribuintes, usuários dos diferentes serviços, pois a atividade pública, desde o limpador da rua, até o prefeito, governador, presidente, é paga por todos nós, população, e daí a conscientização de que os serviços públicos devem ser prestados com a devida qualidade.

Por intermédio da Secretaria Municipal de Planejamento eram elaborados os planos de trabalhos, projetos da área de saúde, educação, desenvolvimento urbano e rural, das obras, da administração e gestão de pessoas, do turismo, da cultura, esporte, lazer, assistência social, engenharia, saneamento básico, meio ambiente, habitação, e outros procedimentos.

Depois de reorganizar a secretaria, documentos, pastas, mapear o município, iniciamos a montagem e discussão dentro dos segmentos do governo municipal e a sociedade civil, de um projeto, denominado Plano de desenvolvimento e Diagnóstico Econômico e social de Lavras do Sul, conhecido por PLINDES. Pensando no potencial do município, e em parceria com o Curso de Geologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi realizado um Levantamento e Diagnóstico do Potencial Mineral de Lavras do Sul. O estudo foi apresentado na Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS) com ênfase nas reservas de calcário calcítico, talco e outros minérios existentes no solo da região de Lavras do Sul. O objetivo era atrair empreendedores para investir na região e torná-la economicamente e socialmente mais dinâmica. Dentre os diversos projetos elaborados pela secretaria e depois aprovados e financiados, fiz questão de ir além do simples planejamento, e sim acompanhar a execução, em sua integralidade, que era o Projeto Área Piloto, coordenado pela EMATER Regional, constituído pelos municípios de Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista e Pinheiro Machado. O objetivo era de um desenvolvimento autossustentável das pequenas propriedades rurais. Um trabalho permanente de conscientização do pequeno produtor e sua família, no sentido de viabilizar e diversificar o seu negócio e agregar valor a propriedade. Na verdade, era incentivar a sair da cultura do boi, onde até então os proprietários, com suas grandes extensões de campo “Não sabem ou não querem fazer” outra coisa para diversificar e qualificar suas respectivas regiões, como um todo. O projeto tinha uma metodologia participativa, com estudos teóricos e práticos “In loco”, isto é, direto no campo, e

engajado com a totalidade dos quatro municípios, desde a família do produtor, entidades sindicais da área, conselhos municipais de desenvolvimento rural, secretarias afins, escritórios municipais da Emater, pesquisadores, técnicos e outros. No projeto da Área Piloto os produtores recebiam o que lhes era de direito, desde a cota em adubo, equipamentos, recursos, mas também foram conscientizados, na prática, de seus deveres, enquanto contrapartida. Isso compreendia o todo da família, desde ajudar na abertura de um buraco para colocar um poste, moirão. A lógica é diferenciada de cidadania entendida somente como usufruir benefícios, direitos, mas sim, de cumprir deveres, que na realidade ampliam os próprios acessos e incluem novas famílias. No meu entender, o dever cumprido, possibilitava outros direitos, e também a outrem.

Sempre refleti no aprendizado do exercício de uma função pública e os seus diferentes níveis de compreensão, concepção, que os gestores, administrados tem sobre a responsabilidade social pública. Até podem ter a noção de responsabilidade, porém não sabem o que fazer com ela, inclusive não agem como responsáveis. Como agentes políticos sociais que ocupam um tempo e espaço de poder mudar, transformar e consolidar, no caso as políticas públicas. Não se comprometem, vivem num desrespeito, que com certeza, alguns, até desconhecem que estão sendo desrespeitoso, pois o costume já vem de anos, num processo permanente e contínuo com a coisa pública. Isso sempre me incomodou muito. Os nossos políticos (partidários), quando assumem os diferentes espaços (tem suas exceções) de poder, raros são os que se interessam, desde: o pensar e planejar os procedimentos, a execução das ações com a devida consciência e qualidade. Se fizermos uma análise das narrativas de campanha, desde os comícios, programa de rádio, televisão, panfletos, eles difundem sempre, prioridade educação, saúde, etc. Depois, ao ganharem o poder, passam pela ocupação dos cargos, interessados somente em ocupar espaços e auferirem notoriedades vazias. De igual modo, a população eleitora, não enxerga ou não quer ver que aquele gestor, gestora, coordenador, coordenadora seguem fazendo da coisa pública o mesmo, ou até pior que o ocupante anterior, aos quais os próprios criticavam.

Fazendo valer os novos “tempos e espaços”, senti que podia efetivar na prática as novas políticas sociais, conforme estão previstas nas suas legislações. Respeitando o contexto e ao mesmo tempo primando pela economicidade, por exemplo, na época, com apoio da Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social, e ciente dos novos paradigmas da Política Pública de Assistência social, implantei o Departamento Municipal de Assistência Social, articulando o previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, estabelecendo uma Política Municipal de Assistência Social descentralizada. Os passos para a descentralização foram

minuciosamente explicados, desde as noções sobre o que era de uma política pública (por exemplo) saúde.

Havia muita confusão sobre que programas eram de uma determinada política pública ou de outra. Na época a Secretaria de Saúde questionava o porquê, com a saída da Assistência Social a secretaria não mais atingiu os 10% mínimos que o município tem de colocar na saúde. Foi explicado que se houve redução de algum percentual da saúde, isso comprovava que o recurso não era da saúde, e sim da assistência social. Orientações sobre quem fornece medicamentos, que não é a assistência social. É uma política pública da saúde e de sua dotação orçamentária. Paralelamente a implantação do Departamento de Assistência social, ativou-se o conselho Municipal de Assistência Social, que no papel já existia, há anos. Foi elaborado o Plano Municipal de Assistência Social, projeto de Lei da criação do Fundo Municipal de Assistência Social, regulamentação e confecção e da dotação orçamentária própria, requisitos mínimos previstos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) para que o município fosse descentralizado na referida política e com comando único das ações. Estava aberto o caminho para a implementação de uma política pública de assistência social comprometida com os direitos e não mais com os favores. Tudo muito perfeito no papel, na estrutura física. Mas o grande paradigma era trabalhar, especificamente, a lógica das relações atravessadas, que estão enraizadas há anos. O favor, o assistencialismo e o clientelismo. Que servem ao fisiologismo e à formação de redutos eleitorais, onde a presença dessas relações não reconhece os direitos e espera sim, a lealdade dos que recebem o serviço ou benefício. A conjuntura das inovações da Administração Municipal de Lavras do Sul parecia fácil, reunir as secretarias, buscar a convergência de ações, com horizontalidade, integralidade. Encontros de avaliação, proposição, com um aparato tecnológico sofisticado, Datashow, folhetos explicativos, dinâmicas de interação sobre a nova ordem Constitucional Federal de 1988, regulamentada pela LOAS, que apontou a descentralização político administrativa e a participação da população na formulação e no controle das políticas públicas. Indo além, lutava para promover na prática o que consta na literatura didática da saúde, educação, habitação, et. Sobre as interfaces e integrações, tão faladas, cantadas.

Como é doído, uma incursão as complexas e desarticuladas políticas sociais. Tudo bem, vamos respeitar o processo. Afinal, a assistência social, com os seus devidos mecanismos democráticos, foi gerada. A contrariedade dos poderes era visível, por exemplo, os vereadores não dispunham mais de dispositivos para colocarem no orçamento recursos para outros fins que não fosse o específico para o cumprimento da Política de Assistência Social. Antes havia o

costume de fazerem emendas com “subvenções” para os seus “currelitos”, desde times de futebol, associações, etc.

Na efervescência da gestão, fui eleito presidente do Conselho Municipal de Saúde, fato que me levou a refletir cada vez mais sobre como ocorre o centralismo. Vivenciei a condição das pessoas dizerem nas reuniões. “Vamos te eleger. É que sabe das coisas. Mesmo explicando, que cada um, no caso cada conselheiro, conselheira, deveria estar comprometido, lendo, estudando, entendendo o que é um conselho, seja da saúde, da educação, da assistência social, da habitação. Que cada um deveria estar preparado para liderar, coordenar, pois se não, estaríamos sempre jogando responsabilidades, delegando coisas para os outros e nunca nos construindo, como pessoas e grupos, conhecedores dos aspectos da participação, com autonomia e pela emancipação. Muito fácil dizer que é democrático tal situação, quando apenas uma pessoa ou grupo detém eternamente a condição de poder sobre tal coisa. Ao mesmo tempo em que se lutava para conscientizar os diferentes espaços e tempos de Lavras do Sul, considerados de controle social pela população, essa mesma, jogava a bola do comprometimento de volta. Como se apenas suas presenças, em quantidade, e se vangloriavam disso, de simplesmente estarem presentes, votarem propostas, sem o mínimo conhecimento e discernimento, somente porquê vinha de alguém, que subentendia conhecer e saber, e não se preocupavam em qualificar o conhecimento do cotidiano sobre suas práticas. Esse tipo de “pseudoparticipação” – com a nossa presença, tu é quem sabes sobre o projeto XY”, te provoca uma lacuna, onde tu tens que preencher, se não deixam de acontecer as coisas como devem ocorrer, e aí tu acabas acumulando, centralizando, tendo em vista que os outros acreditam que que delegaram para ti um poder e que tu podes fazer. Isso é muito violento, e é uma grande exclusão de si mesmo, pois se sabe muito bem, que essas lógicas foram construídas por um outro lado, que fazia questão de centralizar e não deixar realmente cultivar nenhuma ação qualificada, que possa transformar, mudar, acrescentar. São ritos que inclusive desacreditam o saber técnico e popular.

Não é pouca coisa o que acontece nos tempos e espaços dos que vestem a camiseta dos processos de construção da cidadania e das políticas públicas, na busca pelo implantar, implementar, o que pelo menos está muito bem escrito e foi uma luta de trabalhadores e de pesquisadores de diferentes áreas, por políticas públicas inclusivas e com consequentes práticas, isto é fazer as palavras andarem, muito além do papel e da boca. O estar gestor, interessar-se da melhor forma possível e imaginável, com dedicação, estudo, leitura, sempre procurar diferentes capacitações para saber lidar com uma diversidade de segmentos, de situações, a partir do

conhecimento empírico e elevado, de ponta, buscar sempre a inserção, aprender a aprender a metodologia a ser executada. Ao mesmo tempo investir nos outros, “em seus tempos e espaços”, estimulando-os no processo com possibilidades, desde recursos financeiros, equipamentos e materiais para que andem, adquiram, projetem, participem, sejam cientes e conscientes de que é importante, de que as partes qualificadas vão provocar um impacto positivo no todo dos processos. Que isso não é apenas de um único momento, instante, que a nossa metamorfose deverá ocorrer sempre. O estar gestor em um momento me fez perceber e ver e aprender a importância das minhas experiências desde criança, adolescente, pois foram essas vivências anteriores que iluminaram as diversas e diferentes responsabilidades, desde os limites da disciplina, da concentração, e atenção no que se faz. Na atitude de amor ao que se faz. Não ser somente focado na sua especificidade. Ter que estudar, conhecer as diferentes metodologias, os processos da Política Pública, o buscar a interlocução “*in loco*”, chegar junto às pessoas, olhar seus diferentes trabalhos, conversar, estimular e avaliar as práticas e seus resultados. Buscar a compreensão e conscientização dos profissionais, os que estão envolvidos e em contato direto com as populações usuárias. Escrever, parece até fácil, porém é um processo e tanto, que depende muita energia. Nem se fala quando o administrador municipal, prefeito e outros “políticos”, vereadores não possuem o mesmo discernimento. E, as pessoas, usuários, acostumados ao favor da cesta básica, sem que façam parte de um projeto com Orientação e Apoio Sócio-Familiar? E mesmo depois de já terem saído da condição primeira, que as levou ao benefício, continuam e fazem de tudo para permanecer no “*status quo*”?

A Secretaria de Planejamento, tornou-se um lugar que dava suporte para todas as outras secretarias, departamentos e órgãos da administração municipal. Havia planejamento e elaboração de projetos que envolviam todas as áreas, os quais foram aprovados, liberados os recursos e executados, sempre com acompanhamento de uma comissão paritária de representantes dos beneficiários, seja da zona urbana ou rural, Como exemplo, cito os projetos habitacionais. Todos tiveram um projeto urbanístico arquitetônico diferenciado das habitações populares que se conhece, seja pelos meios de comunicação ou presencialmente. O que se vê, geralmente são habitações no formato de um caixote, que estigmatizam, e já cria um estereótipo de exclusão. Ao contrário, projetamos, com a devida economicidade e qualidade habitações que foram projetadas, inclusive para atender um processo de inclusão e de autoestima, de que estavam adquirindo um bem digno, com qualidade ambiental e estética.

Ainda, pela secretaria de planejamento, em parceria com a Casa de Cultura “José Néri da Silveira”, de Lavras do Sul, editamos o Jornal Zum Zum da Cultura, que divulgava as

atividades culturais do município, agendas, exposições, eventos, concursos literários e atividades das escolas, promoção do 1º Encontro de Lavrenses que residem há muito tempo fora do município. Evento esse que consistia em dois dias de intensas atividades, com passeios, seminários, visando uma integração entre gerações, levantamento da história de cada um dos lugares do município. À noite havia a promoção da Noite de Poesia e Seresta de lavras do Sul, com apresentação de artistas locais e suas principais produções, com canto, dança, poesia, música instrumental, declamações. Fui convidado pela EMATER Regional para coordenar o I Encontro de Avaliação das Políticas Municipais de Desenvolvimento Rural, reunindo Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Santana da Boa Vista, Pinheiro Machado, Dom Pedrito, São Sepé. O evento apresentou as experiências de sustentabilidade e diversidade nas propriedades rurais, desde a implantação da fruticultura e comercialização dos derivados. Após o encontro, editei o Jornal da Área Piloto da EMATER, com circulação em todas as entidades da área e região.

Em 1998, aceito o convite do Prefeito de Candiota, Mirabeau Borba dos Santos, para compor a chapa à eleição do COREDE CAMPANHA – Conselho Regional de Desenvolvimento da Região Campanha -, que abrange os municípios de Bagé, dom Pedrito, Lavras do Sul, Caçapava do Sul, Candiota, Hulha Negra e Aceguá. Nossa chapa vence a do Reitor da URCAMP. Assumimos a direção do COREDE, e dinamizamos os trabalhos em prol das diferentes áreas e setores e suas potências da região. O COREDE CAMPANHA participa assiduamente das reuniões e assembleias do Fórum dos COREDES, inclusive dos embates entre os conselhos e o Orçamento Participativo Estadual. Trabalhamos no Plano Plurianual Estadual. Sou eleito delegado para compor o Conselho do Orçamento Participativo do Estado, 1999 - 2000.

Os movimentos de vida foram intensos, nesse período, tanto em Lavras do Sul, como na região campanha e estado, sempre movidos por reuniões de trabalho, projetos, tomada de decisões, estudos, pesquisas, interlocução, etc. em 16 de junho de 1999, a pedido da Câmara Municipal de Vereadores de lavras do Sul, mais precisamente pela bancada do PPB, solicitam o cumprimento da Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 123, que determina que para ser secretário municipal, entre outros requisitos, o cidadão, a cidadã, deve ter seu domicílio eleitoral na cidade há mais de um ano (esse artigo é inconstitucional). Na verdade, desde o primeiro dia que assumi a Secretaria Municipal de Planejamento, os vereadores e partidários do PPB nunca aceitaram a ocupação do cargo por outra pessoa não alinhada ao segmento político partidário do PPB, e em 18 meses de convivência os conflitos foram muitos. Incomodava-os, diversos projetos elaborados e executados, assim como a conquista de recursos obtido por emendas

orçamentárias pela bancada gaúcha de deputados federais, inclusive entre elas a deputada Ester Grossi. A notória presença de obras de habitação, projetos do desenvolvimento rural e urbano, novas escolas, unidades de saúde, reforma e ampliação do hospital da cidade, implantação de políticas públicas e outras ações mobilizaram o descontentamento de quem sempre esteve no poder, mas nunca ousou fazer o poder ampliar suas dimensões, qualificar os espaços e consequentemente a região como um todo. Como não tinha o domicílio eleitoral em Lavras do Sul, e mesmo sendo o artigo da Lei Orgânica inconstitucional, fui exonerado da função de secretário. Assumi o meu cargo de psicólogo, já que era concursado, e fiquei na coordenação do Departamento de Assistência Social. No meu ponto de vista, sair pelo motivo de não ter domicílio eleitoral foi como um prêmio a todo a minha dedicação enquanto um agente de Políticas Públicas, pois complicado seria ser exonerado por incompetência. A reflexão é de que no campo político, raros são os que conseguem ver a si e aos outros, especialmente no valorizar o que de bom foi acrescentado ao seu bairro, a cidade, ao conjunto de ações que são visíveis e que estão à disposição como alavanca para um presente e futuro promissor. Não, o que sentem, é uma inveja, dissimulada em inúmeras verborragias. Não reconhecem o que lhes faz bem, ou se não lhes faz, deixam de ver que as ações alcançam os familiares. Defendem algo, de forma inconsciente, que beira a ignorância, que antecede os primatas.

Na época, a frente da secretaria de planejamento não ficou ninguém. Fiquei na mesma sala, organizando e dando continuidade aos projetos que já estavam em andamento, as atividades do COREDE, Presidência do conselho Municipal de Saúde. Em dezembro de 1999, sou convidado pelo prefeito a reassumir a Secretaria de Planejamento e a Secretaria de Saúde, pois como já estava efetivado no quadro municipal, a lei permitia assumir cargos de confiança. Decidi não aceitar e permanece como estava. Meu olhar e pensamentos estavam voltados para Bagé. Em 2000, fui convidado a participar da campanha para reeleição do vereador Delvo Oliveira e coordenação da campanha do candidato a prefeito Luís Fernando Mainardi. Em julho de 2000, gozei minhas férias, e no término, solicitei minha exoneração das minhas funções em Lavras do Sul, não retornando mais.

4.1 Nos caminhos do retorno para Bagé

Em Bagé, participei da campanha política. Ajudei na confecção do programa de governo, principalmente das Políticas Públicas de Educação, Saúde, Educação, cultura e assistência Social. Em 03 de outubro, dupla vitória. Eleição do candidato a prefeito e reeleição

do amigo vereador. A partir daí, participo de todas as reuniões e seminários de preparação à Gestão Bagé Prá Todos 2001 – 2004.

Em 2001, assumo como Secretário Adjunto da Assistência Social e Coordenador dos cursos profissionalizantes, das pesquisas e projetos sociais: habitação, saneamento e reciclagem de lixo. Sou eleito presidente do conselho Municipal dos Direitos da Criança e adolescente, Coordenação do Grupo Executivo Municipal (GEM) do Programa de Renda Mínima – Família cidadã -, coordenação do Grupo Gestor Local do Programa Coletivos de Trabalho, da Secretaria Estadual do Trabalho, Cidadania e Assistência Social. Junto com todas essas atividades, promoção da reorganização e efetivação da rede de Assistência Social do Município, de acordo com as normas e resoluções da Política Pública de Assistência Social, assim como reordenamento da Secretaria de Assistência Social, desde sua denominação.

Cada vez mais desejava encurtar os espaços e tempo entre a teoria e a prática (FREIRE, 2002), nos diferentes lugares de ações, procurando, na medida máxima do possível a adequação dos diversos programas às especificidades dos lugares. Claro, sem perder o olhar dos condicionamentos globais, mas refletindo as pretensões que deve ter reflexos nítidos na construção de métodos de ensino-aprendizagem, buscando a superação das contradições e dicotomias históricas, entre, no caso, ensino e realidade, conhecimento e exercício pleno da cidadania.

Meus apontamentos representam o olhar de quem recebeu as primeiras orientações de uma figura feminina, para o valor do saber e prática coerente. Aliado a busca do conhecimento, sempre o desafio foi ampliar a visão do meu processo de educação. A cada curiosidade e seu saber, a análise e desenvolvimento do pensamento analítico e prático, desde a organização, as regras, as estratégias e a superação, unindo a tecnologia e a comunicação com objetivo da eficiência e integração da teoria e prática. Na linha dos saberes ampliados, a utilização prática dos conhecimentos e a descoberta do desejo de ser ensinante, o que reflete no interesse pelas mudanças sociais, conforme as diferentes intervenções, possibilitando o qualificar da leitura crítica da realidade. O pensamento crítico aprofunda, junto com a informação e formação educativa, num processo que se faz crescente na crença de que a educação pode ser caminho de mudança. Saúde e Educação são construções de políticas públicas que visam a promoção da vida, em seu prisma mais elevado, por uma civilização que assim se faz ser, cidadã.

O interesse com a formação profissional e conseqüente formação acadêmica, visa valorizar o aprendizado individual (interno) e singular, com seus desdobramentos e derivados coletivos pela promoção social do todo integral.

4.2 Uma mirada na região metropolitana de Porto Alegre

Morando em São Leopoldo, desde o final de 2002, fui aprovado num processo seletivo no município de Viamão para implantar e coordenar a execução do projeto “Nosso CAIS”, financiado pela UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura -, com certificação da Coordenação Nacional de DST/HIV/AIDS, com objetivo de orientar, informar, promover um processo educativo e contribuir com a prevenção e promoção de atitudes relacionadas as DST/ HIV/AIDS e Dependência Química dos Usuários do Serviço de Saúde Mental. O projeto foi efetivado e motivou a proposta de implantação e implementação de três Centros de Atenção Psicossocial para transtornos mentais e dependência química, além da implantação da Política Pública de Saúde Mental no município.

Em 2003, após aprovação em concurso público, sou chamado para assumir a função de psicólogo perito, avaliador junto ao judiciário e Secretaria da Justiça e Segurança do Rio Grande do Sul, SUSEPE, sendo responsável pela avaliação do Exame e Observações Criminológicas, integrante da Comissão de Observação Criminológica, com preparo de laudos e avaliações e outros pareceres necessários para pessoas em processo de reeducação no sistema penitenciário. Atuo em atividades de grupo, reuniões e mediação de conflitos e harmonização das emoções dos técnicos sociais e delegados do sistema penitenciário.

Em final de 2003, após ter participado da confecção do Projeto de Saúde Mental de Viamão sou convidado e contratado pela Organização Não-Governamental – Associação dos Usuários e Familiares do Centro Integrado de Atenção à Saúde Mental – ACAMVI, para ser responsável técnico pelo projeto e ambulatório, promover a implantação de três CAPS II e um CAPS AD – Centros de Atenção Psicossocial, na complexidade Álcool e Outras Drogas, e um ambulatório para tratamento do fumante. No andar das atividades, sou eleito coordenador e facilitador do CAPS AD, desde acolhida, atendimento singular, grupos terapêuticos, familiares, vivências e eventos de formação e integração, teatro, prevenção, promoção, redução de danos, oficinas sobre DST/HIV/AIDS/Dependência Química, formação, capacitação e desenvolvimento humano individual e comunitário. Durante cerca de 4 anos, articulador de seminários de assistência social, saúde e educação, em parceria com o Centro Budista Caminho do Meio, com objetivo de interconectar as teorias e práticas para um viver melhor. Em 2004 concluo minha graduação em Psicologia Plena, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), juntamente com os componentes curriculares Sociologia da Educação e os dois seminários sobre a complexidade em Edgar Morin, cursados no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRGS.

Nova passagem em Bagé

Depois de Viamão, Porto Alegre, São Leopoldo, um pouso em Bagé e sou convidado, a partir de junho de 2007, para a Coordenação do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, do bairro Damé. Organizador da rede local dos aparelhos e projetos sociais que promovem o desenvolvimento humano; execução de projetos, programa, cursos, reuniões, colegiados e atividades coletivas, interface com as escolas e unidades de saúde da região de abrangência do CRAS, atendimento social de crianças, adolescentes, adultos, famílias, idosos, na lógica de mudanças de atitudes e elevação e organização comunitário por meio da organização da I Mostra Social do CRAS, com objetivo de mobilizar e potencializar as atividades e trabalhos artísticos, desde o canto, dança e música de cunho popular e pedagógico de transformação.

Em abril de 2008, convidado pelos Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT) e Escritório das Nações Unidas no Combate ao Crime e as Drogas (UNODC), para participar de uma reunião de trabalho, em Brasília. O objetivo era a efetivação do Projeto Fortalecimento dos Esforços do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios na prevenção e promoção comunitária ao crime, à violência e ao uso de drogas.

De junho de 2008 até 2010, depois de aprovar em um processo seletivo, sou contratado como consultor pelo PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, para trabalhar junto a SENASP e elaborar produtos visando uma nova perspectiva na gestão dos Gabinetes de Gestão Integrada (GGIs) e disseminação em território nacional, com eventos específicos, implementação na lógica do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), inspiração no Sistema Único de Saúde, em consonância ao planejamento estratégico mais eficaz à sua consolidação, com diagnóstico situacional, seminários, eventos destinados aos agentes de segurança pública, supervisão e avaliação de gestão dos GGIs.

Minha presença em Brasília foi marcada pela energia e vontade de sempre, sem deslumbres, e com intensa disposição ao aprendizado do novo e da participação colaborativa, inclusive sugerindo livros e publicações para a Biblioteca do Ministério da Justiça, que em seu acervo continha somente literatura jurídica. Nas minhas idas a biblioteca, fui convidado pela coordenadora do lugar, que era gaúcha, para diversificar as publicações e foram adquiridos livros de Paulo Freire, Edgar Morin, Fritjof Capra, Boaventura de Souza Santos, José Saramago, Maria Cândida Moraes, Nietzsche, Amartya Sen, e outras literaturas selecionadas. Uma experiência marcante, pelo vivido, sentido, pela aprendizagem e ampliação da visão de mundo

e suas humanidades. Como consultor do PNUD, viajo a trabalho por todos os estados brasileiros, onde conheço múltiplas realidades.

Entre 2008 e 2010, como Consultor do PNUD e em função de expertise adquirida, até então, na área, fui convidado para elaborar a Coletânea dos Gabinetes de Gestão Integrada em Segurança Pública, lançada pela SENASP -Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça e integrante do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI. Obra inédita que retrata seis anos de esforços e estudos na articulação de diferentes e diversas áreas de governo para prevenção e promoção às questões de segurança pública, obviamente que isso passa pelo fortalecimento das Políticas Públicas Sociais, cuja população alvo somos todos nós.

No momento, cito alguns dos eventos, que participei, na condição de Consultor, junto ao Ministério Público da União, Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, Promotoria de Justiça de Ceilândia, rede social com o Ministério da Justiça, como convidado integrante da mesa de Audiência Pública no Plenário do Primeiro Júri de Ceilândia, para abordar a implantação de Políticas Públicas Sociais, com ênfase na implantação dos Centros de Atenção Psicossocial, na complexidade Álcool e Outras Drogas, para atender a comunidade de Ceilândia, uma das cidades satélites de Brasília. Na Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social do governo do Estado do Rio Grande do Norte, Gabinete de Gestão Integrada, palestrante e facilitador da capacitação dos servidores públicos integrantes do Gabinete de Gestão Integrada do Rio Grande do Norte. Em todos os Estados Federativos do Brasil, atuei, para mobilizar a Gestão Integrada da Segurança Pública.

Em Brasília, sempre havia muita atividade, seja para planejar, organizar e executar, e pelo DEPRO, Departamento de Projetos, da SENASP, Secretaria Nacional de Segurança Pública, Ministério da Justiça e PNUD, Programa das Nações Unidas, coordenei o “II Fórum Nacional dos Gabinetes de Gestão Integrada: fomento à Segurança Pública Profissional e Inovadora”, evento ocorrido na Academia de Tênis de Brasília.

Paralelo as atividades da Consultoria, sou convidado e eleito para assumir uma Organização da Sociedade Civil Pública (OSCIP), que já há um ano desenvolvia atividades do projeto PRONASCI, no Rio Grande do Sul, com sede em Porto Alegre e mais 10 escritórios em municípios da região metropolitana, com objetivo de trabalhar as comunidades e territórios das mulheres de paz.

Conseguimos concluir o projeto, que ainda foi prorrogado por mais cinco meses, porém, quando se pensa que já se viu de tudo na vida, apenas se constata o engano e as tramas

complexidades no lidar com relações de poder e institucionais “(...) no domínio das estruturas socioeconômicas, o conhecimento mais crítico da realidade, que adquirimos através do desvelamento, não opera, por si só, a mudança da realidade (FREIRE, 1999, p. 32). Vivenciei o pensamento dito, na forma de palavra e a atitude diferente, principalmente pelas pessoas que labutavam no mesmo campo social. Já era conhecedor das múltiplas demagogias, pois são múltiplas, sim, tanto quanto o nosso melhor conhecimento para promover cidadanias, mas, como diz um velho ditado; “vivendo e aprendendo”, sim, e mesmo doendo, temos que continuar andando, e como diz também outro provérbio japonês: “nunca pare para chorar, chore, mas chores andando”. Há momentos, que são “instantâneos”, como aquele do filme *Coração Valente*, dirigido por Mel Gibson, que protagoniza a personagem do herói escocês do século XIII, William Wallace, quando ele retira o capacete de um suposto inimigo, com quem lutava, e para surpresa, descobre que o inimigo é um companheiro, que participava de todas as reuniões e atividades. A personagem Wallace, fica paralisada, como que imobilizada, sem ação, estupefato. Assim é em alguns caminhos, e continuamos.

Esta última experiência, na direção de projetos sociais, gestão de uma entidade - Organização Não Governamental (ONG), Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), faz pensar o que Miguel de Cervantes Saavedra (1978, p. 517), em um trecho da “Carta de Dom Quixote de la Mancha a Sancho Pança, governador da ilha Baratária, “Sê pai das virtudes, e padraсто dos vícios. Não te mostre sempre rigoroso, nem sempre brando, e escolhe o meio termo entre esses dois extremos, que aí é que bate o ponto da discricão”. Seguindo o caminho do meio, resolvi ir morar na Estrada Caminho do Meio, no CEBB, Centro de Estudos Budistas Bodisatva, de ênfase tibetana, onde fui mirar, remirar, pousar e revigorar minhas energias durante dois anos, até retornar para Bagé, e trabalhar na Unidade Básica de Saúde de Aceguá, pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social, como psicólogo e tutor, nas escolas e na formação em saúde mental para os trabalhadores em saúde, de Aceguá e de outros seis municípios da região campanha.

Ao concluir, destaco que em paralelo ao profissional, sempre busquei o conhecimento via a Universidade, tanto que em 2015, ingressei na Licenciatura Plena em Letras, na UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa, curso concluído em 2018, ingressando na Pós-Graduação da UERGS – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, na especialização em Gestão da Educação, habilitação em Supervisão Escolar e Orientação Educacional, já concluída.

Então, por estímulo do meu prezado orientador, falo de mim, João Bosco Rodrigues, aos 61 anos de idade, Psicólogo, Professor de Português, de Psicologia, Especialista em Saúde Mental Coletiva, em Orientação Educacional e Supervisão Escolar. Constituí as Políticas Públicas, e me constituo, enquanto profissional singular e coletivo nas Políticas Públicas. Considero que sou criador e obra e vice-versa. A escola pública e a universidade me constituíram e eu colaborei e colaboro nessa constituição.

Partindo dessas experiências de vida e do quanto coloquei de existência nesta vida, em múltiplas e integradas vivências, me fiz apto ao engajamento na luta, em busca e em defesa da igualdade de possibilidades (FREIRE, 1999, p. 98), e como resposta há um desafio, que me convoca, pelas escrituras e o qualificar desta, por isso resolvi, neste momento, antes que a memória da vontade esmoreça, pesquisar a Saúde Mental em seus processos pedagógicos de constituição e do que foi publicado sobre ela, a partir do Jornal Correio do Sul, tendo como marco temporal e legal, a Constituição Federal, que com certeza normatiza o Direito à Saúde, à educação e a consequente efetivação da Política Pública de Saúde Mental, à educação, o que é plenamente constitucional.

Tornei-me especialista durante a 3ª edição do Curso de Especialização em Saúde Mental Coletiva, que está muito bem impresso nas páginas do Jornal Correio do Sul, e que era viabilizado pela URCAMP, em parceria com o Movimento e Fórum Gaúcho de Saúde Mental. Edições anteriores do curso, também foram em parceria com URCAMP e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), assim como seminários formativos, ficando demonstrado, mais do que nunca, a perspectiva político-pedagógica, que é o olhar da minha presente e futura escritura na dissertação, que antecipo aqui, conforme publicação no periódico Correio do Sul.

Na entrada do terceiro nível da maturação humana, eu considero que estudar, buscar e estar, no momento na Pós-Graduação, Mestrado Acadêmico em Ensino, da UNIPAMPA, significa permear um caminho que evoca, na memória e na atitude, interna e externa, de quem sempre foi parceiro dos movimentos sociais, de quem foi voluntário do seu próprio processo de inclusão. Sim, destaco que além de toda a trajetória já citada, exerci funções profissionais durante 13 anos, em três lugares distintos, de forma voluntária e qualificada. Compreendo essas ações, como escolhas demasiado humanas, pois a melhor pregação, é o bom exemplo, e são sopros, de um caminho, como diria Paulo Freire, “Pedaços de tempo, se achavam a mim, desde quando os vivi, à espera de outro tempo, que até poderia não ter vindo como veio (...)”. Então, a relíquia do momento, é o estar, inclusive, tentando produzir este texto, num tempo e espaço, que pode ser o repositório de um desiderato tido há mais de 20 anos, que é o mestrado. Da

qualificação ao projeto final de dissertação, que no momento apresento, para apreciação e consideração à qual estou agora, sempre no desafio e esforço, confesso, para aprender e dar qualidade a minha linguagem acadêmica, tendo em vista o predomínio da minha coloquialidade, que ainda é, e se faz presente.

O Mestrado Acadêmico em Ensino, concebo que é, como fio condutor, torna-se a relíquia do educador, em suas teias, tramas, costuras para o habilitar-se, sempre para as pessoas, gentes, de alma e coração, para uma análise crítico-transformadora da realidade sócio-econômica-sanitária, construindo a promoção de mudanças éticas, das virtudes e valores culturais, pois assim estou sendo, desde o primeiro dia do meu respirar, nascimento cidadão, e como bem diz Freire (1999, p. 19), “às vezes nós é que não percebemos o “parentesco” entre os tempos vividos e perdemos assim a possibilidade de “soldar” conhecimentos desligados e, ao fazê-lo, iluminar com os segundos, a precária claridade dos primeiros”.

O arcabouço político-pedagógico que vem tecendo nossas tramas e teias existências nas aulas do Mestrado Acadêmico em Ensino, tem o potencial gerador do pronunciar e anunciar, a boa nova, de esperanças, pois como bem destacam os textos, que li e reli apresentados, lembra Paulo Freire, que em sua *Pedagogia da Esperança*, pois uma palavra ou frase, nos remete à muitas trilhas, seja de nomes, concepções, escrituras, inclusive sobre os procedimentos éticos que envolvem nossa ambiência de ensino e aprendizagem, no momento acadêmico, de ensino remoto emergencial, cujos esforços são demonstrados pelas professoras e professores, mediadoras e mediadores dos componentes curriculares.

Nessas linhas, escritas, estão a presença de Paulo Freire (1999, p. 98) e Roland Barthes (1978, p. 21). Falar sobre a trajetória de uma trilha é evocar a memória de um tempo e espaço, que na verdade, está conosco, aqui e agora é a conexão com a revisão da literatura que nos constitui, desde os tempos da infância, que com sua pureza e ingenuidade embala o nosso crescimento e evolução, pois: “(...) anos depois, a posta em prática de algumas das “soldaduras” e “ligaduras” (...)”, “(...) uma espécie de “ancoradouro” que tornou possível religar lembranças, reconhecer fatos, feitos, gestos, unir conhecimentos, soldar momentos, reconhecer, para conhecer melhor” (FREIRE, 1999, p. 20).

5 SOPRO INICIAL DA LUTA ANTIMANICOMIAL

Ao evocar a memória da história da Saúde Mental, da Luta Antimanicomial, da Reforma Psiquiátrica, compreende-se, que esses movimentos, similares aos sopros, ventos e brisas, de um momento, foram intensos, e perduraram com seus efeitos, na medida em que havia, houve a ação humana, com seus sonhos e desejos, à resultados que irrigaram e alcançaram pessoas e instituições, na formação e promoção do ensino e da cidadania.

Esses movimentos deram prosseguimento ao surgimento de novas ações, com novos e variados olhares, cujas distinções eram marcadas pelas atitudes do cuidado e da atenção plena e integral.

Foram surgindo eventos humanos, com engajamentos e implicações, comprometidas em trajetórias que remontam e reinventam a história e as lógicas das instituições, com a criação de um outro nível de sociedade.

Pelo menos, esse desejo era sonho, utopia, para contrapor a sociedade nua e crua, de produção e consumo, representada pelo poder capital, onde tudo, sempre, pode ser considerado, e tão somente, dinheiro, bases de um pensamento e ideais que comprazem a uma minoria.

Porém, como diz um de nossos filósofos poetas, a história é muito importante, é um farol, mas um farol de trás do carro (que é a sociedade). Ela ilumina o caminho feito, ajuda a olhar e entender o passado, mas pode não ser suficiente para dar a direção à frente. (MINAYO, 2000, p.18)

Assim, busco, como me propus, na primeira pessoa fazer uma narrativa autobiográfica, para inserir dados históricos de um processo de desinstitucionalização dos modos e lógicas que dominam e permeiam a constituição da loucura em cada ser humano, cujo sopro, ou vento, acreditam poder pegar em suas mãos, ou mesmo fazer crença, para seu enlouquecer, existir ou viver, e morrer, e assim nascer.

Estou aprendiz de um método (auto)biográfico, embora com uma certa dose de experiência, quem sabe, possa sentir o sabor da paixão por um tema, e “(...) constato que são temas transversais – que atravessam as disciplinas – e que são, de todo modo, pouco explorados” (MORIN, 2010, p. 132), fato que me aguça, seja por buscar na memória, um exercício introspectivo e de insights, e me mobiliza, ou melhor, atiga o meu desejo de aprender e pesquisar.

Fica sempre uma pergunta, silenciosa, que por muitas vezes, se manifesta em respostas, com afirmações barulhentas. O sistema de produção à qual estamos todos nós, submetidos,

produz a anormalidade, a loucura, pois muitos, para não dizer a maioria, em seus processos de tentativa de existência, inclusive, na sua submissão, enlouquecem, piram e são excluídos, por não se ajustarem ao modelo padrão de uma existência mórbida e com aferição monetária.

Então, “nossa meta e nosso compromisso têm que ser a pergunta do presente e do futuro, uma vez que somos todos construtores e transformadores potenciais da história”, aponta Minayo (2000, p. 18), o que, segundo ela, como toda a trajetória histórica, a dos loucos e da loucura, das diferenças e dos diferentes, necessitam de novos e outros olhares, assim como novos desafios e protagonismo.

“Assim é, assim é, filho de nobres qualidades (...)”, diz um dos trechos da Sadana Budista (texto norteador das atividades budistas), pois os eventos, se tornam, num único instante, inspiradores de uma outra lógica, cujas ideias promovem o surgimento dos movimentos sociais, o que me faz evocar a complexidade da constituição dos sujeitos num horizonte amplo e desafiador. Mesmo com estudo, pesquisa e atitudes que se desdobram para acolher o significativo, e atravessar o Universo histórico e suas concepções que nos remetem as matrizes geradoras de um tempo, e lugar do agora. Fato, que corroboro com Minayo (2000, p. 18):

Eu acho que dar este salto, compreender isto e ver como foi lastimável a história pregressa da psiquiatria que encarcerava e segregava os loucos, significa para nós dar um salto para a responsabilidade histórica, ao considerar novas formas de pensar e organizar a prática psiquiátrica, e, por conseguinte, as relações sociais com os diferentes. (MINAYO, 2000, p. 18)

A história é constituída por caminhos múltiplos, com singularidades individuais e coletivas, as quais produzem a qualidade de ser e estar, num tempo e lugar, e, isto constitui o processo histórico, dos diferentes aspectos e características temporais, que nos educam, formam, transformam, desde a família, a escola e a educação, circulante nos grupos e relações sociais.

Junto com esses movimentos, incluímos as instituições formais e informais, algumas frequentadas pela necessidade e obrigatoriedade, desde pequenos, enquanto outras, nos chegam pelos sutis canais de comunicação, como a televisão, rádio, jornal impresso e os componentes das redes digitais, sociais e virtuais (telefone, computador, etc).

Compreende-se que a história constitui a nossa vida, seja numa existência com a história da antropologia, da medicina, da geografia, da biologia, da educação, das artes, enfim, das múltiplas áreas do saber. Ela é construtora de todos os segmentos e áreas do conhecimento, pois

é estruturante de uma matriz que gera saberes para cada uma das ciências, inclusive a da própria história, que se faz história pela criatividade da existência humana.

A história da Psiquiatria, da Reforma Psiquiátrica, da Luta Antimanicomial, das concepções de educação e saúde, e obviamente da própria história da história da educação, com suas diretrizes capilarizantes, da amplitude e desejo de um modo de maturar o desenvolvimento humano e a “(...) darmos um passo qualitativo em relação a um conhecimento centrado no respeito aos diferentes e na crença de que a vida é muito maior do que qualquer enquadramento histórico que dela possa ser feito” (MINAYO, 2000, p. 19).

Assim, vamos começar, pela História da Psiquiatria, pois de acordo com Nísia Trindade Lima (2000, p.21):

(...) recorrendo à pesquisa histórica, não como uma mera curiosidade, e nem tanto para ter uma lição de experiência, com uma concepção mais tradicional que a história teria, mas acho que é uma forma de alargar a nossa perspectiva sobre o tema, que é tão sensível em todas as sociedades e que teve certas características na sociedade brasileira. (LIMA, 2000, p. 21)

Os estudos científicos e a literatura, contam, por suas histórias e dados, que a desinstitucionalização e conseqüente reforma psiquiátrica, começou com o trabalho de Franco Basaglia, na década de 60, em um Hospital Psiquiátrico de Gorizia, Itália, e, de acordo com Paulo Tranchina (2000, p. 48), o período foi marcado por fortes lutas políticas em prol da saúde, em função dos riscos e dos danos causados pela perniciosidade industrial.

O encontro com a contestação de 1968, a publicação do livro: “A Instituição Negada”, de Franco Basaglia, obra que inspirou jovens no desafio de enfrentar a realidade e transformação das instituições e do atraso institucional dos manicômios, junto com atraso cultural, pois o fascismo vigente se contrapôs às ciências humanas, fato que provocou o isolamento da psicologia, da medicina, da sociologia, das artes e outras áreas de formação humana.

Convém destacar que as características do contexto italiano – psiquiatria, estudantes e classe operária, com seus segmentos políticos e sindicais, aliados aos fatores, considerados históricos, de forma rara, foram, também influenciados pelo protagonismo de um sujeito, indivíduo que mobilizou e influenciou acontecimentos que se denominara História, que é o caso da personalidade de Franco Basaglia, “Ou seja, em que medida o indivíduo é o fruto de uma situação que o determina, e até que ponto é ele quem determina os eventos, modificando a história”, afirma Paulo Tranchina (2000, p. 49-50).

Esse engajamento e comprometimento, do pensador e profissional de saúde, junto com os aspectos do contexto social, foi determinante na mudança e transformação na Itália, na superação do modelo manicomial, o que reforça Paolo Tranchina (2000, p. 50) “estamos fechando definitivamente os manicômios na Itália, porque, junto a uma série de condições favoráveis, houve Franco Basaglia”. Em 1978, a Lei italiana nº 180, realizou a utopia basagliana, até então.

5.1 Sopro brasileiro da luta antimanicomial

Ao falar de Saúde Mental, abordamos o tema Saúde, que com a Reforma Sanitária e suas propostas, junto com a Constituição Federal de 1988 e a criação do Sistema Único de Saúde, resultou na universalização do direito à saúde. A luta do movimento pela reforma Sanitária surgiu no contexto que se opunha a ditadura militar, desde o começo da década de 1970, e a proposta era de mudanças e transformações na área da saúde. As mudanças abrangiam o setor de saúde e buscava a melhoria das condições de vida da população, o que era uma ênfase social.

O processo da reforma Sanitária culminou no marco institucional ocorrido durante a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986, tendo como um dos protagonistas o sanitarista Sérgio Arouca.

No Brasil, em um cenário de redemocratização, em 1987, o Movimento dos Trabalhadores de Saúde Mental, por seu protagonismo, no Encontro em Bauru, São Paulo, é o responsável pela criação do Movimento de Luta Antimanicomial, segundo Fagundes (2022, p. 11), com o slogan “Por Uma Sociedade sem Manicômios”, momento em que foi definido o dia 18 de maio, data alusiva ao dia nacional da luta por uma sociedade sem manicômios.

O referido movimento tornou-se ativador da mudança, pela reorientação da assistência em Saúde Mental, efetivada pela aprovação da Política Nacional de Saúde Mental (PNSM), Lei nº 10.216/2001, com a garantia de liberdade e dirigidas as pessoas que eram acometidas por algum tipo de transtorno mental.

Em 1991, no Rio Grande do Sul o movimento por uma sociedade sem manicômios, cria o Fórum Gaúcho de Saúde Mental, que foi ativador e protagonista na Reforma Psiquiátrica Brasileira. No dia 30 de junho de 1992, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul aprovou por unanimidade a Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul, que prevê a extinção gradativa dos hospitais psiquiátricos e a sua substituição por outro modelo assistencial, bem como regulariza a internação Psiquiátrica Compulsória.

Ressalto que o Rio Grande do Sul foi o primeiro estado brasileiro a aprovar a Lei Estadual da Reforma Psiquiátrica (Lei 9.716/1992), sendo a Lei Nacional da Reforma Psiquiátrica nº 10.216, aprovada em 2001.

No final da década de 1980 e começo da década de 1990, nosso país era uma turbulência progressista, e Bagé também sofria dos bons ventos no sonhar e implantar das Políticas Públicas.

Faço a transcrição completa de uma das notícias, publicada na página, 01, pelo **Jornal Correio do Sul, datada de 04 de julho de 1992**, com o coordenador do Fórum de Saúde Mental, na época, Delvo Candido Rodrigues de Oliveira, tão logo foi aprovada, por unanimidade a Reforma Psiquiátrica do Rio Grande do Sul, e que retrata o contexto histórico da época, tendo como Manchete:

Uma Reforma Pioneira na Saúde Mental

“Além das questões sociais é necessário que agora haja uma transformação no modo de pensar a sociedade e que ela mude a lógica do manicômio que há mais de quatro séculos vem assim pensando. No momento que se extingue o instrumento de opressão e reclusão, da sociedade, há que se pensar numa outra lógica, de respeito a cidadania, a liberdade das pessoas e principalmente as diferenças que cada um têm, as quais se manifestam de diferentes formas, mas que nem por isso perdem a sua condição de gente, ser humano e cidadã” (CORREIO DO SUL, 1992). A declaração é do médico-psiquiatra, Delvo Candido Rodrigues de Oliveira, Coordenador de Saúde Mental da 7ª Delegacia Regional de Saúde, e também do Curso de Especialização em Saúde Mental Coletiva – *Latu Sensu*, Pós-Graduação, realizado na URCAMP, a respeito da primeira Reforma no Sistema de Tratamento de Saúde Mental já implantada no Brasil, e que foi aprovado anteontem, por unanimidade na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, por intermédio dos substitutivos aos projetos dos Deputados Marcos Rolim e Beto Albuquerque.

A Reforma é pioneira no país e determina a extinção gradual dos manicômios substituindo-os por rede de atenção integral em Saúde Mental, recursos substitutivos de atendimento, estabelecendo regras de proteção aos que sofrem de padecimento psíquico, especialmente quando houver internação psiquiátrica compulsória (sem a concordância do paciente). O fim dos manicômios é previsto na Lei, dentro de cinco anos.

Preparo para a extinção

Segundo Delvo Oliveira, os manicômios não serão fechados imediatamente. “Haverá uma desativação progressiva – as pessoas não devem se assustar em pensarem de repente que os loucos vão ficar nas ruas, que as portas estarão fechadas e que serão abandonados. – Não é esta a lógica e sim a de fazer os serviços do Estado a criar recursos e modos de atenção que substituam os manicômios”. Segundo ele, os modos de atenção que excluem o manicômio existem e são eficazes e possíveis, inclusive trabalhados em nosso município. A proposta é de uma atenção digna de respeito e satisfação das necessidades, tanto do paciente (usuário) como dos familiares. “É um cuidar melhor e constante das pessoas e lugares onde se vive”, justifica.

Bagé, pioneira na promoção de vida

Assim como o nosso Estado está sendo o primeiro na aprovação por uma sociedade sem manicômios, Bagé também mostra ser o primeiro, porque é o único município a ter um curso que está capacitando, preparando, educando, ensinando pessoas a operar o novo sistema – Curso de Especialização em Saúde Mental Coletiva Pós-Graduação Latu Sensu.

Histórico

O movimento por uma Sociedade sem Manicômios surgiu da redemocratização do país e a procura pelo resgate de sua identidade histórico-cultural, contidos na 8ª Conferência Nacional de Saúde, Constituição Federal e Lei Orgânica da Saúde e pela realização do 1º e 2º Simpósio Internacional de Saúde Mental Comunitária, em Santa Maria; Criação do Foro Concórdia de Salud Mental (Argentina, Uruguai e Paraguai), Constituição Foro Uruguio de Salud Mental; Fórum Gaúcho de Saúde Mental, criado em 1991, aqui em Bagé: realização de sete cursos de Administração em Saúde Mental coletiva; cursos específicos de instrumentalização técnica operacional e administrativa, ensino, nas mais variadas formas do conhecimento humano; A promoção de quatro Encontros Estaduais de Saúde Mental; cursos de Especialização em Saúde Mental Coletiva (UFSM e URCAMP); Criação de Serviços locais de Saúde Mental em 150 municípios do Estado, sendo 35 pelos produtores e difusores de Atenção Integral.

Na Região

Na Região Campanha, dentro do processo por uma Sociedade Sem Manicômios, houve a criação de Serviços nos municípios de Dom Pedrito, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, (Pedras Altas), Santana do Livramento, que foram determinantes na reversão das práticas de encaminhamento aos Manicômios.

Nossa cidade, Bagé

Em Bagé, desde 1975 os hospitais gerais (Santa Casa de Caridade e Hospital de Clínicas da URCAMP), são utilizados para o tratamento de enfermos mentais.

Após o VI Curso de Administração em Saúde Mental Coletiva foram agilizados os recursos existentes. O Plano Municipal de Saúde delibera e prevê a criação de um serviço de Atenção Integral, em espaço já destinado pela municipalidade, e desenvolve-se forte integração interinstitucional e intersetorial.

Na Santa Casa de Caridade são atendidas 95% das necessidades de hospitalização, em leitos comuns, sem delimitação de área específica e foi criada a “Oficina de Criação Coletiva”, onde participam docentes e alunos da URCAMP (CENARTE, Arte-Educação e Faculdade de Psicologia), Trabalhadores de Saúde do Hospital e do Serviço de Saúde Mental, hospitalizados e não hospitalizados.

A Faculdade de Psicologia da URCAMP em iniciativa inédita criou na sua matriz curricular, o componente curricular de saúde Mental Coletiva. Aqui, em Bagé, também foi realizado o Fórum Estadual de Saúde Mental, com a participação de 350 pessoas de todo o Estado, São Paulo, Uruguai e Argentina, criando-se na ocasião o Fórum Gaúcho de Saúde Mental, mobilizador e difusor da Luta Antimanicomial.

Seguindo na mesma linha, a URCAMP, Prefeitura Municipal de Bagé, Secretaria Estadual de Saúde e Meio Ambiente, 7ª DRS e Ministério da Saúde e Coordenação de Saúde Mental, estão promovendo o Curso de Especialização em Saúde Mental coletiva – Pós-Graduação *Latu-Sensu*.

Bagé vivia a reflexão prática sobre os novos olhares para a “loucura”, no sentido de que esta e outras notícias difundidas no período da efervescência da redemocratização do País e da implantação dos serviços substitutivos na Saúde Mental Coletiva.

Convém lembrar algo, o que considero de suma importância. Quando dos primeiros passos na dinâmica de atendimento da saúde mental, os procedimentos eram integrais, isto é, a terapêutica do acolhimento incluía todos os tipos de sofrimento, desde o alcoolismo e outras dependências psicoativas, assim como dos transtornos mentais ou outras formas de padecimento. Isso quer dizer que havia uma integralidade de procedimentos e de cuidados. Não havia separação por patologias. Nós não fragmentávamos os nossos cuidados, para não repetir o modelo que até então, segue nos partindo e desconectando do todo.

6 SAÚDE MENTAL, EDUCAÇÃO E FOUCAULT

Ao pesquisar a obra de Michel Foucault, percebo o cenário amplo e múltiplo, e a interface com a educação, que obviamente torna-se um campo de “domínios”, expressão utilizada por Veiga-Neto, para definir os termos “ser-saber”, “ser-poder” e “ser-consigo”, e sua complexidade, o que considero, exige uma integralidade no “tornar-se” da percepção prática dos campos teóricos e das ideias.

Segundo Veiga-Neto (2007, p. 128), o “ser-saber”, o “ser-poder” e “ser-consigo”, estão intimamente implicados no ensino, e concebo que, conseqüentemente no imaginário constituinte do Movimento da Saúde Mental. Fazem parte, além das expressões, de um sistema de procedimentos (MOREIRA, 2005, p. 310), produz uma arqueologia com possibilidades na pesquisa educacional e seus domínios, já que é o “ser-saber”.

O ensino é considerado um domínio de “poder”, aponta Moreira (2005, p. 310), e possui os elementos “(...) qualificadores capazes de explicar como os saberes são produzidos e como nos constituímos na articulação entre poder e saber”. E isso explica, em muito, a nossa “(...) transgressão, da ultrapassagem do limite social, que se liga indissolúvelmente ao saber e ao poder” Bourdieu (1984, p. 30), pois estudamos, pesquisamos e fomos movidos por uma literatura e pela própria genealogia, que se faz história de comportamentos, hábitos, culturas e seus símbolos, muitos, aprendidos e evocados como eternas e vazias verdades no existir de cada dia.

Tanto fez história, que promoveu, pelo ensino, reflexões e transformações que possibilitaram e permearam o tornar-se sujeito, pessoa, cidadã, cidadão, o que denota sentido e pertencimento no termo Foucaultiano, dado como domínio de “o ser-consigo”, que pressupõe um estar presente e vigilante das aprendizagens e ensinamentos nos seus próprios domínios, que segundo Moreira (2005, p. 311), “(...) trata-se da relação de cada um consigo próprio (...)”, “(...) e de como se constitui e emerge a subjetividade.” Da ética da própria “relação de si para consigo”.

Eis, que este estar nos domínios de si, compreende-se como o estabelecimento de uma relação, pedagógica dialógica, do tornar-se pessoa cidadã, pelo fluir e expandir do ensino e das suas práticas.

O Movimento de Saúde Mental Coletiva incorpora a Reforma Psiquiátrica, e é tal qual o que enuncia Foucault, que busca refletir sobre o sujeito dito moderno, que se faz e refaz no bojo dessa concepção, com as instituições que fazem parte de um determinado contexto, o que

provoca o desafio de analisar os “(...) modos de subjetivação que transformam os seres humanos em sujeitos” (Moreira, 2005, p. 311). À qual, concebo como o campo do ensino, das instituições formadoras (Escolas, Institutos Federais, Organizações Sociais, Centros de Formação, Universidades e Instituições de Ensino Superior), da literatura, da imprensa, das mídias, isto é, de todo um bojo de estruturas, que estão presentes na nossa formação, seja oficial ou não, mas que nos produzem um imaginário.

Digo o que o pesquisador diz: “(...) Nos tornamos sujeitos pelos modos de investigação, pelas práticas divisórias e pelos modos de transformação que os outros aplicam e que nós aplicamos sobre nós mesmos” (Veiga-Neto, 2003, p. 136).

Sou engajado nessa ideia, pois sinto que os elementos constituintes dos arranjos pedagógicos, produzem e reproduzem os modos de pensar, falar, agir, sentir, ser e estabelecer conceito e prática de um tipo de sujeito, pois conforme Veiga-Neto (2007, p. 107), “(...) Foucault dedicou-se ao longo de sua obra a averiguar não apenas como se constituiu essa noção de sujeito que é a própria Modernidade, como, também, de que maneiras nós mesmos nos constituímos como sujeitos modernos (...)”.

Essas questões institucionalizantes estão ligadas diretamente ao seu processo de desinstitucionalização, bandeira da Saúde Mental, que permeia os diversos e múltiplos campos do ensino, que é o refletir, dura, nua, e cruamente, de que tipo de poder à qual deliberamos, assim como o saber que seremos gestados, por esse saber, que nos faz ser o que somos, mesmo que não saibamos. Digo e reflito, sobre isso, pois os poderes dos saberes instituídos, podem funcionar no automático do modo mecanicista realista, e continuar a produzir e reproduzir a loucura que perpassa os domínios do saber enlouquecer.

A Saúde Mental Coletiva constituiu um conhecimento, uma teoria e consequente prática, que se contrapõe a lógica institucionalizante da loucura, e que, de acordo com Moreira (2005, p. 312), “não há relação de poder sem a constituição de um campo de saber, nem saber que não pressuponha e não constitua relações de poder”.

O movimento de Luta Antimanicomial constituiu um saber e por sua relação de pesquisa, ensino, estabeleceu um novo modo de olhar e cuidar, inclusive, foi paradigma frente as velhas receitas de aferição sobre o humano.

Dentre as várias estratégias que se estabeleciam, no campo do ensino, foi a inserção do componente Curricular Saúde Mental Coletiva, na Matriz Curricular do Curso de Psicologia da Universidade da Região Campanha, inovadora no processo de constituir uma outra lógica de olhar a loucura e sua produção, pois o espaço de ensino e aprendizagem tornou-se um domínio

de saber. Assim como o conhecimento sobre os poderes instituídos, as leis, normas, diretrizes e outras disposições consideradas legais e que regem o nosso cotidiano. Nessa perspectiva, de acordo com Veiga-Neto (2007, p. 109) “(...) cabe justamente a Educação o papel de colocar em movimento as contradições – sejam sociais, sejam epistemológicas – para superá-las, de modo que o sujeito progrida ao longo das estruturas que ou já estavam aí ou que vão se engendrando progressivamente”.

A subjetividade é presente no que estamos abordando, pois há uma ética, uma linguagem e um discurso, e conforme concebe Moreira (2005, p. 312), “(...) são indispensáveis para os que se dedicam ao ofício de pensar e fazer currículos, e que reconhecem o quanto as complexas práticas e relações implicadas nessas tarefas ainda precisam ser problematizadas e compreendidas”.

Baseado em Foucault, Veiga-Neto, no livro Figuras de Foucault, (2008, p. 24), concebe que a desinstitucionalização do poder:

Significa, sim, não tomar as instituições como fonte, locus, centro ou raiz de poder, mas invertendo o caminho investigativo, analisá-las a partir das relações de poder que as atravessam e que atravessam os indivíduos. As instituições modernas podem, quanto muito, dar sustentação material e simbólica às relações de poder, mas essas relações são mais amplas e extravasam toda e qualquer instituição. (FOUCAULT, 2008, p. 24)

6.1 Saúde Mental e as ressonâncias no ensino

“A saúde mental se constrói todos os dias. Há muitas formas de se fazer caminhos acertando as diferenças de saberes e respeitando os saberes”, são algumas das citações dita pelo médico-psiquiatra e professor da Universidade de Córdoba na Argentina, Rubén Oscar Ferro, durante o I Módulo do VI Curso de Administração em Saúde Mental Coletiva, realizado em Bagé e com a participação de profissionais do Rio Grande do Sul, São Paulo, Piauí, Espírito Santo, Uruguai e Argentina. A notícia foi publicada na primeira página do Jornal Correio do Sul, em 13 de novembro de 1990, tendo como título: - A saúde mental em discussão em Bagé. O curso desenvolveu-se durante oito meses, o que possibilitou articular alianças e integrá-las, e os efeitos são sentidos na sociedade, na escola, na universidade, na legislação, nas pessoas.

Figura 1 – Saúde Mental em Bagé



Fonte: Correio do Sul (1990)

A Saúde Mental, enquanto dimensão pedagógica, no ensino, na educação e no contexto do período de 1988 e 1995, ecoou seus sopros e efeitos, nas escolas, cujo debate se estabeleceu numa constante, principalmente no que diz respeito ao que era normalidade, as diferenças, as segregações e preconceitos no conjunto escolar, na abordagem sobre os alunos que frequentavam as classes especiais

Uma instituição exemplo da fragmentação pedagógica e de saúde, que funcionava em Bagé, na década de 90, era o Centro Matilde Fayad, localizado antes, onde hoje é o Centro de Atenção Psicossocial Infantil (CAPS i). Era uma referência lamentável pois centralizava todas as atividades de saúde e educação, para procedimentos das classes especiais das escolas municipais. O lugar era considerado um centro de especialidades, onde o aluno que fazia parte das referidas classes, ali, em nome de um atendimento individualizado, atingia seu rótulo máximo, se é que se pode assim dizer. O centro Matilde Fayad reunia alunos de todas as escolas municipais, onde a fragmentação e a patologização de um determinado comportamento reforçavam a “doença”, enfermidade do “não bom” comportamento em sala de aula, ou da considerada “hiperatividade” e outros aspectos de exclusão.

A existência dos cursos desenvolvidos pelo Saúde Mental promoveu um forte e saudável nível de reflexão nos profissionais que atuavam no referido centro, principalmente pela

possibilidade de compreensão e aprendizagem das novas e inspiradoras tecnologias que se faziam presentes no aprender social da loucura e seus manejos para isso deixar de acontecer.

Ainda, no ensino, um incentivo ao olhar diferente, oposto as velhas receitas de formação e do próprio modo de ensinar, o que chamaríamos de comunicação não violenta e excludente. Rótulos, denominações marcadamente inferiorizantes, conjunto de conceitos psicologizantes, patologizantes, somente com olhar sobre o padecimento psíquico e suas negatividades, isto é, as formas e conteúdo, os quais simbolizam e promovem o preconceito, que é uma construção social da loucura.

No ensino e processo educacional da universidade, a implantação de uma disciplina, hoje componente curricular de Saúde Mental Coletiva, com o estudo sobre as leis que nos regem, que tutelam e que reforçam estigmas ou não.

Na saúde, os estudos e novos olhares da saúde mental tiveram impacto direto no modo de atender, de promover uma acolhida aos usuários, desde a Unidade de Saúde, os ambulatórios, os hospitais, para que quando fossem acionados para uma internação em hospital geral, houvesse a colocação em leito geral, junto com outras pessoas de diferentes diagnósticos, cardiologia, traumatologia, porém não em isolamentos ou uso de camisas de força ou outro material de contenção.

Na área da segurança pública, os policiais parceiros, principalmente na Polícia Militar, recebiam orientações, diretamente nossas, dos trabalhadores, para o cuidado com o manejo do usuário, especialmente quando fazíamos aplicação de medicação injetável

Muitas vezes, o usuário de saúde mental era acometido de surto psicótico por não saber administrar sua própria medicação. No caso, foi criada uma agenda de monitoramento, onde o dia, hora era registrada, pois se, no caso de o usuário não aparecer espontaneamente no serviço de saúde mental, fazíamos uma visita domiciliar e colocávamos em dia a sua medicação. Essa atitude prevenia a possibilidade de entrar em surto e todos os reflexos do fato.

Ao mesmo tempo, em parceria com instituições privadas, como o SESI/SENAI, realizamos a montagem de uma peça teatral, “retratos da vida”, que retratava a vida de um alcoolista, e os reflexos da dependência a partir de sua família, dos complexos de inferioridade dos filhos nas escolas e as consequências no tecido social, inclusive na relação de trabalho e do próprio constrangimento provocado por tal situação, as superproteções e a repetição do exemplo com os filhos, muitas vezes num processo de submissão. As apresentações ocorriam em auditórios, para a comunidade escolar e para o público geral. Ressalto que após a apresentação

era promovido um debate, principalmente para promover o desmistificar sobre a saúde mental, tema drogas e outras diferenças sociais que assolam e compreendem como loucura.

A Universidade e seus cursos de graduação e pós-graduação possuem em suas matrizes curriculares o desiderato da integralidade, o que se reflete nos componentes curriculares, cuja abordagem, inova, no que diz respeito ao ensino sobre a luta antimanicomial

As leis, normas, diretrizes, resoluções e propostas, elaboradas no processo da redemocratização do Brasil, junto com a Carta Magna, demonstram os novos olhares e modos substitutivos as antigas lógicas manicomiais vigentes, ainda no país.

A possibilidade de trabalhar no processo de construção de um movimento de Luta antimanicomial, de Saúde Mental Coletiva, sempre na promoção de uma concepção que da teoria do integral, inundou e nutriu a prática de muitos dos trabalhadores em saúde, saúde mental, educação, assistência social, arte-educação e da própria justiça. Tendo em vista que de todo um processo de luta antimanicomial, surgiram os movimentos que promoveram a redução de danos, bem como a qualificação dos procedimentos, até então concentrados no modelo médico hospitalocêntrico, como já sintetiza esta última palavra.

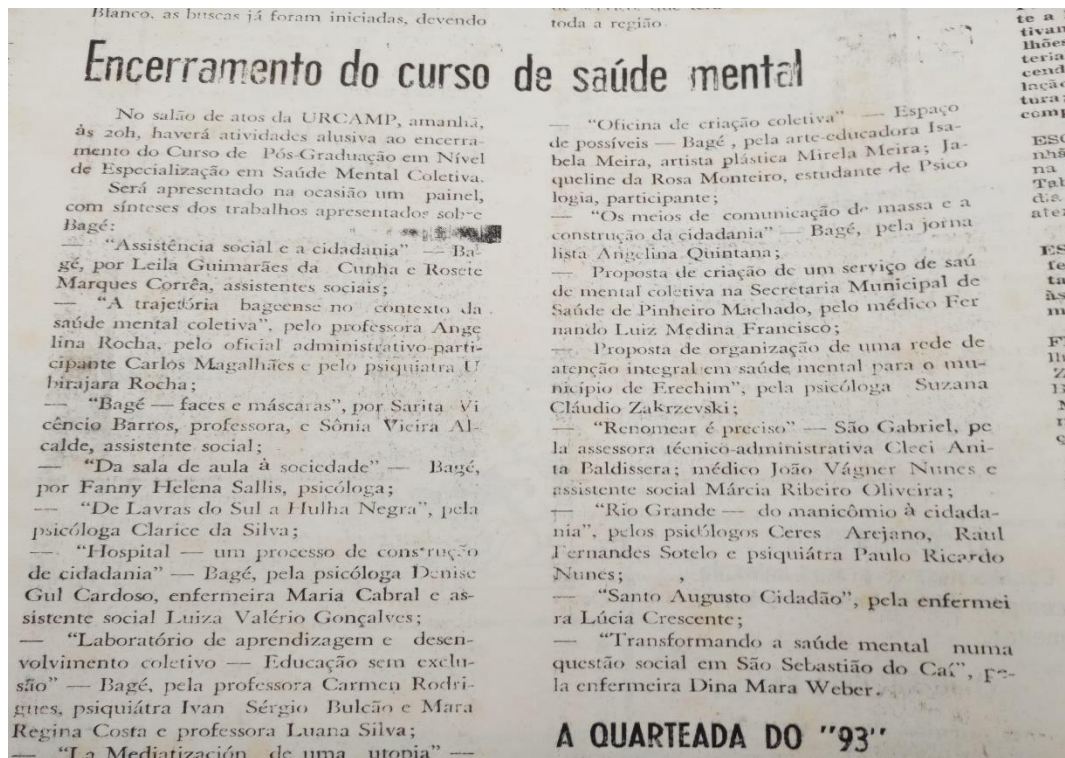
A correlação da Saúde Mental com o Ensino é mais do que óbvia, pois, os cursos de Administração em Saúde Mental Coletiva, a Pós-Graduação em Saúde Mental Coletiva – Especialização em Saúde Mental Coletiva – Latu-Sensu, respectivamente desenvolvidas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem, e pela Universidade da Região da Campanha, por si só demonstram o permear do Ensino, da Educação, junto com a Saúde Pública, Saúde Mental e as Políticas Sociais

Isso demonstra que o embasamento, muito além do teórico e do subjetivo, que é, e sim o prático, que também é de origem teórica e constituiu a saúde mental, a partir dos estudos da Luta Antimanicomial, da Reforma Psiquiátrica, foi e é embasado em autores do campo do ensino e da educação, desde Rubem Alves, Paulo Freire, e outros pesquisadores, publicações e obras da literatura, artigos e livros especializados nessas referidas áreas.

Para exemplificar, inclusive antecipando os impactos do que até então vem sendo posto como conteúdo desta pesquisa, estudos e vivências, a conexão da Saúde Mental e seus contextos, com suas ressonâncias, temos as publicações dos trabalhos de conclusão de curso, cujos temas abordam diretamente o nosso processo de ensino e educação de um período, cujo marco temporal faz parte do presente estudo científico, e que aqui nesta escritura de dissertação de mestrado, procuro reproduzir e traduzir.

Em 01 de julho de 1993, o Jornal Correio do Sul, publicou na capa, tendo como título – **“Encerramento do curso de saúde mental”** -, os primeiros títulos dos trabalhos de conclusão do Curso de Pós-Graduação em Nível de Especialização em Saúde Mental Coletiva: - “Assistência social e a cidadania”, por Leila Guimarães da Cunha e Rosete Marques Corrêa, assistentes sociais; “A trajetória bajeense no contexto da saúde mental coletiva”, pela professora Angelina Rocha, pelo oficial administrativo-participante Carlos Magalhães e pelo psiquiatra Ubirajara Rocha; “Bagé – faces e máscaras”, por Sarita Vicêncio Barros, professora, e Sônia Vieira Alcalde, assistente social; “Da sala de aula à sociedade”, por Fanny Helena Salles, psicóloga; “De Lavras do Sul a Hulha Negra”, por Clarice da Silva, psicóloga; “Hospital – um processo de construção de cidadania”, por Denise Gul Cardoso, psicóloga, Maria Cabral, enfermeira, e Luiza Valério Gonçalves, assistente social; “Laboratório de aprendizagem e desenvolvimento coletivo – Educação sem exclusão”, pela professora Carmem Rodrigues, psiquiatra Ivan Sérgio Bulcão e professoras Mara Regina Costa e Luana Silva; “Oficina de Criação Coletiva” – Espaço de possíveis”, pela arte-educadora Isabela Meira, artista plástica e arte educadora Mirela Meira e a estudante de psicologia Jaqueline da Rosa Monteiro; “Os meios de comunicação de massa e a construção da cidadania”, pela jornalista Angelina Quintana; “Proposta de um serviço de saúde mental coletiva na Secretaria Municipal de Saúde de Pinheiro Machado”, pelo médico Fernando Luiz Medina Francisco; “Proposta de organização de uma rede de atenção integral em saúde mental para o município de Erechim”, pela psicóloga Suzana Cláudio Zakrzewski; “Renomear é preciso”, por Cleci Anita Baldissera, assessora e técnica-administrativa, João Vágner Nunes, médico, e Marcia Ribeiro Oliveira, assistente social; “Rio Grande – do manicômio à cidadania”, por Ceres Arejano, psicóloga e Raul Fernandes Sotelo, Psicólogo, e Paulo Ricardo Nunes, psiquiatra; “Santo Augusto Cidadão”, por Lúcia Crescente; “Transformando a saúde mental numa questão social em São Sebastião do Caí”, por Dina Mara Weber, enfermeira.

Figura 2 – Encerramento do Curso



Fonte: Correio do Sul (1993)

No processo de uma pesquisa (auto)biográfica, há naturalmente o evocar de momentos e lugares da dinâmica de construção do protagonismo dos usuários de Saúde Mental. Pois além de frequentarem a maravilhosa iniciativa das oficinas de criação coletiva, também eram inovadores no modo de constituírem uma reunião de usuários, denominada como Assembleia de Usuários e Familiares, de vizinhos, de moradores da cidade e dos trabalhadores em atenção integral à saúde mental, cuja qualificação era de professora, advogada, assistente social, pedagoga, arte-educadora, profissionais da área de saúde, da assistência social, da educação, do direito, voluntários, isto é de todos os campos possíveis do conhecimento humano, e que na prática mobilizavam a integralidade, o todo, das partes.

Dá para dizer, que as Políticas Públicas, no que tange a Saúde Mental Coletiva e o seu processo de construção enquanto uma Política Social Pública, teve o seu chão de matriz, a própria nuance de quem era alvo direto e imediato de um processo de exclusão, de segregação, de estigmatização, que era o louco, a louca de todos os dias, de pessoas que não se deixavam levar pela lógica dominante da modernidade e seus impactos de desenvolvimento material.

Ora, cabe dizer que no Serviço de Saúde Mental Coletiva de Bagé, por exemplo, este era o fomentador, ativador, a incubadora das muitas propostas, as quais se tornaram Leis e

Normas, protetoras e de cuidado, desde o simples manejo em lidar com um usuário, sem patologizar ou psicologizar sua enfermidade do momento, com os velhos e conhecidos rótulos opressores.

Quero dizer que os serviços de saúde mental, junto com as atividades de oficinas de arte e suas propostas terapêuticas, construíram um saber, um modo de aprendizagem, que tornou-se ensino para todas e todos os que militavam no campo do cuidado, isto é, usuários, familiares, comunidade e os trabalhadores aprendiam, cotidianamente nos modos, desde a linguagem, nas suas expressões e na conduta, inclusive no desconstruir os hábitos trazidos pelas respectivas formações, as quais eram responsáveis pelo enlouquecer das pessoas.

Então, esse conhecimento, que é ensino, aprendizagem e consequentemente educação, foi sendo elaborado e serviu muito mais que um objeto de laboratório com dissecações e fragmentações, mas sim, possibilitou o integrar de si e do entorno, principalmente pela implicação e engajamento nos estudos e pesquisas, desse novo olhar com suas inovadoras lógicas de viver.

A dinâmica do que ocorria durante a implantação das atividades de atenção e cuidado integral em Saúde Mental Coletiva, desde a primeira Oficina de Arte Criativa, na Santa Casa de Caridade de Bagé, depois na 7 DRS (hoje 7ª CRS, Coordenadoria Regional de Saúde—Observação: o nome Delegacia Regional de Saúde, passou a ser Coordenadoria Regional de Saúde. Saindo a denominação “delegacia”, que remete, com certeza a um modo nada simpático, mesmo enquanto sigla. O serviço de Saúde Mental Coletiva foi acolhido na sede da LBA, onde hoje está instalado o CAPS II. Essa e outras denominações foram alteradas, tendo em vista as novas lógicas, que se contrapunham a termos de um período autoritário e policalesco.

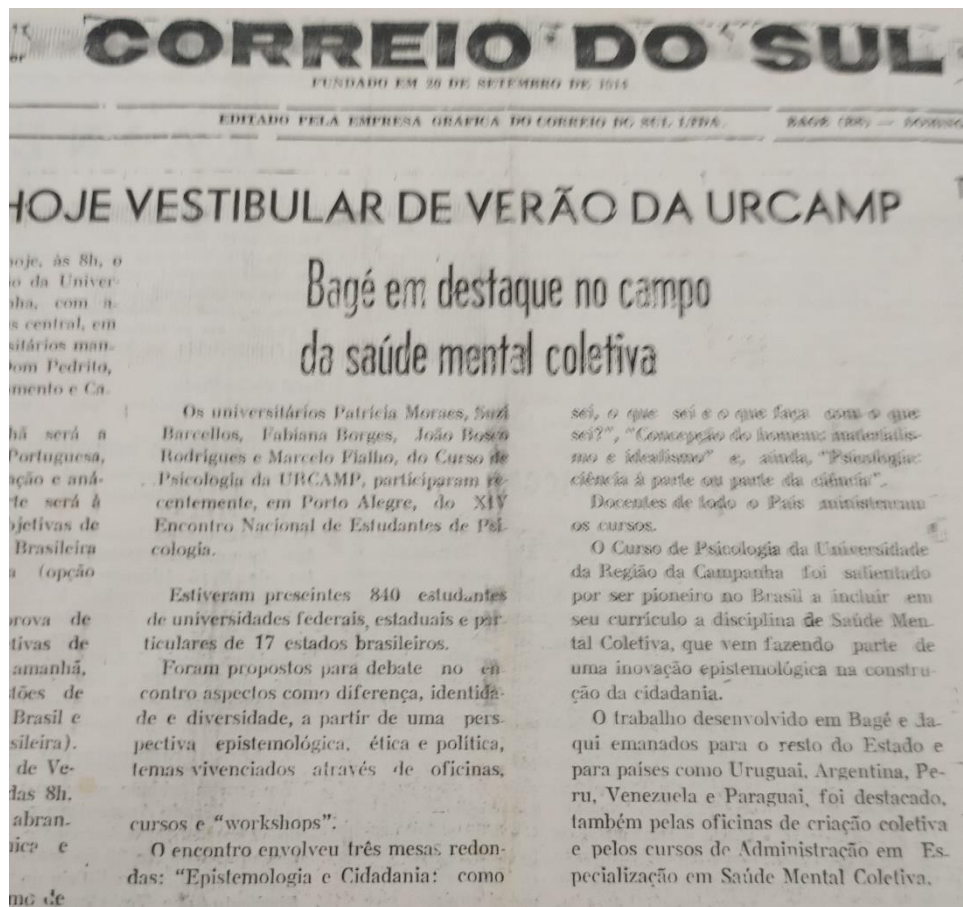
6.2 Tecnologias inovadoras de participação: eventos

A reunião dos usuários, familiares e técnicos, no modo assembleia, tornou-se exemplo de gestão, cogestão, modelo criado por Gastão Wagner de Souza Campos, que é o pensar novos valores e uma nova ética, “(...) tratar de organizar uma vida material que estimule a lógica da co-gestão e não a outra de dominação. Pensar não em dispositivos de controle, mas na construção da capacidade de instituir compromissos (...)”, diz Campos (2000, p. 128). Assinala com a participação de homens e mulher, que buscaram a total nudez e o desvestir-se de suas roupagens conceituais, pela instituição da desinstitucionalização. De múltiplas atividades profissionais. Surgiu do âmago.

Também, para comprovar a efervescência dos elementos constituintes da História da Saúde Mental e da Educação à qual estava sendo subjetivamente e concretamente inscrita, destaco os trabalhos de Mestrado e Doutorado cuja fonte de pesquisa foram os dados produzidos no ensino na época da construção da saúde mental em Bagé, durante a constituição das ações pedagógicas do movimento, pois serviram de fonte e de instrumentos para os resultados de um processo pedagógico de mudança. Nas palavras de Sacristán (2000, p. 09), “não tem sentido renovações de conteúdo sem mudanças de procedimentos e tampouco uma fixação em processos educativos sem conteúdo de cultura”.

Em 23 de janeiro de 1994, Correio do Sul, publica em sua capa a seguinte manchete: – **Bagé em destaque no campo da saúde mental coletiva.** A notícia, feita por este pesquisador hoje, na época repórter e acadêmico de psicologia na URCAMP – Universidade da Região da Campanha, cita os universitários da referida instituição que participaram, em Porto Alegre, do XIV Encontro Nacional de Psicologia – ENEP, com a presença de 840 estudantes de universidades federais e particulares de 17 estados brasileiros. Durante o evento, o Curso de Psicologia da Universidade da Região da Campanha foi salientado por ser pioneiro, no Brasil a incluir em seu currículo a disciplina de Saúde Mental Coletiva, fato que vinha fazendo parte de uma inovação epistemológica no processo de ensino e na construção da cidadania. A notícia destacou o trabalho desenvolvido em Bagé e os seus reflexos para o Rio Grande do Sul e países como Uruguai, Argentina, Peru, Venezuela e Paraguai, especialmente pela implantação das oficinas de criação coletiva, cursos de Administração em Saúde Mental e a Especialização em Saúde Mental Coletiva.

Figura 3 – Bagé em Destaque



Fonte: Correio do Sul (1994)

Desdobramentos dos sentidos e significados promoveram e possibilitaram a implantação de Políticas Públicas, desde a educação, saúde, assistência social, habitação, desenvolvimento rural, e sistema jurídico, isto é, em um bojo maior, que com certeza, possibilitou a existência da própria cidadania dos sujeitos implicados e protagonistas.

As ressonâncias da Saúde Mental Coletiva em Bagé são palpáveis, muito além das notícias, pois como podemos constatar, mobilizou eventos, seminários, fóruns, encontros, congressos, de acordo com o que consta, aqui, nesta escritura científica, com seus efeitos no ensino, na educação, na saúde, nas relações institucionais de ensino superior, publicação da revista “Saúde Mental Coletiva”, coeditada pelo Fórum Gaúcho de Saúde Mental e URCAMP, com edições semestrais, de textos teóricos, experiências de municípios e serviços inovadores no campo da saúde mental. Principalmente na inserção da temática elaborada por acadêmicos, no caso da URCAMP, e cursos de outras universidades estaduais, federais, particulares, do Brasil, do Uruguai e Argentina.

Para exemplificar, cito o evento IX Encontro Regional de Estudantes de Psicologia da Região Sudeste e I Encontro de Estudantes de Psicologia do Cone Sul, realizado de 06 a 10 de setembro de 1995, em Bagé, Rio Grande do Sul, e que contou com a participação de universitários de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, países da prata, Argentina e Uruguai.

Esse evento, foi resultado da nossa aprendizagem democrática e cidadã, de acadêmicos, ativistas, integrantes do Movimento de Saúde Mental Coletiva, em diferentes espaços, constituídos num processo de autoecoorganização, como denomina Edgar Morin.

Enfrentamos dificuldades e superamos o boicote da própria instituição onde estudávamos. Realizamos cinco dias de atividades no campo da psicologia, da educação e da saúde mental. Evento que impactou positivamente a vida dos participantes e respectivas instituições as quais representavam.

Resumidamente, um pouco do que foi o processo de organização do IX EREP, em 1995, até porque, acredito, daria um outro trabalho de pesquisa.

Naquele tempo, além de exercer a profissão de repórter, eu era acadêmico de psicologia na URCAMP, presidente do Diretório Acadêmico (DA), fundador e editor do Jornal de Psicologia (INSANO) e eleito coordenador do IX Encontro Regional de Estudantes de Psicologia. Esses espaços de ensino e vivências intensas, eram formados por um grupo de estudantes engajados, implicados no processo de lutar, mobilizar e efetivar os princípios básicos e elementares das políticas públicas que vinham alimentando e retroalimentando o sonho da prática cidadã.

O Encontro Regional de Estudantes de Psicologia era um congresso que reunia estudantes de psicologia das universidades públicas e particulares dos Estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e ocorria anualmente, sendo decidida a sede do próximo encontro, sempre quando da plenária final dos mesmos.

A indicação para a realização do evento, ocorreu em 1994, um ano antes, quando participávamos no encontro realizado em Florianópolis, Santa Catarina, em assembleia e votação pela maioria dos acadêmicos participantes.

Face ao dinamismo e ativismo, - e a presença da saúde mental, em todos os programas dos eventos universitários nos Estados do Sudeste, principalmente por Bagé, naquela época, já ser conhecida e protagonista, ser pioneira e reunir conjunto de atividades na área, tanto de pesquisa como ensino, junto com as oficinas de criação coletiva e a implantação de atendimento

substitutivo as práticas a manicomiais -, fomos agraciados com a indicação e o compromisso de elevada responsabilidade para tal feito.

Assim, começamos a preparar o projeto para encaminhar a proposta da realização do IX Encontro Regional de Estudantes de Psicologia da Região Sudeste, na qual transcrevo a introdução do “folder” que divulgou o evento e que é, no meu entender um fragmento da história, seja do ensino, da psicologia, da saúde mental, da história de quem esteve presente e contribuiu individualmente e coletivamente para que as expectativas fossem além das palavras. O “folder” é uma fonte, que poderá fugir dos textos considerados oficiais e reconhecidos, no entanto acredito que

é necessário que o esforço de construção do objeto histórico quebre a soberania do documento como texto da ciência constituída e busque sinais de uma linguagem em constituição. Muda-se assim a ótica analítica, localizando fontes que muitas vezes estão dispersas e distantes daquelas originadas em instituições científicas canonizadas por certa historiografia (...). (ZUQUIM, 2003, p. 107)

Assim começa o texto do “folder”.

TE ACOMODA E VEM!

Aqui pelas bandas do Sul, nos costados da fronteira com o Uruguai, vive uma indiada que se aventurou nas estradas pra conhecer o tal de EREP.

Chegando na terra dos barrigas-verdes verdes, além de muita praia, viu-se gente pra lá de buena, unida no retoço, na discussão, trabalhando mais que padre em época de quermesse. Resumindo: Que baita encontro.

E no meio do baile um gaudério gritou: “Onde vai ser o próximo? E então a indiada pensou: “Porque não em Bagé, tchê?”

E assim, mais faceiro do que china em baile de estância, o pessoal de Bagé – cidade Rainha da Fronteira e já conhecida pelo Analista do Luis Fernando Veríssimo – pensou em ficar mais famosa ainda pela Universidade da Região da Campanha. Tudo isso e muito mais temperado pela hospitalidade gaúcha, que já aviso, não é nada parecida com a dos tais esquimós. Aqui não se empresta a chinoca prá esquentar as visitas.

E voltando ao assunto, tchê, conversa vai, conversa vem, depois de muita roda da bebida que dá mau conselho – mate –apareceu um tema prá festança de Bagé, em setembro:

De onde venho? Onde estou? Por que diabos continuo? Com essas perguntinhas pretende-se começar uma boa peleia e chamar a atenção pro que está acontecendo em cada pago do Sul do Brasil e Cone Sul, e também que nem só de joelho vive a psicologia.

Venha fortalecer o rodeio das ideias com amizade e troca de sabedoria campeira. Vamos lá, tchê. Não te aperta com pouca coisa. Passa amão na cuia, na guaiaca, no poncho e vem pra fronteira.

A querência de Bagé espera por ti de porteira aberta.

Até logo, vivente!

Figura 4 – Folder do IX EREP/Sul

TE ACOMODA E VEM!

Aqui prós bandas do sul, nos costados da fronteira com o Uruguai, vive uma índia que se aventurou nas estradas pra conhecer o tal de EREP.

Chegando na terra dos barriga verde, além de muita praia, viu-se gente pró lá de buona, unido no reçoço, na discussão, trabalhando mais que padre em época de quermeste. Resumindo: Que baita encontro.

E no meio do baile um gaudério grisou: "Onde vai ser o próximo?" E então a índia pensou: "Por que não em Bagé, tché?"

E assim, mais fazeiro do que china em baile de estância, o pessoal de Bagé - cidade Rainha da Fronteira e já conhecida pelo Analista do Luto Fernando Vertizano - pensou em ficar mais firmeza ainda pela Universidade da Região da Campanha. Tudo isso e muito mais temperado pela hospitalidade gaúcha, que já aviso, não é nada parecida com a dos baús de casquinha. Aqui não se empresa a chinoca pra expenstar as vizias.

E voltando ao assunto, tché, conversa vai, conversa vem, depois de muita roda da bebida que dá mau conselheiro - mãe - apareceu um tema pra festança de Bagé em setembro: De onde venho? Onde estou? Por que diabos continuo? Com essas perguntinhas pretende-se começar uma boa péria e chamar a atenção pro que está acontecendo em cada pago do tal do Brasil e Cone Sul, e também que não só de jorhalco vive a psicologia.

Venha fortalecer o rodeio das idéias com amizade e troca de sabedoria campeira. Vamos lá, tché. Não se aperta com pouca coisa. Pussa a mão na casa, na gaúcha, no pomeço e vem pra fronteira.

A quermeste de Bagé espera por ti de porteiro aberto.

Até logo, vivente!

FICHA DE INSCRIÇÃO

NOME: _____

ENDEREÇO: _____

CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

TELEFONE: _____

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: _____

APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS: SIM NÃO

DIRES: Os resumos de trabalhos, assim como o comprovante de depósito, devem ser entregues antecipadamente - Cidade Economista Federal - 94010-112/949 - Rua Cônego Rompoppo, nº 154 - CEP 94112-400 - Bagé/RS.

IX ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA - EREP SUL/95 E 1º ENCONTRO DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA DO CONE SUL - URCAMP - BAGÉ/RS PSICOLOGIA: DE ONDE VENHO? ONDE ESTOU? POR QUE DIABOS CONTINUO?

PROGRAMAÇÃO

Dia 06 de Setembro - Quarta-feira
00:00 às 18:00 - Recepção e Credenciamento
18:00 às 19:30min - Jantar
19:30min - Abertura Oficial do IX EREP/SUL
Nota: Programação Cultural

Dia 07 de Setembro - Quinta-feira
07h30min às 08h30min - Café da Manhã
08h30min às 11h30min - Oficinas e Vivências
11h30min às 12:00h - Almoço
12:00 às 13h30min - Almoço
14:00h MESA REDONDA I
"Psicologia de Onde Venho?"

Maria Pinto - Psiquiatra, Docente do Curso de Psicologia da URCAMP - Bagé/RS
Izaura Duro - Psicóloga, Bagé/RS
Gisela Nasciutti - Psicóloga, Coordenadora do Curso de Psicologia da URCAMP - Bagé/RS
Manuel Mayer Júnior - Psicólogo, Porto Alegre/RS
Maria Lúcia Kvalier Montenegro - Psicóloga, Docente do Curso de Psicologia da URCAMP - Bagé/RS
Jaqueilma Monteiro - Psicóloga, Trabalhadora de Saúde Mental Coletiva - Bagé/RS
Rafaela Oscar Ferris - Médica, Psiquiatra, Sanitarista, Coordenadora de Disciplina do Curso de Especialização em Saúde Mental Coletiva - Córdoba - ARGENTINA
18:00 às 19:00h - Jantar
19:00 às 22:00h - Curson
Nota - Programação Cultural
Espiritismo de Dança

Dia 08 de Setembro - Sexta-feira
07h30min às 08h30min - Café da Manhã
08h30min às 11:00h - Oficinas e Vivências
11:00 às 12:00h - Apresentação de Trabalho dos alunos
12:00 às 13:00h - Almoço
14:00h - MESA REDONDA II
"Onde Estou?"

Suzana Dalmasin - Psicóloga, Docente do Curso de Psicologia da URCAMP - Bagé/RS
Alex Messa Ávila - Psicólogo, Docente do Curso de Psicologia da URCAMP - Bagé/RS
Carlos Augusto Serbena - Psicólogo, Curando Especialização em Psicologia Analítica na PUC/PR - Curitiba/PR

Dia 09 de Setembro - Sábado
07h30min às 08h30min - Café da Manhã
08h30min às 11h30min - Oficinas e Vivências
11h30min às 12:00h - Almoço
14:00 MESA REDONDA III
"Por que Diabos Continuo?"

Lizete Dugues - Psicóloga, Docente do Curso de Psicologia da URCAMP - Bagé/RS
Ricardo Rosatto - Sociólogo, Mestre e Doutor em Política de População, Diretor do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria - Santa Maria/RS
Sandra Maria Salles Fagundes - Psicóloga, Especialista em Saúde Comunitária - Coordenadora de Investigação do Curso de Especialização em Saúde Mental Coletiva e do CIESCON-POA - Porto Alegre/RS
Paula Roberto Spósito Oliveira - Assistente Social, Especialista em Educação, Coordenadora dos Projetos "Saúde e Alegria - Círculo Montecarlo" e "Educação" - São Paulo/SP
18:00 às 19:00h - Jantar
19:00 às 22:00h - Curson
Programação Cultural
Apresentação de Capoteiro grupo "GANGUA 7UMBA"
Nota: "UMA FESTA PSICODÉLICA"

Dia 10 de Setembro - Domingo
07h30min às 08h30min - Café da Manhã
09:00 às 12:00h - Curson
12:00 às 13:00h - Almoço
14:00 PLENÁRIO FINAL

INSCRIÇÕES

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL:
Dilei H. Santos
Ag. 0456 oper: 013 nº 112178 D4

Até 30 de agosto Refeição e hospedagem R\$ 20,00
Após 30 de agosto Refeição e hospedagem R\$ 25,00

Contatos:
URCAMP (0532) 42.22.44 RAMAL 253
ELENICE SAIS (0532) 42.2486
PATRICIA MORAES (0532) 42.59.52
* TRAGA SEU COLCHONETE E COBERTOR

Apresentação de trabalhos de alunos:
Os alunos interessados em apresentar seus trabalhos devem mandar resumo dos mesmos para o Comitê Organizadora num prazo máximo de 10 dias antes da data marcada para o início do Evento.
Os resumos deverão ser endereçados para:
Comitê Organizadora do IX EREP/SUL
Rua Odório Assumpção, 198
Baixo Góndia Vargas
CEP 94612-440 - Bagé/RS

PROMOVEM ESTE EVENTO:

SESI
Reitoria da URCAMP
PROPEX / DCE
Centro de Estudos Sociais Contemporâneos - CIESCON - COREPSUL
Diretório Acadêmico de Psicologia da URCAMP
Núcleo de Estudantes de Psicologia
Jornal Insano

PATROCINADORES:

CURSOS:

() **Autoridade e Limite: O que os pais de hoje pensam a respeito.**
Maria Lúcia Riviere Montenegro - Psicóloga - Docente do Curso de Psicologia da URCAMP - Bagé/RS

() **"SV - Ida - Uma vida sobre AIDS"**
Nara F. Vieira e José Afonso Langone - Psicólogos - Pelotas/RS - Terapia Centrada no Cliente.

() **A Letraza psicológica das Instituições**
Lizete Dugues - Psicóloga - Mestre em Educação - Docente de Psicologia da URCAMP - Bagé/RS

() **Universidade que espaço é este?**
Ricardo Rosatto - Sociólogo, Mestre e Doutor em Política de População; Diretor do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria - Santa Maria/RS

() **Educologia: Saúde e Alegria**
Paulo Roberto Spósito de Oliveira - Assistente Social; Especialista em Educação, Coordenador dos Projetos "Saúde e Alegria", "Círculo Montecarlo", e "Educação" - São Paulo/SP

() **Psicologia Jurídica**
Gisela Nasciutti - Psicóloga - Coordenadora do Curso de Psicologia da URCAMP - Bagé/RS

() **Psicologia Analítica**
Carlos Augusto Serbena - Psicólogo - Curando Especialização em Psicologia Analítica na PUC/PR - Curitiba/PR.

() **Atenção Integrada à Saúde**
Dalva C. Oliveira - Psiquiatra; Especialista em Saúde Mental Coletiva; Coordenador do Curso de Especialização em Saúde Mental Coletiva e do Centro de Estudos Sociais e Rubem Ferris - Médico-Psiquiatra; Sanitarista; Coordenador do Curso de Especialização em Saúde Mental Coletiva - Córdoba/Argentina.

() **A psicologia e as políticas sociais**
Sandra Maria Salles Fagundes - Psicóloga - Especialista em Saúde Mental Coletiva e do CIESCON-POA - Porto Alegre/RS.

() **HIV Positivo**
Paulo Eduardo Nunes; psiquiatra, responsável pelo GAPA Rio Grande/RS.

() **Psicologia Transpessoal**
Jeversson Reichow; psicólogo, Pelotas/RS.

VIVÊNCIAS:
* Paulo Roberto Spósito de Oliveira, São Paulo/SP.
* Jeversson Reichow, Pelotas/RS.

Psicologia:

De onde venho?
Onde estou?
Por que diabos continuo?

IX ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA E I ENCONTRO DE ESTUDANTES DE PSICOLOGIA DO CONE SUL DE 6 A 10 DE SETEMBRO DE 1995 URCAMP - BAGÉ/RS

Fonte: Autor (2023)

7 ANÁLISES E ALGUNS AUTORES

Ao mesmo tempo que faço este estudo autobiográfico, também reitero ser uma biografia, de um movimento, que escreve coletivamente o seu histórico de constituição, ‘Por Uma Sociedade Sem Manicômios’, pela Reforma Psiquiátrica”, pelos Novos Olhares, pelo engajamento e comprometimento, pela, e, na história de luta de cada usuário, trabalhadora, trabalhador, de pessoas cuja voluntariedade pela integração, abriram os caminhos para a desinstitucionalização, pelo respeito aos sonhos e propostas, cujo desafio foi o ousar e praticar um novo modo de pensar, de saber, de ser feliz. Inclusive, no desmontar as próprias receitas educacionais de um bem viver, mascaradas de um “enlouquecer”. Pois esse construir, desconstruir e refazer-se, demanda uma energia e vontade, as quais são sedimentadas com a introjeção, assimilação construtiva, de virtudes e valores da literatura e das escrituras das obras publicadas, muitas dessas, forjadas no existir de uma plenitude e engajamento exemplar.

Inúmeros autores abriram as porteiças da mente para a reflexão consciente, com suas falas presenciais, nas várias atividades que presenciei, nos seus textos e outras manifestações, como as de Franco Basaglia, Franco Rotelli, Paulo Amarante, Paulo Freire, Delvo Oliveira, Sandra Fagundes Rubem Oscar Ferro, Marli Meira, Mirela Meira, Jaqueline Monteiro, Paulo Ricardo, e uma multidão, que com o tempo quintuplicou e possibilitou o que muitos usufruem, ainda hoje, de uma atitude ética da prática educativa (FREIRE, 2019, p. 19). E essa atitude, também é um resultado, que seguiu promovendo vida e um mundo melhor, inclusive servindo para subsidiar trabalhos e estudos acadêmicos.

Alguns desses nomes ainda existem, no campo da materialidade humana, e seguem, pensantes e desejosos de um mundo em que a experiência que passa pela educação, seja de fato libertadora e progressiva (DEWEY, 2010, p. 30). Outros estão no éter, com certeza, a soprar as auspiciosas inspirações de nossas escolhas, e quem sabe, conforme a tradição budista, fazem parte de alguma forma de ser e estar na nossa natureza, que com certeza, é resistente.

São nomes de pessoas, seres humanos, que se tornaram gente, e com certeza, possibilitaram isso para todos nós, que vamos nos “tornando gentes”, pois a partir do momento que há a compreensão de que: “é tanto experiência sua como é minha que, quando alguém compreende perfeitamente esses sentimentos, se torna possível aceitá-los em si mesmo” (ROGERS, 1973, p. 30), assumiram com a pesquisa, os estudos, uma perspectiva epistemológica, interdisciplinar, transdisciplinar, de ensino, histórico-cultural, “(...) segundo a qual o especificamente humano em cada um de nós (nossa razão, nosso psiquismo, nossa

personalidade, nossa subjetividade) vai-se constituindo nas relações sociais concretas de acesso a generalidade da cultura humana (...)", diz Fontana (2006, p. 227).

A conseqüente motivação para uma prática e mudança no cotidiano, nosso de cada dia é o "ensinar, que exige a corporificação das palavras pelo exemplo", na concepção de Paulo Freire (2019, p. 35).

Corroboro com o que afirma Maria Laura Magalhães Gomes (2012, p. 116), que é em respeito ao nosso modo de constituição cidadã e civilizada, num processo de transformação longo e de uma complexidade que levou a consolidação, e cada vez maior ampliação das várias práticas de escrita autobiográfica, à qual, tento, busco fazer inserções e aprender a expor, a história da Saúde Mental Coletiva e suas ressonâncias no tecido social do ensino, das educações que nos constituem, ou desconstituem.

Pois esse movimento e seus impactos, sopram a história de nossa existência, que se fez e se faz pujante, com sentido, conteúdo que se torna elevado, assim como é a escritura e registro da história, do ensino, e da educação, pois muito mais que pronunciar e anunciar, é "esperançar". "Uma das tarefas do educador ou educadora progressista, através da análise política, séria e correta, é desvelar as possibilidades, não importam os obstáculos, para a esperança, sem a qual pouco podemos fazer (...)" (FREIRE, 1999, p. 11).

A luta do movimento pela reforma psiquiátrica e suas estratégias para a devida implantação, é a expressão da natureza pedagógica do processo histórico, ético e político, conforme concebe Paulo Freire (1999, p. 11), é a expressão do esperançar, busca pela efetivação dos saberes que promovem humanos, sabedores de si e do outro, com responsabilidade, engajamento e implicação ao Direito de ter acesso ao Direito de si, por si, e pelo/com o outro.

A pesquisa científica é autobiográfica, pois o pesquisador observa a fonte, que em um dado tempo e espaço serviu-lhe de trabalho e registro, isto é, investiga a sua própria atividade, escritura, realizada por ele, que é o seu próprio labor e estudo. O pesquisador pesquisa e utiliza outras trilhas históricas já percorridas. Nesses trechos se evidenciam vivências de ensino e educação que constituem um procedimento de saúde mental (GOMES, 2012, p. 118).

7.1 Parceiros da (auto)biografia

No presente relato, sou e estou militante do estudar e incorporar os estudos científicos, com uma atitude conseqüente e engajada, como um "Pacto Autobiográfico" (LEJEUNE, 2008, p. 54), nas palavras o "(...) autor propõe ao leitor um discurso sobre si, mas também uma

realização particular desse discurso, na qual a resposta à pergunta “quem sou eu?”, consiste em uma narrativa que diz “como me tornei assim”.

Na minha louca escrita autobiográfica, lembro de Friedrich Nietzsche, em sua obra *Ecce Homo*, de como a gente se torna o que a gente é, pois tanto quanto o Filósofo, eu, e o movimento de Saúde Mental Coletiva, sim, sabemos o motivo de nos tornarmos o que somos e para onde podemos não ir. Como diz Nietzsche:

Sim! Eu sei muito bem de onde venho!,
Insaciável como uma chama no lenho
Eu me inflamo e me consumo.
Tudo que eu toco vera luz,
Tudo o que eu deixo, carvão e fumo.
Chama eu sou, sem dúvida.

Identifico-me com o que conteúdo do livro *O Pacto Autobiográfico* de Lejeune (2008), tendo em vista a dimensão de aprendizado, que ainda faço, e continuará, pela compreensão, de que há um duplo processo de compromisso social, que entendo como engajamento com o que o sistema de comunicação social, e o seu modo de divulgação e circulação dos fatos possibilita, no poder contar a vida e existência de um movimento, que conseqüentemente é a minha existência também, onde agora, baseado na fonte de minha pesquisa, tento produzir a narrativa autobiográfica, que a exemplo do pacto, é o compromisso de assumir o contar diretamente minha vida “(...) ou uma parte, ou um aspecto de sua vida) com um espírito de verdade” (GOMES, 2012, p. 122). No caso, o modo de leitura e a intenção do assinante, leitor, do jornal, de como ele a faz com a estratégia, com o sentido e contextualização dos eventos.

7.2 Experiências e vivências – A importância do Correio do Sul, e outras análises

A frequência de notícias sobre saúde, saúde mental, dava-se pelo interesse e pela relevância do fato, enquanto valor jornalístico e de abrangência na comunidade. Obviamente, fazer diariamente um jornal, é fazer uma pauta prévia, antecipada dos acontecimentos que estão por acontecer, bem como os eventos que surgem, inclusive de forma inesperada.

No caso das reportagens e notícias sobre o momento social vivido e traduzido pelo Jornal Correio do Sul, esse, tinha como fonte, os próprios reflexos da Constituição Federal de 1988, que após sua promulgação teve e surtiu efeitos em todo o território nacional, e em Bagé e região, as coisas também assim se sucederam, num desencadear de vários fatos que dizem respeito aos direitos e deveres sociais fundamentais da população. Então, num andar dos processos e dos elementos constituintes da democratização do nosso país, Bagé, naquela época e momento, demonstrou quais campos sociais e coletivos protagonizaram seus anseios e lutas, assim como a construção de aliados para o fortalecimento de uma democracia, com todas as prerrogativas de um verdadeiro Estado de Direito.

Com a saúde tal processo não foi diferente, até porque, a busca pela inserção e transformação dos seus modos de cuidado e atenção, com reflexão e proposição, já vinha ocorrendo, desde a década de 1970, pelas propostas da Reforma Sanitária, pelos movimentos questionadores do manicômio, como vimos na Itália, com Franco Basaglia e Franco Rotelli. Porém retornando ao Brasil, o país vivia, e ainda vive, um turbilhão de possibilidades para a construção e efetivação das Políticas Públicas, muitas sonhadas imensamente, mesmo sem o conhecimento prático, mas de um processo da existência de implantar um jeito de ser que constituísse um sistema de atendimento integral as pessoas.

A relevância do tema para o ensino, tendo em vista que a imprensa e sua função social, no processo de circulação, difusão de informações e mobilização da opinião pública. O Jornal, no momento, é um recorte, junto com outros fragmentos memorialísticos da constituição da Saúde Mental e a implicação no processo ativador da impressão e papel pedagógico da mídia impressa, num tempo e espaço, em uma fase histórica cheia de inquietações (Freire, 1999, p. 121). Inquietações, do período da redemocratização que fizeram e ainda fazem parte da constituição de visões, seja do Município, Estado, País e Planeta, sobre a doença, saúde, do ensino, e de modo específico, sobre a loucura, que foi e é permeada pela educação de cada instituição, a começar pela família até a Universidade.

Como bem destaca Paulo Freire (2019, p. 74), “ensinar exige a convicção de que a mudança é possível. É o saber da história como possibilidade e não como determinação. O mundo não é. O mundo está sendo”, e isso me implicou/implica ser sujeito de agir, intervir, e no caso registrar, e retornar a repensar, além da contestação de contextos, a começar pelos engajamentos por uma sociedade sem manicômios. Aqui, não somente o manicômio mental, que é gerador do controle físico, mas de todas as concepções que assujeitam e escravizam seres

humanos, e que estão traduzidas e reproduzidas na violência e injustiças, seja no campo social e individual.

O espaço da saúde mental no jornal era pleno, dentro do entendimento do que era essencial, enquanto notícia, divulgação de um movimento, carregado de sonhos e com propostas de atuação junto à comunidade alvo, e ao seu próprio agir, que eram, os estudos, a pesquisa, a extensão e o ensino, tendo como base um conhecimento teórico prático de diversos autores, com suas respectivas obras.

A importância é o fato de ser um dispositivo que lida com a Saúde Mental, com o que muitos pesquisadores, estudiosos do comportamento humano, da educação, do ensino, das ciências humanas e sociais, nas quais estão diretamente ligados, tanto nas causas como nos efeitos, os quais são sociais, e estão diariamente expressados, muito além de notícias, as vezes até opacificadas do meio de comunicação, mas que estão nos ensinamentos da família, da escola, das instituições que reproduzem o ensino e a educação de um período, de uma época, e porque não dizer de há mais de 2000 mil anos.

Eu estava inserido no movimento, como estudante de Psicologia, aluno dos cursos em Administração em Saúde Mental Coletiva, em Especialização em Saúde Mental Coletiva. Constituindo-me, ainda que em um jeito acanhado, pois a mobilização de conhecimentos e saberes, tanto os sabores que eram sentidos e internalizados, como os sentidos que passaram a serem expressados, agitavam meu ser, que ao mesmo tempo constituía-se com novos olhares e lógicas, cujo processo era intenso, e ao mesmo tempo revigorante e confirmador, mesmo que num primeiro momento a reação era apenas alegria, sem um determinado conceito e nome de muitas assertivas experienciais, pois, “para aquilo que a gente não alcança através da vivência, a gente também não tem ouvidos” (NIETZSCHE, 2002, p. 75).

Imagina, que o estar junto, no Movimento de Saúde Mental Coletiva, promoveu um efeito, que se traduziu na minha primeira viagem de avião, para São Paulo, onde além de conhecer a Universidade de São Paulo (USP), participei de atividades na instituição, em aulas e grupos sobre a terapia corporal reichiniana, de Wilhem Reich, que atua na nossa organicidade e energia corporal, reproduzindo conforme o equilíbrio das nossas emoções e pensamentos, a paz, saúde e o bem estar advindo dessa harmonização.

Tive a oportunidade de assistir alguns filmes de Reich, que não eram acessíveis as bandas do Sul. Circulavam apenas no eixo Rio, São Paulo, pois muitos eram proibidos. Paralelo a isso, participei das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na Igreja e Praça da Sé. Naquele

momento, a gestão municipal de São Paulo, era de Luiza Erundina de Sousa (1989-1992), tendo como secretário municipal de educação, Paulo Freire.

De acordo com a educadora, na época em que Paulo Freire assumiu a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, Meyri Chieffi, o impacto da presença de Paulo Freire, na gestão da educação municipal de São Paulo, traduziu-se: “Foi a própria construção e o desenvolvimento da proposta de gestão pública nesse período. Com o professor Paulo Freire na sua condução, criamos uma proposta inovadora, democrática e participativa”.

Recordo-me que o saber de Paulo Freire, nutria nossas atividades nos cursos de Saúde Mental, e como exemplo, cito a Revista Educação & sociedade, revista quadrimestral de Ciências da Educação, do Centro de Estudos Educação e Sociedade (CEDES), fez parte da nossa história, em termos de pesquisa, de ensino, de trabalhos e atividades, na reflexão e atuação no que diz respeito ao ensino e a educação, isto é, ao novo processo que se implantava, tanto pela construção da redemocratização do país, assim como a própria Reforma Psiquiátrica que se constituía.

O que aponto, nessa narrativa autobiográfica é o desejo intenso, que sempre tive, tanto do aprender, do conhecer, do compartilhar o que temos de melhor, principalmente na elaboração de novas ideias e nos resultados das pesquisas e estudos científicos, os quais devem redundar num processo de maturação da nossa relação consigo, com os outros e com a ambiência dos espaços que nos acolhem e nos lançam no novo tempo de harmonizar saberes e sabores.

Assim como a pesquisa (auto)biográfica é potência para a formação da pessoa (ABRAHÃO, 2013, p. 8), considero que o estar no movimento por uma Sociedade Sem Manicômios, pela Reforma Psiquiátrica, também é uma busca, uma ação, que muda as coisas (TRANCHINA, 2000, p.51), que corroboro, pois, no ampliar pelo estudo das escrituras publicadas no Jornal Correio do Sul, sobre a trajetória da Saúde Mental, pioneira em Bagé, e o ler e reler, provoca o evocar da dinâmica memorialística, isto é, ocorre um outro processo, que é o resultado, num lampejo de insights e da própria reflexão, que ora faço: “(...) (auto)biográfica assim empreendida resulta trazer o sujeito da narração, o narrador, para o centro do processo de compreensão das trajetórias da própria *formação e profissionalização*, bem como a autoria real das *escritas de si* (...), afirma Abrahão (2013, p. 8).

Assim, quero dizer que a escritura, pensada e refletida, a partir da leitura e com o embasamento teórico, revisão de literatura e da própria análise, promove um outro olhar, que é o ampliar sobre a minha dinâmica de aprender, de viver, de ensinar, as experiências e vivências, desde o observar simplesmente, ao da prática, enquanto detentor de um novo conhecimento, e

da própria interação interdisciplinar desses saberes, que se cruzam e inter cruzam, nas relações que se fazem história.

Paralelamente, enquanto sou absorvido pelos textos da fonte que serve de pesquisa, há uma compreensão do movimento de Saúde Mental Coletiva e sua dinâmica, constituída por um coletivo de pessoas, com suas especificidades profissionais e dos resultados com as inovações em suas formações, e de como isso impacta no coletivo profissional e social, isto é: “(...) que fizeram a História da Educação no Brasil, pela compreensão de relações educativas e de construção de identidades que ocorreram/ocorrem no processo de formação da profissionalidade (...)”, aponta Abrahão (2013, p. 14.)

A presente observação, é uma análise profunda do sentido e significado do que está posto, hoje, enquanto Política Pública de Saúde Mental, conquista obtida, principalmente na região de Bagé, conforme escritura no Jornal Correio do Sul, o que considero uma prática pedagógica. Por isso iniciei minhas apreciações e narrativas autobiográficas, por uma mídia impressa, embora saiba das diferenças dos seus saberes – ensino e mídia -, pois me considero, também, um educador, e de acordo com Roseli Araújo Batista (2007, p. 81), que cita Geneviève Jacquinet (professora da Universidade Paris 8), pesquisadora da relação entre educação e comunicação, “com relação ao saber e à informação, ambos podem se complementar a partir de uma proposta de contínua comunicação dialógica, horizontal, reflexiva e ativa, independentemente de qualquer ambiente.”

Por isso, a minha complementação e atuação jornalística, foi dar voz a um movimento de saúde mental coletiva (ALVES FILHO, 2011, p. 104-105), através de entrevistas, reportagens e depoimentos, pois: “a presença ou ausência de vozes sociais nas notícias, bem como o espaço e o tratamento dados a elas, podem se revestir de um excelente instrumento para fazer leitura crítica de notícias em sala de aula”, sejam, nas escolas, centros de formação, e universidades, em todos os espaços possíveis de constituição de cidadania.

Dentro do papel da instituição de formação, e pertencendo a um Programa de Pós-Graduação em Ensino, compreendo minha função de acadêmico da Universidade Federal do Pampa, em dar continuidade de pesquisa e estudos no que foi notícia, inclusive com uma boa intensidade, fato que reconheço na afirmação de Roseli Araújo Batista (2007, p. 81)

O aspecto da descontinuidade da notícia jornalística poderia ser ‘compensado com a profundidade do saber escolar (se bem desenvolvido e não fragmentado também). A notícia pode servir de estímulo ao aprofundamento do conhecimento e da prática em diversas áreas do saber. (BATISTA, 2007, p. 81)

Na entrevista com o coordenador em Saúde Mental Coletiva, Delvo Candido Rodrigues de Oliveira, publicada em 04 de julho de 1992, no Jornal Correio do Sul, sua abordagem já na citação inicial contextualiza o que o movimento efetivou no campo da saúde, na saúde mental, “(...) como luta social em defesa da saúde. Saúde como direito de cidadania. O slogan ‘saúde é democracia’ designava o direito à saúde e era a expressão de um conjunto de condições saudáveis – condições de vida e de trabalho (...)” (CECCIM; FERLA, 2008, p. 2).

Quando fala em pensar numa outra lógica a concepção é ampliada para além de um entendimento que era vigente antes da Constituição Federal de 1988, de uma saúde fragmentada em preventiva e curativa, e sim, pela reversão de modelos assistenciais, de modo a contemplar as reais necessidades da população, que é uma atenção integral, protagonismo do Movimento da própria Reforma Sanitária Brasileira que constituiu o Sistema Único de Saúde (CECCIM; FERLA, 2008).

O município de Bagé, pioneiro na criação de um serviço substitutivo ao manicomial, que oprimia e segregava, transformou, pelo movimento de trabalhadores em saúde mental, constituiu seu espaço, em um dado tempo, que ainda não tinha embasamento normativo, de lei, mas sim, tornou-se central a si mesmo, isto é, pelos saberes construídos e já acumulados, pelas lutas e estudos que ocorriam no centro do país, especialmente São Paulo e Rio de Janeiro, de onde emergiam saberes, inclusive no interior da academia, em suas diversas áreas de conhecimento, pois segundo Ceccim e Ferla (2008):

Estudar Saúde e Sociedade era o modo de entender os padrões de saúde no país e, assim, detectar a existência de um perfil de classe social na distribuição dos adoecimentos e mortes, bem como contribuir para a conquista de maior correspondência entre projetos terapêuticos e história cultural dos grupos e classes sociais (o cuidar profissional deveria aprender a ser capaz de respeitar as individualidades daqueles que demandam cuidados). Os estudos em saúde precisavam corresponder, então, não apenas aos padrões populacionais da saúde e da doença (saúde pública com recursos da epidemiologia e da planificação em saúde), mas ao conhecimento sobre as coletividades humanas, seus processos interativos e características de pertencimento (Saúde e Sociedade). (CECCIM; FERLA, 2008, p. 3)

O pioneirismo, em Bagé, criou as oficinas de criação coletiva e um residencial terapêutico substitutivo aos manicômios junto ao serviço de atendimento. O residencial acolhia os usuários que tinham vindo do Hospital Psiquiátrico São Pedro, com objetivo de atender a pessoa em sua integralidade. Nas inúmeras atividades desenvolvidas no prédio da antiga LBA, dependências que foram cedidas para os atendimentos e as oficinas, resultado de um processo

de aliança com a então coordenadora da Legião Brasileira de Assistência, destacavam-se as oficinas de papel e envelopes.

Os usuários produziam envelopes para os resultados de raio x e outros exames laboratoriais, os quais eram comercializados junto aos laboratórios, hospitais e comércio local. No modo de uma cooperativa, arrecadavam recursos, cuja partilha era igual para todos os envolvidos na confecção dos envelopes. Faziam uma reserva técnica para adquirir o papel, participar de viagens e aquisição de produtos de uso coletivo. Na verdade, o sentido dos serviços substitutivos as antigas práticas de exclusão do portador de padecimento psíquico foi sendo cultivada ao longo do processo dos cursos de administração em Saúde Mental, do Pós-Graduação em Saúde Mental coletiva, simultaneamente com estudos e pesquisas, dentro do sopro da redemocratização do país e do protagonismo de um segmento de trabalhadores, os quais foram capazes de junto com diversas categorias profissionais, fato que refletiu na formação de profissionais, não somente da saúde, “(...) mas o setor da educação não apenas responde por necessidades sociais, ele as engendra, assim como a si mesmo.

Aqui está uma conjuntura que se criou com autonomia, com o potencial do movimento, numa lógica diferente da produção capitalista, que se entranha e se reproduz, num automático enlouquecedor, porém a anti-lógica era instituir o olhar de um sistema, e preparar o caminho para outras propostas de cuidado e atenção que se tornariam uma rede de serviços do próprio Estado, com dotação de recursos para tal fim. E que se efetivou, a partir da aprovação da primeira Lei da Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul e Brasil.

As atividades de formação, de preparação para um novo sistema de integralidade “(...) cursos e prática educativa são constituídas de inúmeras interfaces de mão dupla, uma mudança não se constrói plenamente sem a outra” (CECCIM; FERLA, 2008), tendo em vista que a Reforma Psiquiátrica, em ação dinâmica e constante, produziu tecnologias psicossociais em curso nos serviços de atenção integral diária (SILVA, 2014), o que pode ser visto, desde o modo como as pessoas são acolhidas, desde a porta aberta dos serviços, efetivando-se como um “serviço de atenção diária”. Diminuição criteriosa dos leitos psiquiátricos e a presença de leitos e serviços em hospitais gerais. No caso a Santa Casa de Caridade de Bagé e Hospital de Clínicas (Universitário).

O usuário quando precisava, em função da sua modalidade ficava junto com outras pessoas que estavam aos cuidados, no hospital devido a alguma fratura, procedimento cirúrgico, e outras ações de saúde. Destaco aqui, a estratégia da redução de número de leitos, tendo em conta, para garantir a transformação prevista pela Reforma Psiquiátrica e consequente proteção

aos direitos humanos das pessoas portadoras de transtorno mental (SILVA, 2014) de própria ampliação dos estabelecimentos que fazem parte da rede de atenção em saúde mental, como os Centros de Atenção Psicossocial I, II e III (CAPS I, II, III) e o Centro de Atenção Psicossocial na complexidade Álcool e Outras Drogas, incluindo-se os Residenciais Terapêuticos e os CAPS i (infantil), que atende crianças e adolescentes. Convém destacar, que os CAPS II e CAPS AD, oferecem leitos para desintoxicação, e o CAPS III, funciona 24 horas, o que representa a atenção integral, digna de respeito e satisfação das necessidades, do paciente (usuário), e dos familiares. O serviço de Saúde Mental Coletiva, dispunha de um grupo de profissionais da área de saúde mental, estagiários dos cursos da Universidade da Região da Campanha, dos cursos de Psicologia, Enfermagem, Fisioterapia, dois médicos psiquiatras, uma psicóloga, e de voluntários da área de Educação, Serviço Social e Direito.

Lembro que ao atender alguns usuários e ao mesmo tempo criar uma ambiência diferente e acolhedora ao momento, atendíamos em baixo de uma árvore, simplesmente utilizando um recurso natural, que era presente e que muitas vezes era o espaço do momento. Tanto quanto um atendimento em uma sala fechada, com mesas e cadeiras. Aquela ambiência natural foi muito benéfica, terapêutica e válida.

7.3 Outras análises do “movimento”

Ao ler o artigo de Martinho Silva, O que a Reforma Psiquiátrica Brasileira produziu? Sobre Tecnologias psicossociais e categorias antimanicomiais, apresentado no II Seminário de Antropologia da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), produzo as seguintes reflexões: A Universidade e seus cursos, possuem uma matriz curricular, que integra componentes curriculares, cuja abordagem inova no que diz respeito ao ensino sobre a Luta antimaniconial e a própria Reforma Psiquiátrica. Leis, Normas e Diretrizes, as quais são olhares e modos substitutivos as antigas lógicas da exclusão, da estigmatização, do aprisionamento mental e físico.

A participação na construção de um novo modo de se mobilizar as estruturas da saúde e da própria sociedade, passa a contar com uma dinâmica colaborativa e participativa. Por exemplo: nos Centro de Atenção Psicossocial, começam a ocorrer os encontros e reuniões no modo de assembleias deliberativas e afirmativas das escolhas dos que ali estão, com a participação de trabalhadores da saúde mental, dos usuários, e dos familiares. Em alguns lugares, inclusive dos vizinhos e demais moradores da cidade, fato que demonstra um outro

olhar e atitude, em substituição as lógicas dos hospitais psiquiátricos e aos manicômios. Há uma nova perspectiva, que provoca o descredenciamento dessas instituições, muitas conveniadas pelo SUS, e o conseqüente fechamento dos hospícios (SILVA, 2013, p. 58), tendo em vista que o processo de transformação ocorre diretamente na questão relacional entre as lógicas construtoras e instituidoras do poder da loucura e da força desses poderes institucionalizantes. As relações passam a se dar na horizontalidade, seja dos profissionais da saúde, com a inserção prática da dialógica, que como um fio potencializador, permeia cada uma das pessoas que integram o serviço de cuidados em saúde mental coletiva.

A organização dos serviços de saúde mental, a partir dos Centros de Atenção Psicossocial criaram categorias, no sentido de melhor atender os usuários e familiares: Serviço de atenção diária, modalidade intensiva, semi-intensiva e não intensiva, porta aberta e acolhida aberta

As memórias de ontem, revelam a grande alavanca que foi a luta por uma sociedade sem manicômio, e que foi protagonizada, como já descrevi, por atores sociais comprometidos e cujos impactos estão na sociedade de Bagé, do Rio Grande do Sul, do Brasil, do mundo que nos acolhe diariamente, e perpassa pelas instituições, desde a primeira célula famílias, a escola, a universidade, o judiciário, o legislativo, o executivo, enfim, todos os espaços em que há vida.

A Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) gerou a diminuição dos leitos psiquiátricos e a ampliação dos estabelecimentos que compõem a rede integrada de saúde mental, sejam os CAPS, Serviços Residenciais Terapêuticos, criação de leitos em hospitais gerais, com a implantação de oficinas terapêuticas criativas em saúde mental, pois: “no novo modelo proposto, as oficinas passam a exercer papel primordial, tanto como elemento terapêutico quanto como promotoras de reinserção social, através de ações que envolvem o trabalho, a criação de um produto e a autonomia do sujeito”, diz Clarice Moura Costa (2004, p. 7).

A convivência é o sopro realizador dos novos olhares, em contraponto ao confinamento, o que se torna uma prática diária nos serviços de saúde mental, e é um ato fundamental, enquanto atitude de “atenção diária” (SILVA, 2013). Dinâmica instituída antes da existência da Lei Paulo Delgado. Convém lembrar aqui, que as modalidades de atendimentos nos Centros de Atenção Psicossocial, intensivo, semi-intensivo e não intensivo, enquanto cuidado e atenção integral, na perspectiva diária, é diferente do modo ambulatorial ou hospitalar, contendo graus de intensidade do cuidado, não correspondente somente a tratamento e cura de doenças.

Segundo o Antropólogo Martinho Silva, o nível de intensidade do cuidado no horizonte da atenção psicossocial, contemplava, em alguns momentos, de acordo com o transtorno, visitas

domiciliares, acompanhamentos diários, de curto, médio e longo prazo, com acolhida e recepção aberta, inclusive com encaminhamentos as unidades de saúde e postos de saúde. Essa atenção diária é uma tecnologia produzida a partir da Reforma Psiquiátrica Brasileira (SILVA, 2013), e corresponde ao que foi construído, por nós ativistas e pesquisadores, aqui em Bagé, muito antes da confecção da Lei da própria Reforma. Com certeza, foram arranjos de ensino, constituídos no furacão da Luta por uma Sociedade Sem Manicômios, que com muito estudo do sistema anterior, de encarceramento, produziu essas novas lógicas substitutivas de cuidado e atenção integral. Isso consta do avanço, registrado por Paulo Amarante (1995, p. 87), em quatro dimensões do processo sócio-histórico da Reforma Psiquiátrica: a epistemologia, a técnico-assistencial, a jurídico-política e a sociocultural.

O processo dialógico de articulação da Reforma Psiquiátrica, têm efeitos diretamente no promover a interdisciplinaridade, integralidade e intersetorialidade, conforme Andrade (2006), pois os trabalhadores são habilitados a atuarem em equipes multiprofissionais, concebe Silva (2013), de modo que os conhecimentos mobilizados “(...) colaborem para garantir o acesso da população às ações e serviços de saúde, na direção de uma articulação com a assistência social, a educação e outros setores nos quais os usuários possam transitar ao longo de sua trajetória de vida”. Outro fator da organização dos serviços em equipe, a partir da Reforma Psiquiátrica, é o tripé de cuidados, desse o acesso, acolhimento e acompanhamento, combinados com o manejo, pela transferência, referência e preferência (SILVA, 2013).

A Saúde Mental, desde a Reforma Psiquiátrica, bebeu de inúmeras fontes científicas, no sentido de um nortear sua forma de organização de trabalho. Dentre essas contribuições, a da psicanálise, no que diz respeito aos conflitos “intrapíquicos” concomitantes com os “sociais”, aspectos que possibilitou o equilíbrio de sintomas e inserção social.

A Reforma Psiquiátrica e sua constituição, enquanto um campo de saber, também possibilitou, qualitativamente o nutrir das propostas do que hoje é o SUS – Sistema Único de Saúde, pois: “(...) constatou-se a importância dos eventos históricos na compreensão das proposições políticas e na consolidação das políticas públicas, acerca do SUS (...)”, afirma Campos (2017), pontuando-se o movimento de Saúde Mental Coletiva, que influenciou e potencializou um modelo de assistência integral à Saúde, inovador.

Os traços e fragmentos que apresento aqui, traduzem um todo, de um movimento, cuja trajetória é constitutiva e propositiva, é pedagógica, é de ensino e aprendizagem, de novos modos de fazer, ser, pensar e gestar.

Posso dizer que no meu elaborar (auto)biográfico, tendo como fonte inicial um jornal, onde trabalhei, junto com outras experiências, com estudo, pesquisa e narrativa, há um diálogo, que surge, pois busco uma análise, que como bem aponta Gastão Campos e Isabella Almeida (2017), “(...) a partir do diálogo entre a história escrita e a história vivida, e dessa forma não se pretendeu elucidar e descrever eventos, mas produzir algumas visibilidades”.

Tais eventos, são exemplos do envolvimento nos campos que fomentam o saber para dar o sentido do fortalecimento e da existência de um Estado de Direito e do exercício da minha própria cidadania aliada aos outros, o que considero um dispositivo aprendido, e é um aspecto tecnológico inovador pela Reforma Psiquiátrica, cujo ensinamento e aprendizado, ocorreu na dinâmica do existir da própria atuação, seja enquanto trabalhador, estudante, pesquisador.

Principalmente nos Centros de Atenção Psicossocial, que se fez referência com referência individual e coletiva, como é o caso da denominada instituição de um membro da equipe, como referência na escuta e acolhimento do sujeito usuário, que é acompanhado na condução do caso, que é o conhecido técnico, técnica de referência.

O existir do técnico de referência na organização de um serviço, remete diretamente para o modo e instalação de equipes de referência articuladas às de apoio matricial (CAMPOS, 1999), evento que se tornou comum e apropriado, conforme Martinhos Silva (2013),

(...) não só no campo da saúde mental como também da saúde coletiva, já que a proliferação da função “técnico de referência” nos CAPS e a própria distribuição dos usuários entre os mesmos – e não exclusivamente entre os profissionais por conta de suas especialidades, tais como psiquiatria, psicologia, serviço social etc. – é uma demonstração do quanto se tornou comum essa forma de atuação, cujo objetivo é aumentar a adesão do usuário ao serviço e garantir a continuidade do cuidado. Pensada a parti da experiência do sanitarista Gastão Campos, em Campinas (SP), a perspectiva de constituição de referências nos serviços, difundiu-se por outros municípios e Estados da Federação. (MARTINHOS SILVA, 2013, p. 63)

Ressalto que a função e denominação de “técnico de referência”, era uma denominação e demonstração do estabelecimento do cuidado com comprometimento e acompanhamento a um determinado número usuários, que ficavam sob o olhar referencial de um profissional, cujo vínculo de confiança e afeto era estabelecido, entre o usuário e o profissional de saúde. De acordo com Silva (2013), o vínculo estabelecido entre usuários os profissionais dão conta da garantia da continuidade de atenção integral de cuidados, para que o destino não sejam as recorrentes internações. Porém, se em algum momento for necessária uma hospitalização temporária em hospital geral, que está seja acompanhada pelo “técnico de referência”.

Quando abordo a Reforma Psiquiátrica, posso dizer, “De cadeira”, expressão utilizada por quem já caminhou e pode sentar, para descansar e observar, com um pouco de experiência, de que o existir do movimento, promoveu estudos, pesquisas e práticas de um novo modo de gestão, que é o que, estou a dizer no presente estudo científico, que se trata de um gerenciamento do todo, embora muitas vezes se lide com várias partes. “Movimento, portanto, significa para um grego toda e qualquer alteração de uma realidade, seja ela qual for”, concebe Chauí (1981, p. 8). Mas é isso, é ter um olhar total e integral, cuidado de cada uma das partes, promovendo suas interações entre si, com sentido de unificar pessoas, lugares e ambientes de cuidado. As atividades da saúde mental inovaram desde a implantação da (VD) Visita Domiciliar e das buscas ativas, com planejamento e monitoramento. Na busca ativa do usuário, em seu território, de acordo com a Portaria 336/2002, conforme afirma Silva (2013), é uma “(...) atividade bastante ligada à diretriz de responsabilidade do serviço pelo território, presente na portaria (...)”. O técnico de referência tem de ter a disponibilidade profissional em se ocupar do cuidado da circulação espacial dos usuários cadastrados nos serviços, seja, em seus territórios, (Silva, 2007) mantendo-os longe dos manicômios.

A pesquisadora Ana Maria Fernandes Pitta, (2011) destaca as diretrizes que foram traçadas durante a II Conferência Nacional de Saúde Mental, em Brasília, em 1992:

As recomendações gerais sobre o modelo de atenção enfatizavam o território e a corresponsabilidade no cuidado como forma de garantir “o direito dos usuários à assistência e à recusa ao tratamento, bem como a obrigação do serviço em não abandoná-los à própria sorte”. (PITTA, 2011, p. 7)

Quando ajudei a implantar os serviços de Saúde Mental Coletiva, os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS II), CAPS (AD), as atividades de Redução de Danos, os colegiados gestores e suas interfaces, no município de Viamão, os usuários aderiam ao serviço e sua programática, assim como criavam vínculos de preferências, de acordo com seus gostos, desde o profissional da vigilância, o agente administrativo, a recepcionista, os oficineiros e outras pessoas que eram voluntárias do serviço. Esses vínculos e afetos espontâneos promoviam uma ambiência que caracterizava um “Lar”, uma “casa”, cujo pertencimento era sentido, vivido e experiência, independente de manejos técnicos psicológicos, mas sim, de afetividade. Convém lembrar, que as Políticas Públicas, embora sejam emanadas do Poder Público, devem ter suas sedes de serviço, caracterizadas o mais próximo de uma residência, casa, lar, isto é, não devem ter os conhecidos balcões de atendimento, caracterizados como se conhece há muito tempo como um

ambiente burocrático e frio. Tal orientação está em normas e diretrizes, que norteiam, não somente os lugares de cuidado e atenção integral em saúde, e sim, também lugares que recebem e colhem crianças e adolescentes, os quais devem ser caracterizados o mais próximo possível de um lugar residencial, inclusive sem as conhecidas placas de identificação pública.

Retorno, falando sobre uma preferência, que maturava o processo e dinâmica do existir do CAPS, pois como bem aponta Silva (2013), “(...) muito presente no cotidiano dos mesmos, aponta para a manutenção do usuário na convivência e da sustentação do mesmo em atenção diária (...)”. Isso demonstra um tripé da organização do trabalho em equipe de um Centro de Atenção Psicossocial, ou serviço de Saúde Mental Coletiva, em suas respectivas modalidades e complexidades, que é a transferência, a referência e a preferência (SILVA, 2013), considerada um desdobramento tecnológico da Reforma Psiquiátrica.

A expertise criada pela Reforma Psiquiátrica com ressonâncias nas áreas da saúde, educação, ensino, assistência social e outros segmentos sociais, reflete-se no modo de organização interna e externa das políticas públicas, pois desde a forma como se organizam para uma reunião, aula, apresentação, isto é, na sua performance circular e horizontal. Considerando-se o círculo, como uma das formas mais perfeitas e democráticas possíveis, onde as pessoas ficam lado a lado, onde cada um tem a possibilidade de ver o outro, sem ficar atrás.

Outro aspecto é a sala de evolução, de reunião, onde os técnicos, após os atendimentos e atividades com os prontuários dos usuários, vão descrever os procedimentos adotados, bem como inserir o que foi essencialmente dito pelo atendido, assim como é uma possibilidade de troca com os outros profissionais presentes sobre determinada situação, um pouco mais complexa, mas que muitas vezes demanda uma atenção maior, que antecede a reunião e estudos de casos da semana. Outro detalhe, associado a isso, é que embora haja os consultórios com mesas e cadeiras, assim como a sala de procedimentos de enfermagem e de desintoxicação. Principalmente nesta última, não é recomendada uma mesa com cadeira, pois faz com que o técnico, imediatamente após o atendimento e procedimento vá para a sala de reuniões e promova a evolução do quadro do usuário. Convém ressaltar, que a lógica não é ficar cada um na sua sala, seja de atendimento ou procedimento, mas sim, deslocar-se para a sala de evolução, junto com todos os outros profissionais que naquele momento estão ali. Esse modo, busca o não fragmentar, isto é: o trabalhador atendeu e retorna para a sala de evolução, mesmo que sua escrita seja individual, no prontuário do usuário/usuária, sua permanência com os outros colegas da equipe já é uma convivência que possibilita a troca de informações e de conhecimento sobre determinado caso.

Quando abordava o modo de organização circular, convém dizer que isso também ocorre no consultório ou sala de atendimento individual/singular, onde a mesa é colocada junto a parede, ficando o profissional de saúde frente a frente com o usuário, a usuária, familiares e outros, isto é, o trabalhador em saúde mental, não fica atrás de uma mesa, como costumeiramente ficam muitos, seja no setor público ou privado. Quer dizer não há uma mesa para separar, dividir quem atende de quem é atendido, e isto faz parte de um modo de manejo, de manter-se num mesmo patamar, longe dos símbolos de representação de poder, de estar acima de quem é assistido. Vimos isto, seguidamente no campo do judiciário, onde a mesa a sala de audiências possui um degrau mais elevado onde ficam os assentos do magistrado e do ministério público. Semelhante situação ocorre em alguns escritórios de advocacia, pois alguns advogados precisam sentir-se acima do seu cliente, numa demonstração clara de força e de poder, mesmo que não tenham nada disso.

Tal modo de distribuir-se numa sala, principalmente em grupo, é na forma de círculo, procurando fazer com que cada um seja visto pelo outro. Essa formação é abordada por muitos trabalhadores, que explicam o motivo, e inclusive fazem um histórico, com exemplos do modo de distribuição das carteiras escolares, inclusive quando as escolas tinham, em salas de aula, cada classe era como que um cubículo, que possibilitava que o aluno simplesmente visse o que estava a sua frente, o professor, professora. Era semelhante as viseiras de cavalo. Somente olhar para a frente, sem ver os lados.

8 DOM QUIXOTE E O ALIENISTA: LOUCURAS E DEVANEIOS RELATIVOS

Conhecido por combater moinhos de vento, Dom Quixote, tanto como personagem e obra, escrita em 1605, por Miguel de Cervantes Saavedra, baseado num caso real de loucura,

(...) destinava-se a combater a cavalaria andante. Opondo-se à irreabilidade das novelas de cavalaria, ainda muito lidas na Espanha da época, Cervantes teria pretendido fazer uma sátira dessa “propaganda” cavalheiresca e dos que se armavam cavaleiros às cegas. Mas a caricatura de um estilo fantasioso se transformou no retrato da aventura humana, no perfil do homem dividido entre o sonho e a realidade. (CERVANTES SAAVEDRA, 1978, p. 29)

Trago esta obra literária, que representa a primeira inserção da “loucura” nas escrituras e registros da literatura, pois descreve a dinâmica de como se perde o juízo, quando se entra totalmente na bolha da fantasia pela fantasia, com desconexão do mundo real. Por outro lado, também traz o sabor da humanidade e da luta pela Justiça social.

Neste momento (auto)biográfico, faço questão de refletir sobre o significado e representação de uma história, inserida e pertencente ao campo da literatura, dada por aventuras de Dom Quixote e seu fiel escudeiro, Sancho Pança. Personagens surgidos da arte criativa e da fantasia do artista Miguel de Cervantes Saavedra, que escreveu esse clássico fundador do romance moderno.

Ao me debruçar, folhar, e com gosto, ler, cada palavra, frase, parágrafo do livro, com certeza, demonstra que estamos entrando no caminho do túnel do tempo, pois cada um de nós, sim, fantasiou um sentido e significado de existir, com objetivos, sonhos, utopias, principalmente por um modelo de justiça, especialmente a social. E isto, muitas vezes demonstra o nosso “estado de espírito”, por vezes bem além dos tempos que nos é contemporâneo, e até mesmo dos tempos que passaram, desde o nosso nascimento, pois conseguimos visualizar o ontem, hoje, e amanhã, nitidamente, e com uma clareza profética.

No entanto, há que se ter cuidado, um sentido de equilíbrio, para que possamos ter uma certa coerência, que por vezes se mostra incoerente, complexa, entre um mundo sonhado, desejado, mas que cotidianamente nos invade a casa, sem bater na porta, e nos envolve e manipula, assim como os contos lidos, por Dom Quixote. Por exemplo, desde o advento das tecnologias de comunicação e difusão, rádio, jornal impresso, televisão, redes sociais e digitais, somos afetados e nos tornamos vulneráveis a diversos tipos de mensagens e textos, os quais nos

direcionam para várias escolhas e gostos, e que por momentos nos conduzem para caminhos narcisos e hedonistas.

As chamadas Fake News, para mim, sempre existiram, mas tornaram-se mais aprimoradas, “Os problemas surgem quando as mentiras, informações ou representações errôneas são introduzidas no sistema, consciente ou inconsciente, proposital ou acidentalmente”, diz Wilson Bryan Key (1993, p. 298).

Essas “informações”, não bem versadas, podem, também, nos levar a loucura, principalmente quando somos sensíveis as causas essenciais e fundamentais de uma humanidade como em Dom Quixote. Ele cria e incorpora uma personagem, pois em cada passo, em cada momento de luta, por um objetivo, um ideal, inserção e ambiguidade, nas atividades do mundo, que sempre foram intensas, tanto quanto as adversidades, consideradas ao mesmo tempo atitudes “loucas”.

Isso, fez de Dom Quixote, um homem “Bom”, como é lembrado por Cervantes (1978, p. 601), que retorna a si e reconhece: “- Dai-me alvíssaras, bons senhores, que já não sou Dom Quixote de la Mancha, mas sim Alonso Quijano, que adquiri pelos meus costumes o apelido de “Bom”. Sua busca pelos ensinamentos e a consequente prática desses, assim como cultuou histórias que o fizeram acreditar em contos, cuja realidade somente ele havia dado como verdade, e como afirmou, “- Os contos, que até agora têm sido verdadeiros só em meu prejuízo”, respondeu Dom Quixote.

Em seu leito de morte, Dom Quixote reconhece e recobra o seu juízo de consciência, e diz: “já me são odiosas todas as histórias profanas de cavalaria andante: já reconheço minha needade e o perigo em que me pôs o tê-las lido” (CERVANTES, 1978). Este foi o momento em que ele retornou a si e deixou os contos, “(...) por vida sua, torne a si, e deixe de contos”. E por fim diz:

- Senhores – acudiu Dom Quixote -, deixemo-nos dessas coisas; o que foi já não é: fui louco e estou hoje em meu juízo; fui dom Quixote de la Mancha, e sou agora, como disse, Alonso Quijano, o Bom; possam o meu arrependimento e a minha verdade restituir-me a estima em que Vossas Mercês me tinham, e prossiga para diante (...). (CERVANTES, 1978, p. 602)

Faço alusão a obra de Cervantes, pela representação social da loucura, muito mais do que simbólica, representada, numa determinada época. A investidura e apropriação de um determinado conhecimento, traduzido em atitudes, consideradas de uma pessoa “louca”, que

vive numa bolha de fantasia, fruto das mensagens emanadas pelos contos dos cavaleiros andantes, as quais se dissociavam totalmente da realidade e contexto daqueles momentos.

No entanto, convém lembrar, já que o presente estudo é memorialístico e (auto)biográfico, o quanto há de unidade, entre o autor e sua personagem fictícia, pois advogo que, o livro, tanto quanto o jornal, que no momento é para mim, uma das fontes deste estudo científico, representam a memória das vivências de um pesquisador e de um movimento. Em que ambos, pesquisador e o movimento, ousam em lutar para sair das lógicas e estruturas manicomiais, as quais estão contidas nas prescrições e receituários do ensino e dos instrumentos de exclusão e estigmas circulantes na sociedade. “Só para mim nasceu Dom Quixote, e eu para ele: ele para praticar as ações e eu para as escrever”, conclui Miguel de Cervantes Saavedra (1978).

Passados cerca de quase 400 anos, após a obra de Cervantes, é lançado o livro, *O Alienista*, de Machado de Assis. A obra retrata um homem, profissional, médico, que somente tinha olhos para sua “lupa”, modo de enxergar os outros, especialmente os moradores da vila de Itaguaí. O Dr. Simão Bacamarte, usavam dos seus “saberes”, como dizia: “- a ciência, (...), é o meu emprego único; Itaguaí é o meu universo”. Lugar, esse, que utilizou como laboratório experimental, tendo em vista sua frustrada tentativa em resolver uma situação familiar interna. Deslocando, então, sua atenção as questões do psiquismo humano, e dali desejando auferir os “louros imarcescíveis” (MACHADO DE ASSIS, 1978), “- A saúde da alma, bradou ele, é a ocupação mais digna do médico. – Do verdadeiro médico, emendou Crispim Soares, boticário da vila, e um dos amigos e comensais”.

Ardiloso, o Alienista, para obter seu manicômio, denominado “casa verde”, utilizava seus arranjos de articulação e convencimento, junto as instituições que constituíam o tecido social do local. E como bem destacou: “- Sem este asilo, continuou o alienista, pouco poderia fazer; ele dá-me, porém, muito maior campo aos meus estudos” (MACHADO DE ASSIS, 1978). A personagem de Machado de Assis, mobilizou as ditas forças que sustentam a sociedade para que seu intento de loucura fosse concretizado, e essa ideia perpassou, todos os ambientes da vila de Itaguaí: religiosos, legislativo, judiciário, executivo, pessoas simples, para que ele pudesse prescrever e efetivar sua normativa de procedimentos e receitas disfarçados de caridade e serviços humanitários.

Isso fez com que o alienista se achasse tão “normal”, em suas inconsequentes interações, baseadas somente pelos seus saberes de formação e concepção própria, usados

como força e poder, para classificar, rotular, ajustar e internar os “desajustados” da vila, pois corroboro com Paulo Amarante e Ernesto Venturini (1998, p. 15),

O olhar de Simão Bacamarte – em *O Alienista*, de Machado de Assis – exprime bem este paradigma. Olhar o observador puro e rigoroso que, como a Medéia da mitologia, petrifica o objeto do seu olhar. Isto representa uma objetividade e uma ordem fundada na distância e na eliminação cirúrgica da diversidade. (AMARANTE; VENTURINI, 1998, p. 15)

Não deu outra, pois de tanto ver nos outros um rótulo e estigma para os internar, achou em si, as características de um “ser superior”, de perfeito equilíbrio mental e moral (MACHADO DE ASSIS, 1978), um verdadeiro “mentecapto”. No entanto, a dúvida o abateu de vez, querendo ser prudente, convocou um grupo de amigos para darem suas opiniões. O conselho dos amigos, foi unânime, em afirmar que o alienista era perfeito em tudo, e face a resistência do mesmo, a apreciação da personagem Padre Lopes, sacramentou de vez a ida de Simão Bacamarte para a “casa verde”;

Sabe a razão por que não vê as suas elevadas qualidades, que aliás todos nós admiramos. É porque tem ainda uma qualidade que realça as outras: - a modéstia. Era decisivo. Simão Bacamarte curvou a cabeça, juntamente alegre e triste, e ainda mais alegre do que triste. Ato contínuo, recolheu-se à Casa Verde. Em vão a mulher e os amigos lhe disseram que ficasse, que estava perfeitamente são e equilibrado: nem rogos nem sugestões nem lágrimas o detiveram um só instante. A questão é científica, dizia ele; trata-se de uma doutrina nova, cujo primeiro exemplo sou eu. Reúno em mim mesmo a teoria e a prática. (MACHADO DE ASSIS, 1978, p. 87)

Trouxe essas duas histórias, de diferentes épocas e lugares, para demonstrar como os processos construtores da loucura e suas patologias são frutos de um determinado tipo de saber que se faz homogêneo para todas as atividades da vida humana, cujo enquadramento se faz como uma busca de normalidade que se torna prejudicial para a convivência relacional, da qual sua efervescência deixa de considerar a subjetividade do sujeito, e que muito bem poderíamos dar razão a Gramsci, no seu conceito de “crise de hegemonia”, como afirma Chauí (1981, p.110), “A crise da hegemonia só ocorre quando além da crise econômica e política que afeta os dirigentes, há uma crise de ideias e de valores dominantes (...)”. Isso contextualiza o período histórico dessas duas leituras, e caracteriza as ideologias que perpassam o fio e lógicas dominantes.

Por outro lado, mesmo que as obras literárias afirmem e reafirmem o motivo do porque somos e funcionamos de determinada maneira, elas são uma imagem, que por suas linhas

ativam o processo constitucional de nossa própria (auto)biografia, que mesmo não sendo por nossas mãos escritas, com certeza, promovem sopros e fragmentos das nossas percepções e virtudes valorativas ou não do humano que habita em cada um de nós. Do como é, e qual o processo de ensino e educação nos leva a pensar e sentir e agir de determinada maneira, seja na família, na escola, no clube, no entorno social da comunidade, nos espaços de estudos, trabalho e lazer, isto é, quem nos formata, e faz pensar o que pensamos?

8.1 Sopros de múltiplas análises

A (auto)biografia, concebo, como um exercício de mim mesmo, onde como uma pintura, pinto o meu quadro, que poderá estar na moldura de um pequeno ou grande universo, com tintas de artigos, livros, obras literárias, arte, que vai sendo mesclada com as experiências da vida, que possuem uma existência, conforme o próprio engajamento e suas desenvolturas.

Na busca por tentar achar palavras para a análise desta pesquisa, que sofreu uma metamorfose (auto)biográfica de experiências, que sempre foram visíveis, porém, no entanto, se diluem no passar dos tempos e nos deslocamentos de um lugar para o outro. Um dos resultados, se é que posso dizer assim, é que sempre tive “fome de saber”, um pouco do que diz Richard Dawkins, em seu livro *Fome de Saber – A formação de um cientista – Memórias*. Sempre fui dedicado aos estudos, em aprender, assimilar e devolver ao mesmo tempo, à prática do dia-a-dia e ao tecido social que me constitui. A fome tinha várias fontes para nutri-la, desde a escola, os livros, os nossos encontros diários com os amigos do bairro, nas inúmeras brincadeiras de época e as inventadas. O livro e a escola eram sagrados. Lia os didáticos e os romances de espionagem, de aventuras, revistas. Tudo era uma fonte para saber, e tentar saciar a fome pelo saber, o que continua até hoje, moderadamente. Tornou-se mais voraz, quando aos 14 anos ingressei no 2º Grau, hoje ensino médio, no turno da noite, pois já trabalhava no diurno. Na época sofri muito, quieto, sem manifestar nenhuma contrariedade. Apenas exercitar a reflexão, e ao mesmo tempo seguir em frente, pois tinha trabalho e podia conciliar com outro horário para os estudos, o que é complicado. Principalmente pelo seguinte: no mundo dos desapegos, desde cedo fui separado dos meus colegas e amigos, tendo em vista que a partir de uma certa idade eu tinha que ir ao mundo do trabalho, o que reconheço é louvável. Mas imagina, deixar de estar junto com os colegas que estudavam no turno da tarde ou da manhã. Que podiam participar da Educação Física, dos jogos de futebol, voleibol, basquete, dos torneios e campeonatos de atletismo, das peças de teatro e do convívio com os da mesma faixa etária. De um universo de 50 amigos do bairro, eu fui único, que desde cedo colocou o pé na estrada do

labor. Até porque a “escola é vista como uma escada que permite à gente subir na vida”, diz (CECCON; OLIVEIRA; OLIVEIRA, 1982, p. 18), e precocemente tinha acesso a um emprego e salário. Digo isso, sem traumas, pois soube elaborar bem o compartilhar das minhas formações, de aprendizagem e ensino, pois considero que o meu exercício na atividade laboral, foi de suma importância, principalmente pelo aprendizado, mais do que pela remuneração. E esse ensinamento era diário, me inseriu no mundo dos adultos e em interação com as pessoas e foi construindo “(...) a minha leitura de mundo, que igualmente guarda e se funda num outro tipo de saber” (FREIRE, 1999, p. 24).

Considero que essas narrativas cumprem a sua função, de descrever, e ao mesmo tempo de análise de experiências sentidas e vividas, pois de acordo com a pesquisadora Figueredo (2013, p. 1), “o uso da noção de experiência, permite não a tomar como auto evidente, ou de forma essencialista, mas sim compreendendo-a a partir da história, de como a experiência constrói os sujeitos”. E essa história é constituída por experiências, cujos conteúdos vivenciais ocorrem de forma múltipla e diferenciada, e provocam novas inserções históricas, que é: “uma historicização que implica uma análise crítica de todas as categorias explicativas que normalmente não são questionadas incluindo a categoria experiência” (SCOTT, 1999, p. 4).

Ao mesmo tempo sinto os elos da formação, do ensino, que sempre afetou o meu jeito de ser, que a partir do que se aprende, fez a devida reposição ao lugar onde labutava, estudava, participava, construía, isto é, tecia a história da vida e da própria existência. Sim, com os elementos da história da educação, dos saberes que dispunha e que independente das vias por onde circulavam e eram disponibilizados, facilitava a sua presença e sabor existencial de ser sujeito, pois, “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência” (SCOTT, 1999, p. 5).

Quando busco promover uma narrativa (auto)biográfica, que é testemunho de uma história, e também é leitura da história de quem analisa o que produziu historicamente, num dado período, como a escrita de si, e de um movimento que contém outros sujeitos que são história da própria história em seu processo,

[...] seu efeito é constituir sujeitos como fixos e autônomos, e que são considerados confiáveis de um conhecimento que se origina do acesso ao real através da experiência. Quando falamos sobre historiadores (as) e outros (as) estudiosos (as) das ciências humanas, é importante observar que esse sujeito é tanto o objeto de investigação – a pessoa estudada no presente ou no passado – e o (a) próprio(a) investigador(a) que produz o conhecimento sobre o passado baseado na “experiência” dos arquivos ou o (a) antropólogo (a) que produz conhecimento de outras culturas baseado na sua “experiência” como observador(a) participante. (SCOTT, 1999, p. 9)

Um dos ensinamentos da minha participação na Luta Antimanicomial, é o do sujeito se constituir “central a si mesmo”, com muito estudo, leitura, dedicação, conhecimento, administrativo, político e técnico, isto é, com habilidade e potencial de cuidar de si e do outro, o que faz pensar nas palavras de Scott (1999, p. 9), “pensar por si mesmo significa ser dono de seus próprios pensamentos, uma relação de propriedade que garante a independência de um indivíduo, sua habilidade para ler corretamente o passado, a autoridade do conhecimento que produz”.

9 UMA IDEOLOGIA: EXISTIR

Com certeza, a garra, dedicação, busca do entendimento integral, perseverança, paciência, a utopia e o sonho da humanização, a compaixão, cultivo as boas virtudes, que na minha concepção assim são. Sempre me acompanharam e, por valores sempre busquei, para saciar a sede e fome de um saber, ao mesmo tempo ser prático e virtuoso, como bem aponta Comte-Sponville (1995, p. 7), “O que é uma virtude? É uma força que age, ou que pode agir. Assim a virtude de uma planta ou de um remédio, que é tratar (...) (...) que é querer agir humanamente”. Esta, considero, a minha ideologia, à qual concebo como um evento, que produz e reproduz efeitos e impactos, pelo gosto, pela escolha, pelo pensamento e sentimento, com atitude condizente, especialmente pelas conexões do existir, como bem diz Marilena de Souza Chauí (1981, p. 31)

(...) que a ideologia não é sinônimo de subjetividade oposta à objetividade, que não é pré-conceito nem pré-noção, mas que é um “fato” social justamente porque é *produzida* pelas relações sociais, possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de ideias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira da produção das ideias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais. (CHAUI, 1981, p. 31)

O meu estado de espírito, sempre proativo, à dedicação em movimento para o construir e efetivar, por exemplo uma proposta de Política Pública, desde as bases, por encontros, conferências municipais, estadual, e federal, e o engajamento implicado para a consolidação dos princípios e diretrizes fundamentais de cada segmento coletivo, sempre me convocou, seja pela participação, colaboração, e muitas vezes pelo protagonismo de ir em frente, inclusive dar o exemplo, seja no campo teórico e principalmente o prático.

Isto, pode ser uma ideologia, de construir um mundo melhor, com senso de igualdade, justiça, simplicidade, de compreensão, de horizontalidade. De sentido, como diz o filósofo Marcel Conche (2000, p. 31), “(...) temos que entender que o que falta é um *Mundo* fonte de sentido”. Este sentido me é virtuoso na prática do dia-a-dia, tanto quanto o amor genuíno, “(...) uma expressão de produtividade e implica cuidado, respeito, responsabilidade e conhecimento. Não é um “afeto” no sentido de ser afetado por alguém, mas um esforço ativo pelo crescimento (...)”, concebe Erich Fromm (1991, p. 75). Este amor é um processo de maturação, que constitui o sentido do existir na minha vida, com valores cuja premissa, transcende o econômico, e sim

o do domínio de ser e fazer felicidade, que é construída no “tempo” dedicado a ela, a arte, de ser e fazer feliz. Felicidade que não é algo baseado no campo da lógica do somente possuir, mas, sim, que tanto quanto uma arte bem elaborada, exige o amor da dedicação e da paciência, sempre, pois, “afinal, condição do aprendizado de qualquer arte é uma *preocupação suprema* com o domínio dela. Se a arte não for coisa de suprema importância, o aprendiz nunca a aprenderá”, diz Fromm (1991, p. 131).

A vida é assim, pulsante, desejante, porém nos exige uma existência de atenção plena, que é estar implicado, concentrado e integral na ação e nas propostas que permeiam o nosso tecido social, pois como um tear, cada um de nós tece, por linhas, carreteis, novelos, cordas, para construir uma grande rede, com responsabilidade e aprendizados que inspire e oriente a arte de amar com maturidade, pois isso nos torna gente (ROGERS, 1973, p. 59), e consequentemente, “sensível a si mesmo” (FROMM, 1991, p. 137), e ao mundo que nos emoldura.

Face ao memorial, que no momento evoca lembranças, resgato minhas práticas em Psicologia Comunitária, Saúde Mental Coletiva e a atividade jornalística, as quais estão registradas em um relatório, ainda do período da minha formação em Psicologia.

Estas três áreas, numa performance única, singular, que contemplou minha aprendizagem no campo da Saúde Pública, no contexto do Sistema Único de Saúde. O tripé de saberes, junto com outras pessoas, foi uma fagulha da grande chama que iluminou o processo histórico de transformação e realização da evolução e maturação da comunidade do Passo das Pedras, um território equidistante há cerca de três quilômetros do centro urbano de Bagé, e que na década de 1990, sofreu as ressonâncias do Movimento de Saúde Mental coletiva.

O que escrevo, (auto)biográfico, com certeza está contido numa “ideologia”, e com certeza, pode conter suas ambivalências e contradições, inclusive para manter o próprio “sentido” apregoado. Nas palavras de Marilena Chaui, “(...) o aspecto mais fundamental da contradição é que ela é um motor temporal: ou seja, as contradições não existem como fatos dados no mundo, mas são produzidas. A produção e superação das contradições é o movimento da história”. É isso, minha dinâmica de existir na vida, produziu um movimento que me inseriu no processo histórico de múltiplos caminhos. Todos, com turbilhões de sensações e dedicações. Retorno aos escritos de Chaui (1981, p. 38), “a produção e superação das contradições revela que o real se realiza como luta”.

Sinto-me “vivo” no contexto filosófico, que é a minha ideologia, pois sempre fui mobilizado pela filosofia e seus autores. Pelo espírito que é o movimento do andar prático das

palavras faladas e escritas, as quais constituem a história, por alguém que: “(...) pensa a história como processo contraditório unificado em si mesmo e por si mesmo, plenamente compreensível e racional. Por isso Hegel afirma que o real é racional e o racional é real”, aponta Chauí (1981, 39).

Faço mais uma exposição das múltiplas atividades que me envolvi, durante o meu processo de constituição, seja como estudante, profissional e também no exercício de uma função social jornalística, que também foi aprendizado, ensino e criação. Ao mesmo tempo, esses relatos no meu entender, servem como análise de um tempo, de um lugar e da experiência do pesquisador, imerso na metodologia (auto)biográfica, junto ao bojo dos referenciais teóricos.

Posso assegurar que diz muito da literatura que constitui e é construída pela historicidade e pela aquiescência do saber, “(...) o grafo complexo das pegadas de uma prática: a prática de escrever. Nela visio, portanto, essencialmente, o texto, isto é, o tecido dos significantes que constitui a obra, porque o texto é o próprio aflorar da língua (...)” (BARTHES, 1978, p. 17).

9. 1 Experiência comunitária

Transcrevo parte das escrituras do meu período de atuação no Bairro Passo das Pedras, de fevereiro de 1994 a 28 de dezembro de 1994, em Bagé, e que foi marcado pelos desdobramentos teórico-práticos da experiência no Movimento de Saúde Mental Coletiva.

Dentro da dinâmica narrativa que venho fazendo, no presente trabalho, de atividades, muitas de forma, simultâneas no meu processo de constituição, apresento, mais uma das vivências que mobilizou minha participação numa coletividade de humanos, pela transformação no sentido de conhecer, aprofundar e resgatar espaços e frentes ativadoras da cidadania plena e libertadora.

Face a efervescência dos inovadores fenômenos sociais e suas ressonâncias, desde o advento da Constituição Federal de 1988, montamos um grupo de estudantes, de diferentes áreas – psicologia, enfermagem, filosofia, história, arte-educação, fisioterapia, saúde mental, advogados, jornalistas -, e começamos uma experiência que deu certo, inclusive como validação de estágio acadêmico.

Durante cerca de dois anos, mobilizamos a comunidade do Passo das Pedras, bairro originado de habitações do projeto pró-morar, localizada na região leste de Bagé, equidistante da zona urbana três quilômetros. Registramos dados de como elevar e entusiasmar pessoas e cuidar do lugar onde vivem.

De acordo com o meu relatório, que ainda existe e foi confeccionado no tempo da máquina de escrever, ou de datilografia, registro alguns fragmentos.

Durante o período em que estou na comunidade, constato que para desencadear processos de mudanças, desde que essas sejam em prol dos próprios moradores, os recursos exigidos e necessários, são simples, e podem ser obtidos, desde que haja participação e cooperação de uma maioria significativa.

Tudo começou com brilho nos olhos, vontade de fazer algo, entusiasmo, firmeza de propósitos e projetos com prioridade. Foram alguns dos aspectos que constatei na que considero a reunião ativadora dos desejos da comunidade. Nessa reunião estavam presentes, pessoas de diversos pontos da comunidade, jovens do grupo Jovens Anunciadores (J.A), Pastoral da Saúde, Pastoral da Juventude, grupos de mães, professoras das escolas municipais localizadas no bairro.

A partir daí o grupo, com a nossa participação, estabeleceu uma agenda de compromissos e prioridades, que daquele dia em diante, foram colocadas em prática: oficinas de tricô, crochê, culinária, teatro, canto, dança e marcenaria, orientação aos estudos.

As oficinas acontecem de segunda-feira a sexta-feira e são ministradas pelos próprios moradores do bairro, principalmente profissionais de determinadas áreas, como educação. Compreendo o espírito comunitário de participação e cooperação vigente, pois cada um contribui um pouco, com seus primorosos conhecimentos.

Enquanto isso, acontecem reuniões de avaliação todas as terças-feiras, onde a cada encontro novas questões são levantadas. Numa destas, surgiu a ideia de se fazer um sopão aos sábados. Houve mobilização, onde componentes do grupo doavam gêneros alimentícios. Solicitou-se o empréstimo da panela de uma das escolas. Logo em seguida se arrecadou um real de cada integrante do grupo, e foi comprado um fogão industrial de duas bocas, conseguindo-se também o patrocínio de um botijão de gás. Hoje a sopa virou alimento sólido com muita qualidade – salada, arroz, feijão, carne, pão, e outros hortifrutigranjeiros.

Um dos grandes eventos da comunidade do Passo das Pedras, surgiu no interior das reuniões e fruto dos diálogos, que culminou na realização da CAMINHADA DA CIDADANIA, que teve como objetivo fazer com que as pessoas repensassem o local onde vivem. Numa campanha pela união e pela integração do bairro. Os preparativos para esse evento foram entusiasmantes, com muitos ensaios e expectativas. Formou-se uma comissão de organização e divulgação, onde os próprios jovens, pelo rádio, televisão e jornal, promoviam entrevistas e abriam espaços para mostrarem um exemplo de cidadania em pleno exercício.

Quem presenciou a Caminhada Cidadã viu e sentiu o poder construtivo da união, participando de um momento de celebração e reflexão sobre o bairro. Inicialmente a caminhada saiu da Escola Municipal Fued Kalil, com faixas, cartazes, crianças, adolescentes, adultos e idosos. Liderados por uma jovem anunciadora, entoavam canções do Chico Buarque de Holanda, Milton Nascimento, Geraldo Vandré, composições próprias e hinos. A caminhada seguiu seu trajeto até a escola Municipal Darcy Azambuja, onde numa área verde, próxima, já estava montado um palco que serviria para as diversas apresentações do dia. Também haviam tendas com doces, salgados, refrigerantes e sucos.

A capoeira abriu as apresentações do dia. Naquele momento nasceu o grupo de capoeira do Passo das Pedras. A participação do artista plástico Ivan, cidadão que seguidamente o vemos, desenhando e pintando com bico de pena, os prédios históricos de nossa cidade. Embaixo de um toldo de plástico, no meio da criançada, ele pintava os acontecimentos do dia.

O evento esquentou ainda mais com as apresentações de teatro, pois o roteiro refletia e traduzia as questões sociais que afligem o dia-a-dia do bairro e da cidade. Apresentaram-se jovens dos grupos de Jovens Anunciadores e das oficinas de teatro, expressão corporal, danças. O que deve ficar registrado no meio de dezenas de coisas que aconteceram, foi a mobilização das pessoas, a partir do momento em que começam a dar certo. Muitas das pessoas precisavam ver para crer, e quando este último ponto é suprido – explode coração -, pois é indizível querer explicar a satisfação e entusiasmo dos que estiveram frente a frente, no campo da batalha mobilizadora, para que as coisas dessem certo. Um verdadeiro exemplo da construção coletiva da cidadania e sua afirmação. Onde as pessoas se insurgem da queixa, que obviamente existe, mas, sim, partem para a prática, o fazer livre, consciente, criativo, comprometido e responsável.

A comunidade do Passo das Pedras demonstra força e coragem em assumir seus propósitos e desejos, desde o simples montar ou desmontar uma barraca, um palco, fato que constatei, na participação de pessoas, que até então estavam somente na observação, no olhar curioso. Eles, elas, moradoras do lugar, vibram quando as coisas acontecem e sentem forças redobradas, pois notam que o fruto é do meio deles, e que com esforço e vontade firme, tudo pode acontecer. E o que tiver que acontecer, seja o melhor.

Um outro exemplo de participação, que contagiou muitas pessoas, no fazer e acontecer, foi a ideia de pintura das salas onde aconteciam as oficinas e o preparo das alimentações. Mais de 40 pessoas apareceram para dar uma mãozinha, inclusive pessoas de fora do bairro. Foi outro momento gratificante e enriquecedor, que nos bate na cara e mostra – se cada um fizer um

pouco pelos outros, também estará fazendo por si, e manifestará, cada vez mais e mais uma vez, sua bondade. A união faz a força.

Baseado nesse pouco, de um grande muito que aconteceu e acontece no Passo das Pedras, sou testemunho do que é intervir positiva e potencialmente numa comunidade, procurando sempre ser aliado e cúmplice dos seus desejos e fazeres. Cada um dos moradores e moradoras sabe a dor e o prazer de ali viverem. Acreditem, erros e equívocos existem, mas o que predomina é muita força, vontade, garra e principalmente fé. Sim, fé, na capacidade que eles têm de usarem sua força e saber para trabalharem uma coletividade, buscando em todos os momentos a conscientização de que são seres sujeitos de ação e que suas felicidades são construídas momento a momento, dia-a-dia.

Num sábado, em dezembro de 1994, foi realizada uma festa para as crianças do bairro. Junto com a pesagem da Pastoral da Criança e da Saúde, houve apresentação de teatro, filmes de natal em vídeo, distribuição de doces, salgados e sucos. Por volta das 16 horas as crianças, cerca de cinquenta, foram convidadas e levadas para o ginásio principal da cidade, onde presenciaram a chegada do Papai Noel. Esse foi outro momento gostoso e significativo, pois dava gosto ver aquelas crianças sorrindo, não tão somente pela expectativa de assistirem o Velho Noel, mas porque tiveram uma oportunidade de caminharem em espaços diferentes dos habituais.

Aprendi que se é que tenho que ter para atuar comunitariamente, é a paixão por ali estar envolvido em todos os sentidos. É sentir, vivenciar a vida daquela comunidade em sua situação e realidade do momento. Aos poucos acontece a superação das formas mais imaturas e autoritárias de vivências no grupo. É uma aprendizagem na escola da vida, onde o diploma é o sorriso do cotidiano.

9.2. Um outro olhar

A análise dessa narrativa, gerou uma outra, com o título **“Gente que Faz, Um Outro Olhar”**, e assim está escrita:

“Há eventos e eventos. Mas só alguns nos fazem pensar (aliás, outros têm exatamente a intenção de impedir tal coisa).

E, hoje em dia, como a politicagem é a mola (nem tão secreta) por trás de grande parte das organizações culturais, torna-se árdua a tarefa de saber quando há boas intenções por trás. Ou seja, se renomado empresário carioca traz o conjunto bambambã do ano para tocar “in Brazil” não significa interesse no desabrochar cultural dos compatriotas, mas denuncia sim que o cara está a fim de se candidatar a alguma coisa no ano seguinte.

Quase nunca se luta por promover a EMANCIPAÇÃO CRIATIVA das pessoas no ambiente social, por que isso significa poder. Poucos são solidários a tal ponto. Quem armou a CAMINHADA DA CIDADANIA, dia 26 de novembro de 1994, na comunidade Passo das Pedras, são a exceção vitoriosa dessa infeliz regra. Um evento muito menos preocupado em apenas PARECER do que em SER proveitoso para seus participantes.

Em tempos de superficialismo megalomaniaco e inócuo, não vi ali nenhum cartaz de “apoio” (patrocínio) de multinacional ou facção partidária. Foi tudo engendrado pelos punhos de gente simples, que relega os créditos de seus nomes ao segundo plano enquanto promove cidadania e integração.

Claro que tudo seria inútil se não tocasse fundo em quem participou. “Nada poderia ser semelhante aos abundantes discursos hipócritas sobre temas como menor abandonado”, feitos sob encomenda pra tevê, que não geram nada de prático, e intentam esconder a preguiça de seus autores. Nem adiantaria levar para o bairro um artista plástico belga “new age” cotadíssimo pela elite da arte com A maiúsculo e esperar que o pessoal captasse facilmente suas ideias.

Como diria um psicólogo, “tem que ter empatia”. Por isso as apresentações culturais do dia eram oriundas exatamente do seio daquela comunidade (ou tinham ligação direta com sua identidade).

Quanto a capoeira, que abriu o evento, não se trata de uma prática vulgar. Enraizada na cultura de escravos africanos, é mais uma sublime forma de autoconhecimento e harmonização psicossomática que une música e expressão corporal. É bom saber que não é somente com alta tecnologia que se faz um bom programa interativo: no final da apresentação foi aberto o espaço para moradores locais arriscarem uns movimentos junto aos integrantes do grupo que se apresentava.

E quando um grupo de jovens moradores apresentou peças de teatro com um bom roteiro de crítica social e excelentes interpretações, cheguei a ponderar sobre alguns contrastes. Imagine-se um personagem fictício: uma mãe bajeense de classe média alta que, por mero requisito social, obriga suas crianças (nada interessadas) a estudar balé e piano no IMBA (Instituto Municipal de Belas Artes), em nome de uma “cultura” estereotipada e pré-existente

que ela não questiona, e nem sabe delimitar com segurança. A obra dessas crianças está comprometida: o acesso à especialização lhes fará bons técnicos, mas a parte humana fica devendo se o coração não está envolvido.

Já as meninas e meninos do Passo das Pedras estão ali, movidos pelo livre-arbítrio. Entendem que é preciso mostrar o mundinho “feio” de alienação e miséria para o universo dos shoppings-ilusão e TVs a cabo. E isso eles fazem com maestria. Manifesto espontâneo, autobiográfico, redondinho.

E se o povo ficou a tarde toda debaixo daquele sol, é sinal de que estava sintonizado na ideia do evento. Se porventura, o “público” tivesse evadido já no começo, tudo seria igualmente válido. Mas é óbvio que assim dá muito mais tesão para seguir cortando a facão essas fronteiras comunitárias.

Até porque a questão é vital para o futuro das relações humanas e da cultura: há gente talentosa perdida nos pântanos pobres da comunicação, e o pedestal cultural da arte de elite já não seduz, porque não diz nada da realidade cotidiana.

Se a Madona conseguiu, em seu trabalho trazer elementos culturais até de guetos homossexuais e ditar a moda via satélite para o mundo todo, não há por que não investir na divulgação de culturas de comunidades menos servidas de meios. Pode sair daí o material e preencher o filão saturado da cultura. A história é cíclica, até paradigmas se alternam, e se o proletariado sempre imitou o modelo burguês de vida, hoje, por inversão, guris bem-nascidos andam com bermudões típicos de cantor do rap de beco nova-iorquino. Sempre há abertura para meios alternativos e substitutivos de expansão: assim surgiram o blues, o jazz, o rock’n roll, o LSD, a Internet e a revista GENERAL.

E como às novas relações culturais necessariamente acompanhariam relacionamentos humanos mais igualitários, creio que o mundo seria bem mais simpático. Mesmo não sendo nenhuma Pasárgada, seria sem dúvida, bem melhor que um inferno dantesco.

Estas duas narrativas autobiográficas são de uma experiência comunitária constituinte do meu sentido de ser, do âmago do que acredito, e ainda continuo a acreditar e professar, pois:

Pensávamos juntos numa educação que, respeitosa da compreensão do mundo das crianças, as desafiasse a pensar criticamente. Uma educação em cuja prática o ensino dos conteúdos jamais se dicotomizasse do ensino de pensar certo. De um pensar antidogmático, anti-superficial. De um pensar crítico, proibindo-se a si mesmo, constantemente, de cair na tentação do puro improvisado. (FREIRE, 1999, p.168)

As passagens históricas que narro, estão inundadas de uma ideologia, sim, que é a filosofia da arte de viver, “(...) é necessário pensar melhor (filosofar), é antes de mais nada para

viver melhor, e é o que importa, o que salva a filosofia da conversa fiada e os filósofos do ridículo”, diz André Comte-Sponville (2000, p. 7).

O pensar está alinhado com o cultivo de uma atitude condizente, para: “(...) que seja a expressão da vontade própria de alguém; que seja sentida como agradável, e que a pessoa vagarosamente se acostume a uma espécie de comportamento que acabaria por esquecer se parasse de praticá-lo” (FROMM, 1991, p. 133).

As vivências traduzem o irrigar do ensino, educação, amor, valores humanos de quem está inserido no caminho da arte da aprendizagem da integralidade, as quais permeiam diversos e variados campos do saber. O que possibilita uma qualificação, que se torna presente em todas as ações do meu existir, e por isso, faz parte do meu modo de conceber a Saúde Mental Coletiva e seus ecos, “(...) “saúde da alma”, como diz aliás Epicuro, em outras palavras, da felicidade ou da sabedoria, e foi isso que, por minha vez, eu quis pesquisar”, aponta Comte-Sponville (2000).

Quando se tem um certo sabor de saber o que se é e pode ser, em que a confiança da prática é mais nobre do que o intelecto: “(...) posso ter confiança na minha experiência”, concebe Rogers (1973, p. 33), e mesmo que outros possam estranhar a firmeza das atitudes, que se apresentam boas e virtuosas, a base dessa humanidade e a luz do meu olhar, “(...) e que continuo ainda a aprofundar é a descoberta de que, quando sinto que uma atividade é boa e que vale a pena prosseguir-la, devo prosseguir-la”, complementa Rogers (1973, p. 33).

10 MODOS DE CAMINHAR E MIRAR

Identificar e analisar as narrativas autobiográficas e promover reflexão sobre o conteúdo encontrado nas fontes de pesquisa (jornal, revistas, folder, relatórios), assim como os impactos inovadores nos diferentes campos do saber humano, áreas essas que constituem e compõem as Políticas Públicas, desde a educação, o ensino, a saúde, a saúde mental, a assistência social e outros segmentos. Analisar as narrativas escritas autobiográficas de construção da trajetória do contexto histórico da Saúde Mental Coletiva em Bagé, no jornal Correio do Sul e Minuano, nas edições de 1988 a 1996. Analisar os fatos escriturados que promoveram a efetivação da saúde Mental e as estratégias de ensino que humanizaram o processo das constituições de identidades, sujeitos e cidadanias, inclusive na perspectiva inclusiva. Buscar relatos, documentos, que embasem a pesquisa e contextualizem a trajetória do tema, identificar questões e atitudes inovadoras no que diz respeito à formação acadêmica dentro dos novos campos pedagógicos; buscar suporte teórico que sustente a pesquisa.

Os caminhos para o delineamento do estudo científico, tendo em vista o momento da COVID-19, seguiram os cuidados protocolares para tal feito. Inicialmente identificamos os dois lugares possíveis que seriam utilizados como fonte de pesquisa, pois esses locais detêm o acervo histórico de todas as publicações, especialmente jornais, que foram editados dentro do município de Bagé.

As duas tentativas feitas no Museu Dom Diogo de Souza foram frustradas, pois o mesmo é gerenciado pela Universidade da Região da Campanha, que não permitiu acesso aos ambientes e materiais de pesquisa, enquanto período inicial da COVID-19.

Por outro lado, o Arquivo Público Municipal, sob a direção do professor Claudio Lemieszeck, prontamente acolheu a proposta e disponibilizou as edições dos jornais Correio do Sul. Convém destacar, que o matutino Jornal Correio do Sul, fundado em 20 de setembro de 1914, pelos representantes do Partido Federalista da região de Bagé, cujos representantes na época eram: diretores-proprietários e redatores, João Fanfa Ribas, Feliz Contreiras Rodrigues, Heitor Mércio e Thomaz Cirne Collares. As publicações eram periódicas, de terça-feira a domingo, evento que permaneceu até 30 de junho de 1994, sendo, até então, o único jornal tipográfico da região da campanha, inclusive com impressora, cujo jornal já saía dobrado e pronto para distribuição. Funcionou até meados de junho de 1994, nesse formato. Logo em seguida, 1995, seguiu funcionando com outra direção e no formato tablóide, semelhante a outros jornais como o Correio do Povo, Zero Hora.

No ambiente de pesquisa, deu-se início a uma leitura dos exemplares, para identificar títulos e manchetes sobre o tema em estudo, Saúde Mental, Reforma Psiquiátrica. Como marco temporal, foram apreciadas as edições a partir de janeiro de 1988, principalmente pela referência do movimento constituinte da nova Constituição Federal, assim como todas as notícias que direta ou indiretamente faziam alusão as legislações, leis, normas, portarias e regulamentos, cujos impactos e reflexos incidiam ao pesquisado.

A leitura, e conseqüente apontamento, de cada edição do Jornal Correio do Sul, consistia na leitura das manchetes, títulos, colunas, painéis e espaços com notícias de toda parte, a nível nacional, estadual e obviamente municipal. Identificados os títulos com alusão ao tema pesquisado, anotações eram feitas, com o número da página, data e título. Além disso, são anotados os dados de todos os eventos que fazem conexão com a temática, alvo do presente estudo, e que promovem interfaces com outras áreas, ou seja, saúde, educação, habitação, Reforma agrária, Assistência Social, movimentos para a descentralização da saúde, montagem dos Conselhos Municipais de Educação, de Saúde, da Assistência Social, dos conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos Planos de Municipalização da Saúde, a própria Reforma Sanitária, a efetivação do Sistema Único de Saúde, A Luta Antimanicomial, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra; os primeiros assentamentos na região de Bagé, - divergências e convergências -; as Formações interdisciplinares em Saúde Mental Coletiva, desde os cursos em Administração em Saúde Mental e Políticas Sociais, desenvolvidos em parceria com o SENAC/BAGÉ/RS, cursos de Especialização em Saúde Mental Coletiva pela então Universidade da Região da Campanha, URCAMP, o movimento pela Lei Estadual da Reforma Psiquiátrica no Rio Grande do Sul.

O pesquisador anota cada dado, referente a pesquisa, que tenha registro no jornal, e esta seqüência de apontamentos ocorre desde 1º de janeiro de 1988, até 15 de junho de 1994, cuja edição traz um título sobre conferência de Segurança Alimentar. São sete anos de publicações, sendo que essas estão sendo esmiuçadas no sentido.

O pesquisador reflete enquanto observa os exemplares do Jornal Correio do Sul, com suas folhas amarelas e esfareladas pelo tempo e conseqüente uso. Mesmo na época com uma boa encadernação por trimestre as edições já sentem o reflexo dos tempos, sendo um privilégio o contato e manuseio, ainda, como o material impresso. Segundo a administração do Arquivo Municipal, a ideia é digitalizar as coletâneas do jornal, porém a máquina digitalizadora permanece com problemas, e o custo para conserto é muito elevado. A única pessoa que restaura

e cuida dos impressos, é uma senhora idosa, ciente e sem o esmorecimento da atividade, têm a percepção de quanto valioso é a preservação dos impressos.

São muitos os dados que fazem parte da presente pesquisa e que foram selecionados e trabalhados de acordo com o que a própria fonte revela, assim como as análises, instigadas pelo referencial metodológico e analítico, tendo em vista ser autobiográfica, que é uma forma autorreferente (ABRAHÃO, 2004), as conexões que são além da fonte, e que tornam-se objeto de inúmeras outras pesquisas, para atender determinados aspectos e circunstâncias sociais, e reveladoras de um contexto, dentro dos significados e sentidos atribuídos ao longo de uma época, e conseqüente percurso social, político, histórico, de formação e transformação.

A presente proposta de pesquisa teve como prisma inicial, identificar e analisar as publicações no Jornal Correio do Sul, no período de 1988, até 1994, da redemocratização do país, inicialmente na elaboração de categorias temáticas: primeiras notícias sobre o tema; as formações, cursos, pós-graduação; conselhos municipais de saúde, assistência social, conselho municipal de educação, a luta pela efetivação das políticas públicas, a mobilização, reflexos e impactos do Movimento de Saúde Mental, desde as formações, graduação, pós-graduação, Administração, gestão, constituição de conselhos municipais. A escolha do jornal partiu do pré-conhecimento do que o veículo divulgou, sua circulação, e da própria disponibilidade, hoje, mesmo em período de pandemia, no Arquivo Público Municipal, e conforme o que foi verificado e encontrado. Destaca-se o estudo e pesquisa de diferentes teorias metodológicas e conceituais, no sentido de que essas técnicas possibilitem aprendizagens para uma realização objetiva e qualificada, no princípio da interação constante entre o pesquisador e o objeto pesquisado, sendo este primeiro o instrumento principal na coleta e na análise dos dados. Sabedores que somos de que os dados são atravessados pelo instrumento humano que somos nós, pesquisadores, pesquisadoras, possibilitar respostas para o que até mesmo ainda não perguntamos, assim como às circunstâncias que nos cercam, enfatizando o processo do que está acontecendo e não somente os resultados finais. Os dispositivos metodológicos possibilitam a análise do processo histórico da Saúde Mental, construído em Bagé, cujas ações constituíram as ramificações e conexões dos tecidos em favor das Políticas Públicas Sociais que hoje nos dão sustentação em diferentes campos e áreas da formação e prática da vida, nos seus sentidos e significados, numa lógica pedagógica conseqüente e cidadã.

Foram utilizados como marcos conceituais para realizar esta análise os entendimentos do paradigma da complexidade, presentes nos autores citados neste estudo, que contempla a contradição, o conflito e a diversidade como integrantes do real e, portanto, como formas

verdadeiras de vida, desde vivências em eventos, relatórios de atividades e outras narrativas do pesquisador.

Para estudo dos dados foi utilizada a metodologia autobiográfica, com análise de conteúdo, pois é um processo histórico, inundado de sentido e significados, o que oportuniza desvendar as narrativas que é uma produção de pesquisa (auto)biográfica e exige um certo exercício da memória como condição principal (ABRAHÃO, 2004), em suas significações e a compreensão dos fenômenos envolvidos.

A análise dos documentos (diário de campo, número de reportagens e notícias, diferentes gêneros e seus registros) foram pesquisados os pressupostos da lei da reforma psiquiátrica, diretrizes orientadoras de um serviço substitutivo ao hospital psiquiátrico, constituição da lei.

Com base nestes dados, foi submetido o material a um estudo (etapa de descrição analítica), orientado pelo referencial teórico. Neste momento, serão estabelecidos os quadros de referência e, a partir dele as categorias de análise.

As reflexões surgiram de muito estudo e pesquisa, trabalhadas para possibilitar e promover conexões com a teoria e a prática: a significação das narrativas autobiográficas, os nós de sentido, os movimentos de rupturas, o respeito à singularidade e a busca por novos espaços e tempos constituintes das forças políticas e pedagógicas, as quais convergem para a transformação.

O presente estudo qualitativo é exploratório (GIL, 2008), com análise de conteúdo e devidas interpretações e conforme diálogo com orientador, pesquisa documental, dentro de um processo de revisão da literatura integrativa, que orientará conforme a trajetória do pesquisador, autor e o recorte da pesquisa dentro da temática.

Os instrumentos utilizados foram: a) exemplares das edições do Jornal Correio do Sul (1988 a 1994), livros, revistas, textos literários, folders, relatórios, teóricos e culturais, lidos e estudados como fonte introdutória, em busca de um maior conhecimento acerca da memória pessoal e coletiva e a educação como integrante e conectora da transformação; b) registro visual.

A pesquisa de campo ocorreu “*in loco*”, no arquivo municipal de Bagé, previamente combinada, nas edições e períodos dos jornais, Correio do Sul, escolhidos pelo autor visando responder aos questionamentos que este trabalho propõe. O diário de campo, enquanto instrumento de registro sistemático, propiciará as anotações detalhadas das situações levantadas e registradas, vivenciadas, das reflexões metódicas sobre as interações e diálogos com os textos,

referenciais teóricos, bibliografias, como também levantamento de questões que remetam a novas incursões investigativas. Serão observados os procedimentos éticos recomendados. Os dados analisados serão devolvidos às fontes num segundo momento com possível abordagem e proposta de explorar e aprofundar as ideias/conceitos dos participantes, no caso, direção do arquivo e funcionários.

Os dados foram analisados a partir do referencial teórico e conceitual trabalhado no percurso investigativo, principalmente com o foco na metodologia de investigação, a narrativa (auto)biográfica, tramada com outras fontes (ABRAHÃO, 2004), a partir do entendimento de que o conhecimento enquanto práxis é uma atividade onde a teoria orienta a ação e a prática estrutura e/ou redimensiona a teoria (BAUER e GASKELL, 2002).

No processo metodológico, incorporou-se o modo da pesquisa (auto)biográfica, tendo em vista o potencial apresentado, constituinte de um outro olhar pedagógico de construção das narrativas autobiográficas, principalmente do que é considerado, não somente a memória do pesquisador, mas o que está escriturado e possa ser considerado uma memória social, pois

A memória é elemento-chave do trabalho com pesquisa (auto)biográfica, em geral: Histórias de vida, Biografias, autobiografias, Diários Memoriais. A pesquisa (auto)biográfica, embora se utilize de diversas fontes, tais como narrativas, história oral, epístolas, fotos, vídeos, filmes, documentos, utiliza-se do exercício de rememoração, por excelência. (ABRAHÃO, 2004, p. 202).

Esta forma auto referencial é fundamental na construção e reconstrução da subjetividade, que com certeza, possibilita a análise de estudos relevantes e é um método de pesquisa que permite a compreensão de si e do entorno, assim como é síntese de múltiplos estudos publicados e reflete e favorece, sinteticamente o estado do conhecimento e de autoconhecimento (ABRAHÃO, 2004; MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Na condição de aprendiz de pesquisador, redimensiona-se as opções teórico metodológicas, mesmo quando se configuram concretas, pois sempre há um outro olhar, um outro horizonte de possibilidades para o conhecimento e sua aplicação.

A pesquisa em seus objetivos gerais e específico, identificou e analisou as notícias, reportagens, artigos, o que foi publicado sobre a saúde mental e sua constituição, trajetória histórica e pedagógica, registros no Jornal Correio do Sul, sobre a Saúde Mental Coletiva, nas edições do final da década de 80 e início da década de 90. Fez parte como fonte, além da memória do pesquisador, também, relatórios e folder de eventos.

Esses dados foram sendo registrados por fotos, sem flashes, e na forma de um quadro, pelos seguintes itens: assunto, datas, cursos, entidades que participam, análise das estruturas e significados das notícias, reportagens e artigos publicados.

10.1 O Jornal Correio do Sul como fonte

Ao tentar responder o questionamento de porque o Jornal Correio do Sul, penso que ele representou, dentre tantas atividades profissionais que exerci e construí, um lugar que me proporcionou a alegria e o encanto por uma profissão que sempre gostei, e assim como os outros ofícios, sempre me realizei. A exemplo de outros dois colegas, o Jornal Correio do Sul, serviu de escola teórico prática do jornalismo. Um jornalismo que transcendia os setores, isto é, as coberturas jornalísticas ocorriam em um variado, amplo e diversificado conjunto de áreas da sociedade, isso possibilitava aprender as linguagens técnicas das múltiplas áreas de cobertura.

De 1988 a 1995, acrescento mais um ano, no marco temporal, Bagé respirava um ar de cultura e de expressão da efervescência dos movimentos que se mantinham vivos com a qualidade das “Belas Artes” – clubes sociais, cinema, canto, música, festivais, danças, pessoas frequentando as livrarias Sulina, Previtali, a Dom Bosco, a do Almeida, locadora de livros (este pesquisador teve uma), o Restaurante e Padaria Bianchetti, exposições de artistas locais renomados nacionalmente e internacionalmente, bares com música ao vivo, Dante Ramon Ledesma cantava a “América”. Paralelamente, a hoje Universidade da Região Campanha – URCAMP -, era transformada em universidade, ocorriam os primeiros assentamentos do Movimento Sem Terra, em Bagé e Região. Os movimentos surgiam e transbordavam. Quer dizer havia uma mudança de paradigma a nível pessoal e institucional, que é histórico. “Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico”, concebe BOBBIO (2004, p. 21).

A época era do exercício da democracia, que recentemente, no papel havia sido escrita, no entanto precisávamos sentir o “sabor do novo saber” (BARTHES, 1978), conhecimento que precisava desalojar e depurar numa vivência de aprender, conhecer e ensinar “(...) distorções autoritárias, de seus des-gostos totalitários, de sua cegueira sectária” (FREIRE, 1999, p. 96).

O município de Bagé vivia um “instante” de susto progressivo. Naquele momento, e naquela época. Os muros caíam, o socialismo autoritário desmoronava, e estávamos exercitando o deguste de um novo tempo, de transformação inquietante, “(...) - que, em muitos aspectos, vem sendo uma espécie de ode à liberdade e vem deixando tantas mentes, antes bem-

comportadas, estupefactas, atônitas, desconcertadas, perdidas – oferece-nos a possibilidade extraordinária (...)” (FREIRE, 1999, p. 96).

Então, trabalhar em um veículo de comunicação social impresso, para mim, deixando de lado os deslumbres superficiais, era estar diretamente ligado no mundo do exercício do saber, do conhecimento, do ensino, da aprendizagem, das diferentes linguagens e gêneros que se expressavam, que por vezes, muito específicas precisavam ser traduzidas, entendidas e compreendidas ao mundo.

O jornal, singular na sua função social do momento, era também um difusor estratégico das boas novas, seja pela notícia que era visível, e até pela invisível, esta última chamava mais a atenção, pois se não era publicada, as manifestações eram maiores, com algumas exceções. Quem pensava e fazia o jornal, articulava, tinha fontes fidedignas e era fonte de uma verdade, a mais ampla e real possível, até para superar a moldura ditatorial, que até então era vigente.

Pessoalmente, o aprendizado que tive, enquanto repórter, foi intenso, tanto que certa vez, quando estavam com alguns magistrados e promotores públicos, disse que havia aprendido mais na prática do cotidiano, junto a eles, do que em três anos de direito. Isso foi fundamental, principalmente para a minha compreensão de um mundo, que clamava, e ainda clama por justiça social.

Com o advento da banca de qualificação e da possibilidade de promover um estudo autobiográfico, penso que o horizonte deu mais uma volta dialógica de 360 graus, e retornando ao motivo de começar pelo jornal, lembro que a liberdade que tinha, era tanta, quanto a responsabilidade pelo que fazia: total, plena, com a devida implicação.

A ambiência do jornal, considerada por muitos colegas que por ali passaram, na mesma função que exercia, - uma escola de jornalismo -, especialmente porque promovia o conhecimento e o desafio de entrar em contato com diversas e diferentes áreas do conhecimento humano, seja do urbano ao rural, do técnico científico ao mais intelectual. Assim, também refletia a cidade de Bagé, no referido período, respeitando as proporcionalidades de tempo e espaço, tomo as palavras de Stefan Zweig (2014, p. 26), “era maravilhoso viver nessa cidade que, hospitaleira, recebia tudo o que era estrangeiro e se entregava com prazer; em sua atmosfera ligeira e alegre (...)”. O escritor ainda faz lembrar: “(...) mas o que é cultura, senão a forma de obter da matéria grossa da vida com amor e arte o que há de mais fino, mais delicado, mais sutil?”

Pensando, agora, no que escrevo, com certeza, o Jornal Correio do Sul, retratava sim, a qualidade das artes, da cultura, pensamento e ideal das pessoas e do conjunto da cidade, que

sonhava por uma situação progressista, e com o que tinha de saber, fruto dos artistas e pensadores locais, promoviam a qualidade das ambiências, dos lugares e das instituições, naquele momento.

Inclusive, cabe aqui uma sugestão, para pesquisar as narrativas desse período com suas vivências, num comparativo com os tempos posteriores, com certeza, se constatará um nível de qualidade bem diferente no existir dessa contemporaneidade. Mais do que o lançamento de palavras no papel com o entorno da sociedade. Comigo e com os outros, pois é no meu acompanhar, consciente, desejado, que me sinto, torno-me, comungo, implico, principalmente, com um mundo melhor.

11 ALGUNS ACHADOS NO CAMINHO DA PESQUISA

Os estudos realizados traduzem um universo de experiências complexas e com conexões singulares e coletivas, numa convergência do individual para o que contempla uma ampla maioria, e vice-versa, como estas pluralidades constituíram também as singularidades, e, nas palavras de Morin (2010, p. 190), “vou me referir à origem latina da palavra: *complexas* significa “o que é tecido em conjunto”. O conhecimento complexo procura situar seu objeto na rede à qual ele se encontra conectado.

Minha complexidade, do momento, ao tentar fazer uma análise em torno dessas memórias e vivências, na qual sou testemunha, gira em torno do como me constitui e de como, também, constitui o conjunto, assim como esse bojo do entorno do meu existir, tornou minha existência lúcida e com consciência da integralidade, do pensar e agir humanos.

Devo me ater a um contexto e tempo, de um lugar em que atuei como um jornalista, sendo agora pesquisador do próprio conteúdo, digamos assim, desse trabalho. Ao mesmo tempo, agora, tenho que buscar as outras trilhas que percorri, simultaneamente a essa atividade laboral, que era a formação em psicologia, bacharelado e clínica, o ser ativista de um Movimento de Saúde Mental Coletiva, e as funções e papéis sociais que cada uma dessas formações exigia. Destaco aqui, que o existir como repórter, ao mesmo tempo era um trabalho, e que era exigência minha, permanentemente uma aprendizagem, um ensino diário de como qualificar o processo da informação, e que reitero, também era formação, e que formação.

O meu movimento em diversos caminhos: a partir do jornal, pela escrita e seu devido registro, muito além de ser um comunicador social, era a minha contribuição, cooperação com o que eu acreditava, com o que me implicava, pela Luta Antimanicomial, na psicologia, no Diretório Acadêmico, junto as comunidades de bairro, no teatro, nas coordenações de viagens e Encontros Regionais de Estudantes de Psicologia, nas participações em eventos estaduais, nacional e internacional, promoviam outros tantos desdobramentos em espaços, tempos e múltiplas atividades.

Muitos observavam o trabalhador em “Saúde Mental Coletiva”, como sempre me denominei, sendo o repórter, porém, a prática de entrega ao caminho da vida e da própria existência, nos diferencia, “(...) a nos engajarmos na luta em busca e em defesa da igualdade de possibilidades pelo fato mesmo, de como seres vivos sermos radicalmente diferentes uns das outras e umas dos outros” (FREIRE, 1999, p. 98).

Outro ponto que justifica a minha escolha, era a liberdade de promover a pauta, pois éramos três àqueles que faziam as escolhas dos temas do dia e da semana, junto com os

inusitados do momento, e eu, como único que se desloca ao campo das fontes e coletas de notícias, a autonomia era total, embora com ressalvas raras, de algum conteúdo, depois de elaborado e editado não fosse publicado. Aconteceu, com a notícia sobre a presença de Paulo Freire, no Assentamento Conquista da Fronteira, no município de Hulha Negra, em maio de 1991. Não foi publicada a notícia e nem a entrevista. Porém, isso não deve esmorecer as boas propostas das escrituras e do fazer a informação, seja qual for o gênero, sem que percamos o horizonte de que todos têm o direito de receber a mensagem, quaisquer que sejam. “Portanto, é também por nós mesmos e em nós mesmos que é preciso superar a oposição. Convençamo-nos primeiro de que ela é superável: a própria literatura nos fornece a prova, pois é obra de uma liberdade total dirigindo-se a liberdades plenas (...)” (SARTRE, 1993, p. 204).

Por isso, acolho as palavras de Jean Paul Sartre, e posso dizer que com a escrita, os sentidos são quase similares, são testemunhos, no momento costurados com as linhas das escrituras de um saber, pois “na verdade, um conhecimento é mais rico, mais pertinente a partir do momento em que o religamos a um fato, um elemento, uma informação, um dado, de seu contexto”, (MORIN, 2010, p. 190).

E este é o dado que dá início a análise, é o texto que consta neste trabalho, no seu todo, integral, pois vivo uma situação, que tanto quanto fui, e sou, múltiplo, adotei como metodologia a (auto)biografia, uma produção de si, da minha trajetória com as experiências vivenciadas, sendo que muitas promoveram em mim, conforme o meu nível de estado de consciência, um processo de conscientização de aprendizado e ressignificação. Tanto quanto o que está acontecendo agora, que é uma busca, com objetivo de alinhar esse novo conhecimento, de ter noção do que é uma aprendizagem autobiográfica. Uma formação minha, por intermédio do que experimentei, o que produziu de impacto na minha vida, aprendizagens, ensinamentos, isto é, de como compartilhei um saber ressignificado de transformação, sem as lógicas dominantes anteriores, tais quais as que produziram e produzem a loucura, a segregação, a exclusão.

Lembro que coordenava um Projeto da UNESCO, denominado nosso CAIS (Centro de Atenção Integral a Saúde), durante uma das reuniões com osicineiros, o professor de música disse que um dos melhores alunos, que era usuário do Serviço de Saúde Mental teria solicitado sua saída da aprendizagem de piano. Pedi para falar com o usuário, e ele disse o seguinte: - Olha doutor, o professor me ensinou a tocar parabéns para você, no piano. Toquei. Ele ensinou outras músicas, aprendi e toquei. Daí ele se entusiasmou com minha desenvoltura e me ensinou a tocar uma música clássica. – Seguinte, doutor. Aprendi, toquei, mas sinto lhe dizer, que isso é para quem é “normal”. Sempre me consideraram maluco, louco, e assim me sinto. Não posso

mais tocar, sou “louco”. Isso é para os normais, entende? Este exemplo deixa claro, a lógica de domínio de um saber desconstituente sobre uma pessoa, o que é vigente ainda nos tempos atuais.

No caso desta narrativa autobiográfica estou a experimentar algo tridimensional, ou mais, pois estou tendo que ler o que escrevi num determinado tempo, ao mesmo tempo em que escrevia militava no campo do conteúdo dessa escrita.

Diz a literatura especializada que o processo de análise é uma tarefa complexa e difícil (SOUZA, 2003, p. 8), porém não impossível, e que requer capacidades de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações e perspectivas, principalmente o bojo da conjuntura da redemocratização do país, a partir da Constituição Federal de 1988, marco democrático para o nosso existir com as Políticas Públicas Sociais.

Para a presente análise foi realizado inicialmente, um estudo exploratório documental, tendo como fonte primeira o Jornal Correio do Sul, sobre a implantação da Saúde Mental no Município de Bagé, RS, e os impactos nas áreas da Educação, Saúde, Assistência Social, isto é, na constituição da trajetória de uma política de cuidados, com abrangência em todos os níveis de atenção da vida humana.

“*In loco*” observa-se que: ao manusear as primeiras páginas do Jornal Correio do Sul, desde janeiro de 1988, sente-se a nítida impressão de que há uma atmosfera e expectativa de um novo tempo, onde o esperar de Paulo Freire, poderia traduzir-se no *criançar*, pois apresenta-se uma terra e nova fase, sentimento do alvorecer e despertar de possibilidades semeadas por novas configurações das normas que devem orientar as relações dos homens e mulheres brasileiros. Leia-se, o surgimento de uma Assembleia Constituinte e a consequente efetivação da Constituição Federal de 1988, considerada a Carta Magna Cidadã, orientativa e asseguradora dos Direitos e Deveres, assim como a base fundamental para o nosso cotidiano de sujeitos e sujeitas.

À medida que a conjuntura de uma época se forma e se manifesta, tanto pela realidade que se apresenta e por vezes muito desejada, tanto pela escritura do jornal, como pela efervescência dos movimentos sociais e culturais, seja a nível Nacional e Municipal, constata-se uma dinâmica espontânea, do individual ao coletivo, do informal ao formal. Ações humanas que vão se institucionalizando dentro de um processo desinstitucionalizante, como exemplo o movimento de Saúde Mental Coletiva e a efetivação de novos dispositivos institucionais de formação e aprendizados humanos.

A ambiência era da instalação de uma nova Constituição Federal, após um regime ditatorial, cujas mentes e corações, embora amordaçados neste período, sempre expressaram com força e criatividade os sonhos e projetos de um porvir melhor.

No município de Bagé, no final da década de 1980 e início da década de 1990, aconteciam adventos sobre cultura, educação, saúde, reforma agrária. A Universidade da Região da Campanha, tornava-se uma Universidade. O curso de Belas Artes da URCAMP foi o protagonista nas múltiplas expressões artísticas que permeavam os diversos e diferentes segmentos de Bagé, desde canto, dança, teatro, música, pintura, fotografia, coral, arte educação em sua expressão vivencial e potencializadora, com cursos de formação humana.

Constituíam-se os conselhos Municipais de Educação, Saúde, Cultura, articulam-se alianças para efetivar as mudanças e transformações sociais, que na Capital Federal eram prometidas em suas escrituras legislativas.

Esses relatos fazem parte do conjunto de formação via as leituras, com suas dimensões, pois por trás há um projeto político pedagógico, que retrata o pensamento, se é que podemos dizer isso, de um jornal, que é a representação do que constitui o tecido social, que mostra um determinado projeto, mesmo que vigente em um momento específico, mas que é algo que produz e induz à uma comunicação, à uma (in)formação que se difunde e infunde nos meios por onde permeiam as possibilidades de olhares. A potência dos eventos impressos, demonstram a riqueza, por onde podemos ler, num mergulhar no arquivo, que possui vida própria e mesmo que as letras, tidas como fontes, demonstram as evidências do que está posto e do que está pressuposto. O não ter o dado de algo que aconteceu, também é algo por vezes maior do que está registrado e explícito. Por exemplo: a visita que Paulo Freire fez na região de Bagé, em 25 de maio de 1991, mais precisamente no assentamento Conquista da Fronteira, em Hulha Negra, diz muito sobre a ideologia vigente no Jornal Correio do Sul.

Há uma pluralidade de discursos amplos, vastos e intensos nas escrituras do jornal Correio do Sul no que diz respeito a implantação das políticas públicas, principalmente na ênfase em estudo, saúde mental, e o processo de elaboração da pesquisa em si, mobiliza certezas e incertezas, paralelamente aos anseios convergentes e divergentes. Compreende-se que faz parte de um caminho, cujo andar é do próprio pesquisador, no ritmo e pulsar da sua dedicação e gestão do autoconhecimento, desde a escolha da metodologia e das teorias, presentes para o sabor do saber (BARTHES, 1978).

Destaca-se que o estudo científico busca apresentar qual tipo de nação estava sendo sonhada naquele momento, pós-redemocratização do país e conseqüente criação da

Constituição Federal de 1988, que promovia o sonho de um país e mundo melhor. Mesmo que isso não passasse pelas instituições formais, essas entidades estão presentes na letra da nova norma constitucional, pois outros princípios e diretrizes estão presentes nos meios de formação, de cuidado e constituição de sujeitos.

O que as experiências lembram, a partir do estudo? Das Narrativas Autobiográficas da constituição da Saúde Mental em Bagé?

Foram pesquisadas todas as edições do Jornal Correio do Sul, desde 1988 até junho de 1994, com ênfase nas notícias e reportagens sobre o protagonismo na criação de atividades e serviços substitutivos as antigas práticas manicomial (Quadro 1), e os diálogos publicados em artigos, teses e dissertações o que possibilitou juntar reflexões

As minhas vivências em análise, tanto pessoal, profissional e institucional, traduzem concomitantemente singularidade e coletividade, pois assim como ativista, também era representativo dos movimentos, que lutavam e demonstravam uma multiplicidade de eventos, nutrida por diversidades e matizes, as quais se inserem e promovem aberturas, com possibilidades de ampliação, conforme o desafio do avanço e a efetivação dos processos em suas dinâmicas individuais, coletivas e institucionais (FAGUNDES, 2022, p. 11).

Da experiência individual ao institucional observa-se três caminhos em momentos diferentes da história da Reforma da Psiquiatria no Brasil. O primeiro da abertura instituinte; o segundo do avanço da institucionalidade, o terceiro o retrocesso e a resistência, tendo como um dos exemplos o Decreto 9.761, de 11 de abril de 2019, que alterou a Política de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas no que diz respeito a Estratégia de Redução de Danos.

Segundo Fagundes (2022, p. 12), o momento instituinte são as intervenções e ações na Casa de Saúde Anchieta em Santos em 1989, as criações das políticas públicas de saúde mental em municípios de Porto Alegre, Alegrete, São Lourenço, Novo Hamburgo, Bagé e outros, durante a década de 80 e 90, paralelamente a criação dos serviços substitutivos. Em 2002, dez anos após o movimento instituinte, o Ministério da Saúde, pela Portaria 336/2002, constitui os CAPS, com suas modalidades, capacidades, abrangência populacional, faixa etária (crianças, adolescentes e adultos), de acordo com a complexidade e agravo (álcool e outras drogas).

Nas palavras de Fagundes (2022), e de acordo com as diretrizes e portarias e decretos emanados pelo Ministério da Saúde, detalham um conjunto de avanços institucionais, no processo de diálogo, implantação e efetivação da Reforma psiquiátrica, e que registro.

A trilha do avanço institucional prossegue, a partir da aprovação da Lei Nacional da Reforma Psiquiátrica nº 10.2016, após 12 anos de tramitação no congresso Nacional, sendo o

Rio Grande do Sul o primeiro estado a aprovar a Lei Estadual de Reforma Psiquiátrica nº 9.716/1992, por unanimidade; a instituição dos Residenciais Terapêuticos, em 2000; a promulgação da Lei do Programa de Volta pra Casa, que instituiu o auxílio reabilitação, em 2003, com o programa de redução de leitos de longa permanência, o que configura o tripé do processo de desinstitucionalização; a inversão do financiamento dos hospitais psiquiátricos para os serviços substitutivos de saúde mental em 2006, em que pela primeira vez, a maior parte dos recursos financeiros foram destinados aos serviços substitutivos e não mais para os hospitais psiquiátricos; a ampliação, diversificação, complexização das ações e serviços substitutivos de saúde mental, incluindo projetos intersetoriais com a cultura, economia solidária, habitação, assistência social, educação, ciência e tecnologia durante a primeira década de 2000; desenvolvimento de tecnologias de cuidado, como acompanhantes terapêuticos (ATs), Redutores de Danos (RD), Grupos de Ouvidores de Vozes, a Gestão Autônoma de Medicamentos (GAM), Grupos de Apoio e Suporte Mútuos; mobilização de estratégias de articulação e integração entre Atenção Básica de Saúde e Saúde Mental para o cuidado nos territórios em redes de atenção; publicação em 2011, da portaria da RAPS - Rede de Atenção Psicossocial.

Na sequência dos indicadores dos caminhos de resistência e retrocesso, de acordo com o Ministério da Saúde e a pesquisadora Sandra Fagundes (2022), detalha-se o seguinte: a publicação em 2011 do Relatório da 4ª Inspeção Nacional de Direitos Humanos a locais de internação para usuários de drogas, efetivada pelo Conselho Federal de Psicologia; em 2015, o Movimento Social ocupou a sede da coordenação de saúde mental do Ministério da Saúde por 121 dias em protesto pela nomeação de um coordenador manicomial; a partir do golpe de 2016 e das eleições de 2018 a política de saúde mental antimanicomial foi sistematicamente atacada e medidas manicomiais foram tomadas como financiamento de comunidades terapêuticas e de hospitais psiquiátricos; em 2019, é criada, na esfera federal, a Frente Parlamentar Mista em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial. No Rio Grande do Sul foi reinstalada a Frente Estadual em Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial; durante a realização da 16ª Conferência Nacional de Saúde, em 2019, é aprovada a V Conferência Nacional de Saúde Mental; em novembro de 2020, o Ministério da Saúde tentou revogar quase 100 portarias da Saúde Mental, numa ação que ficou conhecida como “revogação”; em dezembro de 2020, foi criada, por iniciativa de um usuário, a Frente Ampliada em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e Luta Antimanicomial (FASM), a qual impediu o “revogação” e realizou em 2021 a 1ª conferência Popular Nacional da Saúde Mental Antimanicomial.

Esses dados e informações constituem um recorte histórico de “instantes” da Reforma Psiquiátrica no Brasil, desde sua criação e institucionalização, sua institucionalidade e as adversidades conjugadas com o suporte da resistência.

O advento da Pandemia do COVID-19, acentuou, desde 2020, as questões sociais em diversos ambientes e áreas, especialmente a do Sistema Único de Saúde, com ressignificação, sendo o suporte e esteira de cuidado referencial para as brasileiras e brasileiros, sendo a saúde mental diretamente atingida, pois as demandas tornaram-se uma questão geral e de cunho fundamental e social, o que na opinião da pesquisadora Sandra Fagundes (2022), na Edição Especial da Publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul, 2022, informa que:

Os desafios a enfrentar no SUS e na reforma psiquiátrica estão em múltiplos âmbitos: ético-político (diante de políticas que consideram saúde mercadoria, que a vida vale para alguns e que criminalizam a população pobre, negra, lgbtqia+, de mulheres e povos originários); estrutural (com o desfinanciamento do sistema, empresariamento na gestão e consequente precarização do trabalho); conceitual (com a patologização e medicamentação da vida, numa cultura dos especialismos médico-hegemônicos); e operacional (com a indução para realização de procedimentos e não atendimento integrais). (FAGUNDES, 2022, p. 13)

12 EVIDÊNCIAS DOS EFEITOS DA REFORMA PSIQUIÁTRICA POR BAGÉ

Ao promover mudanças epistemológicas nos campos do saber, no modelo assistencial, efetivá-las e legitimá-las é preciso promover discussões, debates, buscar consenso, acumular Poder Político para se distribuir poder e se constituir como sujeito e ator social. Nas palavras de Mário Testa (1992, p. 30), “abordar questões relativas à investigação de problemas sociais faz com que, de imediato, surja uma série de interrogações que por muito tempo têm sido discutidas nos meios científicos”.

Essas efervescências de mudanças a partir da Luta Antimanicomial e consequente Reforma Psiquiátrica, elevou o nível de estratégia para a construção de alianças, seja de profissionais de saúde, professores, advogados, jornalistas, artistas, e outros, sempre com ênfase na possibilidade de mudanças, a partir do diálogo e do entendimento das lógicas de poder e domínio vigentes.

Naquele período, entre 1980 e 1990, haviam muitos núcleos orientados pela lógica manicomializante, atuando nos serviços de saúde e de educação com o modelo clínico tradicional e distante da realidade, inclusive divergentes das diretrizes da Reforma Sanitária.

Um exemplo claro e límpido dessa lógica eram as denominadas “classes especiais”, que sem precisar de muito embasamento teórico científico, no momento, para explicar, representavam o “manicômio” e seus aspectos de exclusão e segregação dentro da sala de aula, dentro da escola e de outros espaços do campo da educação e do ensino, haja visto, que esse modelo de classe, não existia somente na ambiência física de um prédio, mas sim, na mente, no imaginário de um trabalhador, seja da saúde ou da educação, e também da população, como um todo.

Nas palavras de Vygotsky (2007, p. 156), “a ênfase no aprendizado socialmente elaborado (...)”, “a formação social da mente”, o que serve tanto como positivo ou negativo, pois de acordo com o autor, a formação das nossas funções mentais superiores, as quais são socialmente construídas e culturalmente reproduzidas, e é explicado que: “se modificarmos os instrumentos de pensamento disponíveis para uma criança, sua mente terá uma estrutura radicalmente diferente”, diz Vygotsky (2007, p. 157).

A realidade descrita acima, fazia parte do ensino-aprendizagem daquela época, e sutilmente frequentava a mesa da educação, e quiçá, ainda continua a existir na contemporaneidade.

Para superar as divergências existentes no citado período, inclusive das diretrizes da Reforma Sanitária, foi preciso mobilizar, pela criação de cursos, tanto para capacitar como habilitar pessoas para o trabalho, multidisciplinar, interdisciplinar e coletivo.

Era o momento de utilizar o Poder Político e Estratégico e Epistemológicos, problematizando a realidade e compreendendo os processos sociais e a própria saúde mental, no sentido de que se pode produzir conhecimentos com a realidade e com o “Pensamento Integral”, com ação condizente (ROCHA, 1995, p. 33), e por isso:

O indivíduo é sem dúvida o átomo fictício de uma representação “ideológica” da sociedade; mas é também uma realidade fabricada por essa tecnologia específica de poder que se chama a “disciplina”. Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção. (FOUCAULT, 1987, p. 172)

As ressonâncias do paradigma de cidadania que se buscava construir, passavam pela visão da descentralização, inclusive com a criação de uma secretaria de saúde municipal, para seguir o sentido da reforma sanitária e psiquiátrica, da luta antimanicomial, e das mudanças que se insurgiam na saúde, e que eram sustentadas pelo movimento, inclusive para uma melhor organização dos serviços, que é gestão, plena e integral.

A partir da descentralização constitui-se as equipes no modo multiprofissional e interdisciplinar, com a socialização e compartilhamento dos saberes e explicitando as ignorâncias. Hoje essa prática pedagógica é denominada “matriciamento” ou “apoio matricial”, que é um novo modo de produzir saúde em que duas ou mais equipes, num processo de construção compartilhada criam uma proposta de intervenção pedagógico-terapêutica (Ministério da Saúde, 2011).

À medida que cada um era valorizado no saber que tinha e o que se produzia, de modo que cada um atuava com liberdade de ação e sem função determinada, numa concepção interdisciplinar e transdisciplinar, “(...) onde a ação, que produz o conhecimento, resulta também da história do indivíduo e da própria coletividade. O conhecimento/construção é também consequência de conhecimentos anteriores que o aprendiz/aprendente possui”, explica Maria Cândida Moraes (2004, p. 202), num processo coerente com a política do Serviço. O serviço de saúde mental trabalhava com a visão coletiva de saúde, contra a segregação e exclusão do doente mental. Várias formas, de atuação foram surgindo conforme as necessidades

da população assistida construindo uma rede de recursos e serviços de atenção aos usuários e familiares.

Destaco aqui, dentre os resultados dessa construção em rede, pela integralidade, que a saúde mental em sua permeabilidade, sempre fez bem, especialmente em propor na teoria à prática elaborada, e depois fazer as palavras andarem, em inovações, o que consta hoje, em muitos manuais, guias práticos de saúde mental, do Ministério da Saúde, e que faz parte do presente estudo de identificar as narrativas, principalmente as concepções que abarcam as nossas práticas pioneiras no município de Bagé. “No processo de integração da saúde mental à atenção primária na realidade brasileira, esse novo modelo tem sido o norteador das experiências implementadas em diversos municípios, ao longo dos últimos anos” (Ministério da Saúde, 2011, p. 13).

Paralelamente a tudo o que acontecia, a dinâmica dos atores sociais pela cidadania, promovia nas instituições hospitalares, nas escolas e em todos os “espaços de possíveis” (MEIRA, 1995, p. 40), redução do número de usuários internados em hospital geral, processo de controle da medicação pelo próprio usuário, diminuição das crises e suas intensidades; participação de usuários e familiares e comunidade geral, junto com os técnicos, em assembleias deliberativas sobre o seu modo de existir e orientações sobre relações sociais solidárias, conscientes e de ressignificação.

Essas expressões eram cultivadas nas discussões com usuários, familiares, técnicos, num rever constante e sistemático sobre o que leva a loucura, saúde mental, periculosidade, as prescrições e modalidades do ensino e da educação, da lei da Reforma Psiquiátrica, das contenções, da medicação. Assuntos que circulavam dentro dos serviços de saúde, com suas propostas inovadoras, e também nos espaços de ensino, como as escolas municipais, particulares, estaduais, a universidade, inclusive a academia, enquanto instituição de formação, começou a promover estágios para os seus acadêmicos, na oficina de criação coletiva, que na época foi criada pela Professora Mirela Ribeiro Meira, e que hoje faz parte do quadro de docentes da UNIPAMPA.

Esse processo de inclusão, pela arte educação, pelo ensino, pela extensão, e pela pesquisa, mobilizou uma rede de serviços, que ao mesmo tempo integravam e constituíam os novos modos da democracia, em prol direto das políticas públicas que se assentavam sobre o solo do Estado Democrático de Direito.

Bagé, junto ao contexto estadual dos movimentos sociais, por uma ampliação da consciência sanitária e cidadã, especificamente na saúde mental, é protagonista de práticas

diferenciadas de atenção e de capacitação, advento de transformação que vem desde 1987, com o atendimento em hospital geral de usuários que “normalmente” seriam conduzidos aos manicômios, provocando assim, a redução de internações em hospitais psiquiátricos; melhoria das condições de vida dos usuários (alimentação e moradia), busca de reinserção familiar e social, atendimento domiciliar, atendimento no serviço de saúde mental e de oficinas de criação coletiva; realização e apresentação de peças teatrais, cuja abordagem são temas da saúde mental e a desmistificação dos transtornos mentais, promovendo a integração com a comunidade; os eventos eram realizados nos espaços públicos, nas instituições de ensino, (escolas, universidade e instituições de ensino superior).

De acordo com Carpes, Vieira e Rodrigues (1995, p. 41-45), a partir de 1990 são desencadeados os Cursos de Administração em Saúde Mental Coletiva, resultado da proposta de descentralização da Política de Atenção Integral a Saúde Mental de Bagé, em que é sediado o VI Curso em 1990, promoção da 7ª Delegacia Regional de Saúde (hoje, 7ª Coordenadoria de Regional de Saúde).

Vejam, as nomenclaturas e denominações começam a mudar, a partir dos novos paradigmas mobilizados pela reflexão, estudo, pesquisa e prática do movimento de Luta Anti-Manicomial., De um termo “delegacia”, que sempre remete a uma concepção de controle policial, para uma denominação de coordenação e participação -; Conselho Municipal de Saúde, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e Prefeituras Municipais de Dom Pedrito, Pinheiro Machado e Lavras do Sul, onde participaram alunos de doze municípios gaúchos e cinco do interior de São Paulo.

Nesse contexto de ensino, ainda em 1991, em Bagé, foi fundado o “Fórum Gaúcho de Saúde Mental”, a 1 Conferência Regional de Saúde, preparatória a Conferência Estadual de Saúde; inicia um intercâmbio Brasil e Uruguai, especificamente entre Bagé e Melo, com definição da saúde e educação como metas prioritárias da integração. Em março de 1992, a Universidade da Região da Campanha cria no currículo do Curso de Psicologia, o componente curricular Saúde Mental Coletiva.

No mesmo período a Reitoria da Universidade da Região da Campanha articula a realização do Curso de Pós-Graduação, a nível de especialização em Saúde Mental Coletiva – *latu sensu*, cuja proposta é articular os espaços da capacitação, formação e habilitação de condutores e operadores dos processos, ações e políticas públicas, no desencadear e promover ações integrais e serviços nos municípios.

Na primeira edição, como já foi demonstrado anteriormente, neste estudo científico, habilitaram-se trinta e cinco especialistas de dez formações acadêmicas e profissionais (professoras, arte-educadoras, educadores físicos, psicólogas, psiquiatras, assistentes sociais, jornalistas, administradores, médicos, odontólogos e enfermeiras), oriundos de 13 municípios (Bagé, Camaquã, Erechim, Santo Augusto, São Sebastião do Caí, São Gabriel, Hulha Negra, Pinheiro Machado, Alegrete, Rio Grande, Aracaju (SE), Treinta y Tres e Melo), representantes de dois Estados (RS e SE) e dois Países (Brasil e Uruguai).

Foram apresentados 18 trabalhos de conclusão, os quais já indicavam a ampliação das ações abrangendo os campos das Políticas Sociais e desencadearam processos em: Alegrete – “Curso de Ensino e Extensão de Políticas Sociais e Municipalização”, Rio Grande – “Curso de Administração em Saúde Mental Coletiva”, Ijuí – “Curso Regional Argentino Brasileiro de Pós-Graduação “lato sensu” em Administração Estratégica em Saúde Mental Coletiva”, Melo-ROU – República oriental do Uruguai -, “Capacitación em Servicios Integrales de Salud Mental -”, Bagé – “Curso de Políticas Sociais e Municipalização”.

Nesse momento, o fluxo de profissionais das mais diversas e diferentes áreas, professores, escritores, pesquisadores e pensadores do campo da educação e saúde, saúde mental, tanto a nível nacional como internacional, circulavam por Bagé, e dialogavam e colaboram com os saberes que eram construídos e com os conhecimentos que se faziam acontecer pelas tramas e ramificações, no sentido de “As propostas programático-estratégicas objetivam acumular poder para os dominados e mudar as relações de poder, através da formação de uma nova consciência sanitária social e de classe”, aponta (AMARANTE e GIOVANELLA, 1994, p. 134).

Os eventos se sucediam, e na 1 Conferência Municipal de Saúde Mental, ocorrida em maio de 1992, a qual foi preparatória para a Conferência Estadual, onde Bagé compareceu com sete delegados, sendo que dois foram eleitos para serem delegados na 2ª Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada em Brasília, em dezembro do mesmo ano. Nesse momento, Bagé também é pioneiro no projetar-se a nível Nacional, pela produção do cartaz oficial de divulgação da Conferência Nacional, que surge na Oficina de Criação Coletiva.

Prossigo com os desdobramentos inspirados nas experiências pioneiras e nas iniciativas no ampliar os espaços de discussão, de construção do conhecimento por uma sociedade sem manicômios, a partir dos sopros instituintes de Bagé, no processo de capacitação, sendo desencadeada a segunda edição do Curso de Especialização em Saúde Mental Coletiva, numa ação conjunta da Universidade da Região da Campanha – URCAMP -, Organização Pan-

americana da Saúde – OPS -, e Organização Mundial da Saúde – OMS -, Coordenação de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Prefeituras Municipais, cuja colaboração foi mediante distintas formas de participação, financiamento e apoio.

Como podemos observar, essa segunda edição sofreu um processo quantitativo e qualificativo de participação, contando com duas instituições internacionais, que já acompanhavam o trabalho e trajetória da saúde mental em Bagé.

A viabilização da segunda edição do curso também promoveu a criação do Centro de Estudos Sociais Contemporâneos – CESCO -, que foi um projeto e proposta construída por esse pesquisador, que em 1995, era formando na Psicologia, junto com Jussara H. Carpes, Relações Públicas e Lúcia A. S. Vieira, Enfermeira, evento que foi sustentado pela própria coordenação e alunos, que seguiram mantiveram a coerência com os processos de mudanças no campo da saúde mental coletiva.

Tanto pela abrangência, relevância e impacto do curso sobre os modos de capacitação do sujeito da transformação pelos processos desencadeados, em avanço e consolidação, e pelos novos e inovadores projetos, emergentes na trajetória da Luta Anti-Manicomial, produz-se a exigência de uma reavaliação e redimensionamento dos compromissos, responsabilidades e modos operativos.

Destaco aqui, que tanto, quanto a Constituição Federal de 1988, a própria Reforma Sanitária e a Reforma Psiquiátrica, o colocar em ação prática, a nova utopia, o novo sonho, eram desideratos que exigiam proposições nos lugares onde as pessoas protagonizavam e forjavam suas existências, e os movimentos por uma sociedade sem manicômios, pela implementação da proposta.

Esses dados estão registrados e de acordo com Carpes, Vieira e Rodrigues (1995, p. 41-45), da Política de Atenção Integral da Saúde Mental, coordenado pela psicóloga Sandra Fagundes, por intermédio das capacitações de pessoas, os intercâmbios internacionais, nacionais, inter e intra-institucionais e setoriais e a criação de serviços como estratégia central de construção de consenso na sociedade para mudanças no sentido de “uma sociedade sem manicômios”.

Considera-se que o impacto, a relevância e importância, como expressão maior (CARPES; VIEIRA e RODRIGUES, 1995, p. 42), é a inserção da Saúde Mental nas lutas dos movimentos sociais e sua repercussão nos aparelhos jurídico-político, administrativo e técnico científico do Estado.

Antes mesmo de ser noticiada e difundida na imprensa, rádio, jornal impresso e televisão, a dinâmica da Saúde Mental permeava a socialização do saber pela capacitação descentralizada, ponto fundamental para o êxito dos cursos de Administração em Saúde Mental Coletiva que aconteceram em nosso Estado, e a partir de Bagé, teve abrangência de 150 municípios gaúchos, alguns do interior de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Uruguai, formando 450 trabalhadores de diversos setores e diferentes níveis de graduação.

Reitero que os cursos de capacitação, eventos de intercâmbios e serviços foram elementos ativadores de mudanças nos municípios e nas instituições, de ensino, de saúde, de assistência social, judiciário, tendo em vista que um terço dos municípios do Rio Grande do Sul criaram Serviços de Saúde Mental.

Esses serviços mantinham a estratégia da construção de aliados e por isso a relação dava-se com diferentes áreas do conhecimento humano, muito além da especificidade saúde. Os serviços foram criados e organizados para responder às necessidades da população e realidade dos municípios. Quando se diz “trabalhador em saúde mental”, fala-se em uma categoria que passou a compreender pessoas de diferentes e diversas formações profissionais, níveis de graduação e visões sócio-institucionais, podendo ser definida como “qualquer pessoa”, pois a saúde se constrói no processo social, onde se constituem os sujeitos.

A existência desses eventos constituiu junto com a população, usuários trabalhadores de saúde, órgãos gestores, as discussões das práticas em saúde, saúde mental, a municipalização, a desinstitucionalização e criação de serviços locais de atenção integral à saúde mental. Convém destacar que esse projeto de capacitação permanente e sistemática, através dos Cursos de Especialização em Saúde Mental Coletiva. O primeiro ocorreu na Universidade Federal de Santa Maria, sendo sua primeira edição, em 1991, e a partir de junho de 1992, na Universidade da Região Campanha, realizando-se três edições.

Os avanços e conquistas por intermédio dos trabalhadores em saúde mental, protagonizaram a implementação de mudanças em diferentes instâncias, e de acordo com (CARPES; VIEIRA e RODRIGUES, 1995, p. 43), os novos olhares, desde Bagé, constituíram o Fórum Gaúcho de Saúde Mental, que participa na elaboração, mobilização e aprovação da 1ª Lei da Reforma Psiquiátrica e da Proteção aos que Padecem de sofrimento Psíquico, em agosto de 1992.

O impacto é sentido no nível de militância que ocorre em todo o Estado do Rio Grande do Sul, com as Conferências Municipais, a Conferência Estadual, com a participação de usuários, familiares e profissionais, que apresentaram, discutiram e votaram propostas para a

continuidades da desinstitucionalização e municipalização, e tiveram na conferência Nacional de Saúde Mental em Brasília, o reconhecimento de que as experiências de Bagé, desde as oficinas de criação coletiva, o residencial terapêutico e as novas lógicas e modos de organização do serviço e conseqüente atendimento, em suas acolhidas abertas, geram teorias e novos saberes no campo do cuidado humano.

Convém lembrar que o processo de avanço e efetivação, foi feito em ampla abertura, em várias frentes de transformações políticas, teóricas e administrativas, cujo desafio sempre era o de reverter a lógica da formação que somente reproduz saberes instituídos, pois de acordo com o registrado na obra de Foucault (1979, p. 69) compreende o “Panóption”, como um laboratório de poder “(...) uma forma de arquitetura que permite um tipo de poder do espírito sobre o espírito; amplamente, uma espécie de instituição que deve valer para escolas, hospitais, prisões, casa de correção, hospícios, fábricas, etc”.

Para uma melhor compreensão do que é o conceito “Panóption”, segundo Foucault (1979, p. 69-70):

O Panoption era um edifício em forma de anel, no meio do qual havia um pátio com uma torre no centro. O anel se dividia em pequenas celas que davam tanto para o interior quanto para o exterior. Em cada uma dessas pequenas celas, havia segundo o objetivo da instituição, uma criança aprendendo a escrever, um operário trabalhando, um prisioneiro se corrigindo, um louco atualizando sua loucura, etc. Na torre central havia um vigilante. Como cada célula dava ao mesmo tempo para o interior e para o exterior, o olhar do vigilante podia atravessar toda a cela; não havia nenhum ponto de sombra e, por conseguinte, tudo o que fazia o indivíduo estava exposto ao olhar de um vigilante que observava através de venezianas, [...] sem que ninguém ao contrário pudesse vê-lo. (FOUCAULT, 1979, p. 69-70)

A lógica era efetivar as capacitações e formações com produção de conhecimento contextualizado, ao inverso do “Panoption”, que segundo Frayze-Pereira (1990, p. 127), “(...) é a utopia de uma sociedade e de um tipo de poder que é, no fundo, a sociedade que atualmente conhecemos – utopia que efetivamente se realizou”, e cientes do compromisso de não repetir uma história excludente, e sim da inclusão, pela integralidade e universalidade, surge a necessidade de socializar o conhecimento produzido no campo da Saúde Mental Coletiva.

Como uma ferramenta e dispositivo dinamizador dos saberes e suas inovações o Fórum Gaúcho de Saúde Mental, em parceria com a Universidade da Região da Campanha, edita a Revista “saúde mental coletiva”, um espaço que surge para “(...) ser o veículo propulsor do trabalho criativo, comprometido e apaixonado de quem luta cotidianamente pela emancipação do ser humano onde viva, lute, ame e labute”, diz Oliveira (1995, p. 01).

A criação da revista deve-se também pelo impacto da amplitude e complexidade dos temas e processos gerados, em permanente e sistemático acúmulo, tensionando as estruturas das instituições, e também como “(...) espaço para o registro privilegiado das experiências dos Municípios e locais que estão transformando a realidade assistencial, e ao mesmo tempo para a denúncia e análise do “leopardismo” – mudar para que tudo siga igual (...)”, explica Oliveira (1995, p. 01).

No presente estudo científico demonstro alguns exemplos da importância da Saúde mental Coletiva durante o período de 1988 a 1994, publicados no Jornal Correio do Sul e das minhas outras experiências, desde estudante de psicologia, presidente do Diretório Acadêmico, como editor do Jornal da Psicologia “Insano”, na coordenação do Encontro Regional de Psicologia da Região Sudeste, na participação no Encontro Nacional de Estudantes de Psicologia (ENEP), na atuação comunitária, no Passo das Pedras

As ressonâncias em Bagé das ações em prol da Luta Antimanicomial, pelo processo da Reforma Psiquiátrica, constituíram a Política Nacional de Saúde Mental brasileira, e que “(...) tem produzido transformações subjetivas e objetivas na vida de homens e mulheres que têm suas experiências de vida atravessadas pela mesma”, afirmam, Andrade e Maluf (2017, p. 813).

A relevância do trabalho vai diretamente em poder comparar os tempos de ontem, com os de hoje, especialmente quando estamos em fase final, felizmente, de um tempo contemporâneo de retrocessos no que diz respeito a gestão Federal, que vem culminando com desmontes das Políticas Públicas, dentre as quais a que esta pesquisa vem procurando apresentar numa metodologia autobiográfica.

Porém, compreendo que o desmonte vem ocorrendo há mais tempo, principalmente em municípios, cujas gestões não favorecem as Políticas Públicas, as quais foram conquistadas para ser um Direito e não para ser um favor.

Este trabalho reúne estudos e pesquisas de produção científica e revisão da literatura, a mesma denominação do componente curricular do Mestrado em Ensino da UNIPAMPA, que é o ativador no processo de avançar o conhecimento dos mestrandos e mestrandas, principalmente no delimitar os passos, ou seja: estabelecimento das hipóteses ou questões de pesquisa; amostragem ou busca na literatura e respectivos bancos digitais disponíveis; categorização dos estudos; avaliação dos estudos incluídos na revisão; interpretação dos resultados, e síntese dos conhecimentos ou apresentação da revisão.

Contudo, há um outro olhar, resultado do integrar, principalmente metodologias que ampliam a nossa compreensão do que é ser pesquisador, pesquisadora. No presente

experimento, é o caso da reflexão teórico-metodológica sobre as narrativas (auto)biográficas (PASSEGI; VICENTINI; SOUZA, 2013), já descrito acima, pois houve a oportunidade e possibilidade, muito além da adversidade mundial do momento, inscrever-se e ousar assimilar conhecimentos produtores que nos instigam a busca do poder da ciência ser história e fazer nossa história, obviamente com o caráter mais ampliado, com foco, estudos e muita dedicação.

Considera-se que a partir dos estudos, pesquisa e esforços empreendidos, desde o acesso as bases de dados, o levantamento e os resultados obtidos, os artigos e teses, conforme os descritores, o presente trabalho corrobora e efetiva com o que foi proposto a partir da sumarização e da descrição prévias. Consolidou que a pesquisa em sua metodologia autobiográfica de levantamento, perfaz, sim, um caminho que liga e alinha o que há em comum nas relações dos temas analisados.

Seguem os questionamentos, embora não façam parte deste estudo diretamente, de qual é o estado atual da saúde mental e das instituições diretamente ligadas ao seu atendimento no município de Bagé? De que forma a atenção dada à problemática da saúde mental está atrelada a determinações políticas e ideológicas?

As hipóteses são muitas, e dentre elas podemos destacar que os avanços são históricos. Em 2001, após mais de dez anos de tramitação no Congresso Nacional, é sancionada a Lei nº 10.216 que afirma os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Torna-se uma política de estado. Na década de 2000, com financiamento e regulação tripartite, amplia-se fortemente a rede de atenção psicossocial (RAPS), que passa a integrar, a partir do Decreto Presidencial nº 7508/2011, o conjunto das redes indispensáveis na constituição das regiões de saúde. Assim, o Ministério da Saúde (Brasil, 2004) indica que, na constituição de rede, devem participar “todos os recursos afetivos (relações pessoais, familiares, amigos, etc.), sanitários (rede de saúde), sociais (moradia, trabalho, escola, esporte, etc), econômicos (dinheiro, previdência, etc), culturais, religiosos e de saúde nos esforços de cuidado e reabilitação psicossocial”.

E, se temos toda a estrutura física, de pessoas, de saberes, etc., qual é o impacto desse aparato de saber tecnológico para uma intervenção resolutiva, na promoção da qualidade de vida e cidadania dos que são assistidos e beneficiários da Política Pública da Saúde Mental?

Historicamente, como são aferidas as práticas de cuidado entre o período de 1988 e 2001, sabendo-se que diferentes gestores passaram pelo município de Bagé, e como efetivaram ou consolidaram no contexto real as Políticas Públicas Sociais, em especial a de Saúde Mental Coletiva? E o que está vivo na memória “individual” e “coletiva” dos gestores das Políticas

Públicas Sociais (saúde, saúde mental, assistência social, educação, habitação, desenvolvimento rural e outras), sobre as distintas estratégias e modos de cuidados com suas populações alvo? E como ocorre o permear do ensino dessas práticas? Somente na Universidade? E no campo do trabalho de cada um dos operadores do sistema de saúde, assistência social, educação, etc.?

Podemos levantar a hipótese de que é uma questão de gestão, pois o mundo político, principalmente o partidário, pode não habilitar para o conhecimento orgânico e prático do fazer acontecer as Políticas Públicas no território de sua abrangência. Mas, e os técnicos, trabalhadores sociais, aprovados em concursos, com excelentes notas? Lutam por aplicarem o ensinamento de distintos saberes e lógicas de mudança, de afirmação de direitos e deveres? Ou, como hipótese, apropriam-se da “posse” que lhes foi dada, e daí passam a “lutar” pelo que consideram seus direitos de simplesmente manterem seus “atendimentos” “burocratizados”, com pinturas de “paisagens politicamente corretas”, porém na prática real, descompromissados com a Política Pública Social pela qual tanto estudaram para o concurso? Mas não aplicam minimamente o que lhes foi ensinado e estudado. Qual é o medo institucionalizado que impede esses “protagonistas”, trabalhadores das políticas públicas, em moverem a estrutura dos seus conhecimentos em prol de uma comunidade, onde estamos todos incluídos? Os questionamentos vão além do próprio tema e sua ênfase, mas são conexões da complexidade de quem busca o pensamento e ação integral, existem, mesmo que no momento seja necessário um recorte delimitado e intenso. O jornal em estudo, apresentam que tipo de relato histórico e pedagógico, num viés de promoção humana, com análise crítico-transformadora da realidade sócio sanitária?

Os resultados, se é que posso assim definir, o que me faz pensar que preciso ser orientado para tal, são as reflexões, constatações e comparações, compreendendo as diferentes épocas, lugares e contextualizações, e as pessoas e fatos que contextualizavam a época.

Me é difícil, separar resultados como se quisesse fragmentar um bolo depois de pronto, pois a subjetividade que constitui cada tempo e espaço por vezes não produz um efeito visível imediato, no entanto tal qual uma boa semente, germina em épocas que se protagonizam como únicas, com contrastes coletivos de benefícios.

O próprio processo de reunir os dados da fonte primeira, que na verdade está inserida no meu próprio processo de existir, que se tornou (auto)biográfico, e todos os outros elementos constituintes do processo da minha existência, considero, até então, um resultado, que continua sendo uma experiência que está dando certo.

Numa análise do processo autobiográfico das vivências e experiências, o exercício do meu processo de existência, que ora busco registrar como escrituras do meu próprio trajeto de envolvimento e engajamento acadêmico e profissional, condiz com a parceria que me fiz ser, autobiográfico, com a inclusão da estratégia para ser feliz de modo singular e coletivo. Por isso, importante é, fazer alinhamento com a moldura da trama da história que enfatizo, pois, “esses traços de escrituralidade que possui em comum com a narrativa, o testemunho acrescenta traços específicos ligados à estrutura de troca entre aquele que o dá e aquele que o recebe (...)”, aponta Paul Ricœur (2007, p. 177).

Assim me sinto, como um arquivo vivo, com intensidade, afetivo, com vontade, cujos pensamentos jorram, e muitas vezes, tornam-se um simples balbucio, sem que a tradução seja explícita. No entanto, é parte da análise, tanto de uma experiência, vivida, sempre atitudes de atenção plena e integral, tanto quanto, os princípios e diretrizes fundamentais de quem luta e é ativista de uma Política Pública de Saúde, de Saúde Mental, cujo desafio é sempre construir interfaces que impactem no aprimoramento e qualidade de um Sistema Único de Saúde, com qualidade. Considero que isso é um estar de “(...) “consciência completa, ativa”, incluindo não só o pensamento, como também o sentimento”, (SCOTT, 1999, p.10).

Para concluir e considerar, tudo começou a partir da banca de qualificação do projeto de pesquisa, momento em que as professoras apreciadoras fizeram suas importantes sugestões no sentido de aprimorar o trabalho. A professora Ana Cristina sugeriu manter o foco e contribuiu com o título - A História da Saúde Mental pelas Páginas do Jornal Correio do Sul: uma mirada na Educação da década de 1990 no município de Bagé. Denominação que considerei importante, assim como seus apontamentos.

Por sua vez, a professora Suzana Cavalheiro de Jesus realizou suas apreciações e considerou que o projeto apresentava fragmentos metodológicos de uma narrativa autobiográfica, tendo em vista as experiências e narrativas do pesquisador.

Um turbilhão de memórias, por reminiscências, lembranças, um bojo de experiências, com dores e delícias, sabores bem degustados, em suas intensidades. Muito além de um interesse em simplesmente contar uma história, com muitos personagens, mas sim do constituir-se com uma teoria e prática, sempre junto, em prol de um desenvolvimento que se fez sistêmico, crítico. Escolhi ser psicólogo, trabalhar na Saúde Mental Coletiva, um trabalhador do campo social, por uma questão de gosto, de querer aprender e ao saber fazer o melhor, sempre, por um segmento que considero essencial, o humano, nosso de cada dia.

O estar comigo, é antes de mais nada, é estar numa ambiência da própria gestão de si, dos elementos que contribuem para a formação cidadã, que é uma formação integral, plena, no sentido de ir além do simples ponto de vista individual e narciso, mas de compreender a dimensão humana e contextual das existências, e porque delas, raras assim.

A força da minha existência (FREIRE, 1999, p. 98), foi participar e colaborar com a construção da Políticas Públicas, no estar lado a lado, com a minha própria vida, que se faz existir de forma madura, com exemplos de bom funcionamento e maturação (FROMM, 1991, p. 139), pois se eu me vejo, eu me leio, eu me corrijo, eu me transformo.

A mirada dessas vivências, constituem um processo de coragem e superação, a cada tempo e espaço, com valorização dos saberes, dos ideais, do próprio conhecimento que se dá a conhecer e que se faz conhecer por sua função precípua, de ser benéfico. Nesse processo de encanto, fala o respeito pelo ser humano, em seus contextos, à ética interior com investimentos na autotransformação da educação para mudanças de posturas, atitudes, fazendo com que a educação seja uma prática desinstitucionalizante. No caminho existencial, a criatividade, o teatro, a dança, o canto, a arte-educação, com seus poderes simbólicos e constituintes de um imaginário e corporeidades, provocando leituras e releituras, a partir da realidade e o interesse pela integração e inquietação advindas com os determinismos históricos e suas desresponsabilizações.

O constante estreitamento entre a teoria e a prática, faz acreditar que o conhecimento aliado a prática gera mudanças na realidade, com o pensamento estratégico, técnico, político e administrativo, formam um tripé sustentável e epistemológico à superação pela mudança em cada um de nós. Por olhos e mãos, numa leitura crítica da realidade, contextualização das práticas das políticas de transformações sociais que ocorrem pela mobilização e conscientização de cada um, cujo impacto pode ser coletivo nosso.

No momento, o meu processo, autobiográfico e memorialístico, da qual tento descrever, é de uma educação vivencial, sempre no desafio e interesse pelo conhecimento para melhorar as atitudes e ações do “Ser, gente, pessoa”. Concebo o conhecimento como possibilidade da base estrutural, dos que se esforçam para tornarem-se pessoas, estímulo à que cada um realize em si, o seu melhor potencial humano, o que de fato, com certeza, refletirá no seu entorno. Conhecimento, saberes, poderes. Se bem conjugados, em sua formação, potencializam a visão e ampliação da vida, para um conviver e respeitar as diferenças sem perder seu próprio norte. Os múltiplos processos, tanto na aquisição de conhecimentos e na reflexão da prática desses,

tem o sentido de despertar o do outro, dos outros, retornando num movimento dialógico à nossa humanidade, em benefícios e desenvolvimento.

A vivência me faz sentir a educação como sendo o “pão, a água e o vinho”, enquanto possibilidade da construção da sabedoria, que como o próprio alimento contém os elementos que nutrem nosso corpo físico, e mental. Então, a própria refeição da educação em sua sabedoria primordial, deve ser servida – aplicada -, incentivada e alimentada no cotidiano de todos (os) nós. Sinto que os “tempos e espaços” sempre me possibilitam “interagir”, “*intersubjetivar*” e “*interobjetivar*”, atitudes “interdisciplinares” e “transdisciplinares”, além dos sujeitos, dos objetos e das relações. A educação vivencial em suas existências sempre me foi uma possibilidade de ampliação da visão de mundo ético, o que por sua vez já amplia a condição qualificada da gestão, que na verdade é o movimento da autogestão e cogestão. Sinto a certeza, sempre presente, de que socializar o saber é livre ser, com conscientização da cidadania além de direitos, mas também de deveres.

Num olhar mais avançado percebia e sentia que a limitação das práticas ocorre por limitação do pensamento, e a educação, sinto como possibilidade de mudança nas representações sociais e culturais e daí a transformação. Capacidade de a partir de mim, ir ao outro, e os outros serem agentes da própria mudança e dos tempos e espaços de vida por onde circulam.

Essas inserções cotidianas fazem pensar que os processos de informação, formação e conhecimentos, geram saberes com desejo de saber formar pessoas para serem sujeitos reflexivos, críticos, protagonistas de mudanças pela promoção a partir de cada um, de suas próprias cidadanias, dentro de uma concepção da inteireza da palavra e da incorporação das atitudes que assim corresponde.

Educar a ação de seres que se fazem livres da manipulação, e obviamente sujeitos de seus próprios processos. Assim como é a grande responsabilidade dos que se propõem a trabalhar pelo “bem comum”. As transformações a partir do indivíduo afetam o outro e a visão será diferenciada a partir do olhar de quem está à frente das ações.

13 CAMINHOS MÚLTIPLOS, PARA NÃO CONCLUIR...

A partir das minhas narrativas, amplio os horizontes, de que o resultado, constituído em uma escritura (auto)biográfica, o que já está com certeza consagrado no campo das fontes de análise documental, o “jornal”, neste caso, o impresso, que é um veículo de comunicação social, que até então estava inserido numa “(...) sociedade *midiada* e uma cultura *midiada* (...)” diz Thompson (1995), e de acordo com Pedrinho Guareschi (2005, p. 82): “não há instância de nossa sociedade, nos dias de hoje, que não tenha uma relação profunda com a mídia, começando pela economia, passando pela educação, religião, etc., e chegando, de maneira profunda, à própria política”.

Essa fonte primeira, como assim denominei promoveu um resultado de reflexão teórico-prático e metodológico, tendo em vista que possibilitou o pesquisador revisitar o memorial do gênero notícia de jornal e seu contexto de produção e circulação, especialmente as funções sociais e as vozes sociais (ALVES FILHO, 2011, p. 93), pela Luta Antimanicomial.

O ato de pesquisar, selecionar, ler, refletir, analisar, resultou num processo de concepção da cultura de um tempo e espaço, cuja memória e identidade interagiram, tanto na divulgação de um processo de transformação e na observação de “(...) um relativo consenso entre os pesquisadores em admitir que essa seja uma construção social, de certa maneira sempre acontecendo no quadro de uma relação dialógica com o *Outro*”. (CANDAUI, 2014, p. 09)

Desse modo, as fontes, referências das narrativas (auto)biográficas demonstram a mobilidade e visibilidade do pesquisador, que recorre as suas matérias jornalísticas, ao engajamento no movimento de luta antimanicomial, e a trajetória histórica de como se configuram suas atividades acadêmicas, laboral e exercício profissional, paralelo ao ativismo social, como construtor de um espaço e tempo.

Posso dizer que a pesquisa mobilizou neste pesquisador, uma releitura teórico-técnico-prática e metodológica, especialmente no rememorar caminhos, devido a ser um sujeito, cuja mobilidade é múltipla, em diferentes e variados espaços sociais, tendo como aprendizado o aguçar por verificar e identificar os fragmentos e sopros de suas próprias narrativas (auto)biográficas. Isso permite e possibilita um sair da invisibilidade e constatar um legado de atenção e cuidados, na, e pela vida, pela educação, pela saúde e pela justiça social, em seus textos e contextos adversos.

Ao considerar as narrativas, compreendo que requer por parte deste pesquisador, o que é um resultado, o aprimoramento de um olhar pedagógico, cada vez mais, de cuidado, reflexão, estudo, crítico, com capacidade de transitar no mundo dos sentidos.

As fontes estudadas e analisadas falam de um contexto, cujas adversidades presentes, eram enfrentadas com olhares e propostas raras e genuínas, até com certa ingenuidade, face ao que contemporaneamente experimentamos e vivenciamos nos campos dos poderes.

Dentro desta conclusão, percebo que analisar, identificar e expor pareceres em minhas próprias narrativas (auto)biográficas não é uma tarefa fácil. Complexa é a palavra mais indicada como resultado, pois o lembrar, por um lado, te faz sentir a força da coerência, mantida na trajetória da existência, pelos valores, virtudes e ideais cultivadas.

Outro dado revelado é o quanto o tempo te distancia, no “aqui e agora”, dos que vivem na mesma época, ano. Faz pensar que pode ocorrer seletividades, mesmo em tempos de pluralidades.

Os resultados estão contidos na percepção de que o ensino e a aprendizagem são dispositivos de um processo de maturação, em que somente os que decidem e escolhem o mergulhar na sua própria educação, com desvelo e comprometimento, conseguem enxergar a luz do outro e conseqüentemente o seu próprio iluminar, emancipado, autônomo e solidário, principalmente.

A possibilidade de reconhecer e evocar a memória, a partir de uma fonte, que se se tornou referência histórica para múltiplos caminhos, desdobramentos e nuances de um movimento social, pela reforma psiquiátrica, é resultado, tanto da implicação individual e coletiva, cuja estratégias promoveram subjetividades e saberes para uma nova atitude da ciência, que se fez memória, também, pois de acordo com CANDAU (2014, p. 09):

O consenso existe igualmente em reconhecer que a memória é, acima de tudo, uma reconstrução continuamente atualizada do passado, mais do que uma reconstituição fiel do mesmo: “a memória é de fato mais um enquadramento do que um conteúdo, um objetivo sempre alcançável, um conjunto de estratégias, um ‘estar aqui’ que vale menos pelo que é do que pelo que fazemos dele”. (CANDAU, 2014, p. 09)

Resultou também, no pacto e impacto (LEJEUNE, 2008, p. 71), de um movimento que teve sua escritura nas mentes e corações das pessoas que assim constituíram olhares e práticas para um mundo melhor e com menos fabricas da loucura capital.

Os efeitos estão muito além das notícias, que tiverem e possuem uma função relevante, mas o estratégico é que o movimento em saúde mental, desde o território de Bagé, com suas

propostas utópicas e revolucionárias (AMARANTE, 1995, p. 121), tornou-se ele próprio, um coletivo documental presente, face a sua permeabilidade, desde o legislativo, executivo e judiciário. Instâncias de Poder, inclusive na transformação das Leis e Normas que nos orientam para um conviver humano digno e civilizado. E esses efeitos, resultaram nas propostas e possibilidades de um olhar para os currículos das escolas e das instituições de ensino superior e de formação, pois: “a prática escolar que podemos observar num momento histórico tem muito a ver com os usos, as tradições, as técnicas e as perspectivas dominantes em torno da realidade do currículo num sistema educativo determinado”, diz Sacristán (2000, p. 09).

O resultado obtido neste estudo científico, a partir das narrativas detecta que a luta antimanicomial permeou e transcendeu os espaços de procedimentos meramente tarefairos e burocráticos, e possibilitou o conhecimento da dinâmica e funcionamento de tecnologias resolutivas, tanto para um município, estado ou país, mesmo sendo cientes de que: “é difícil mudar a estrutura, e é inútil fazê-lo sem alterar profundamente seus conteúdos e seus ritos internos”, explica Sacristán (2000).

Consta também, como resultado desta pesquisa, a identificação da visibilidade e da intersectorialidade provocada pelas ações da Saúde Mental Coletiva com seus atores sociais, pois muito além de reunir um determinado número de profissionais de diversas áreas e segmentos sociais, promovia também a interdisciplinaridade, fato presente nas relações, tendo em vista que: “(...) estas dimensões, construtivista e interacionista, são complementares e estão dinamicamente imbricadas, indicando que a construção do conhecimento depende da qualidade das interações entre sujeito e objeto, sujeito e meio”, afirma Moraes (2004, p. 287).

Ao mesmo tempo, constato que este estudo, demonstra muitos resultados, aos quais com certeza, promoverão outras pesquisas e consequentes dados novos, pois as narrativas (auto)biográficas revelaram-se um método, cujas formas e conteúdos se apresentam diversificadas e múltiplas, com possibilidades de constituir riquezas de detalhes vivenciais exemplares.

Digo isso, baseado no fato de que o método (auto)biográfico produziu no meu ser e estar, principalmente pelo incipiente conhecimento que tenho, de um narrar artesanal, se é que posso dizer isto, já dizendo. De um pesquisador, autor dos próprios fragmentos narrativos, identificados e pesquisados, que configuram o meu modo de constituição, tanto pessoal, singular, de identidade, de memória/* e coletivo, “(...) admite-se geralmente que memória e identidades estão indissolúvelmente ligadas” (CANDAU, 2014, p. 10), junto a um grupo, que

representou e representa a transformação e efetivação de uma Política Pública de Saúde Mental e da própria construção do Sistema Único de Saúde, com seus projetos, programa e ações.

Hoje, ao rememorar passagens dos eventos, ocorridos, em outros tempos e espaços, e remexer no baú da memória, tanto com suas impressões subjetivas, quanto nos fragmentos práticos mais recentes, desde as minhas primeiras formações, junto com atividades anteriores, como as laborais, busco trazer à tona, respostas. Mesmo que para essas não houvessem perguntas, mas que no decorrer da pesquisa, exemplo da antropologia, “(...) a partir de uma forma individual – um ser humano – que é um dado imediato do *cogito*, mas também de toda a experiência intersubjetiva, passa-se para formas coletivas, nas quais a existência e essência são problemáticas e demandam sempre uma confirmação” (CANDAUI, 2014, p. 10).

As narrativas e suas respectivas fontes, seja do jornal, do próprio autor pesquisador, do folder, representam e revelam a marca da qualidade de um determinado tempo, que traduz também o esforço e a confiança do pesquisador, tanto nas escrituras, como no sentido que essas narrativas construídas passam a ser suas e (auto)biográficas, tendo em vista sua implicação e pertencimento, tanto a ambiência memorial e ao tempo. Como diz Ricœur (2007, p. 37) “(...) os atos de recordação se produzem quando uma mudança sobrevém após outra. Assim, a iniciativa da busca está na dependência de um “poder buscar” que é nosso”.

Os resultados estão diretamente imbricados na proposta da pesquisa, que revelou dados ativadores com possibilidades de informação, de interpretação e consequente transmissão, com aprendizagens de novas inserções de cuidados e mudanças pedagógicas, às quais forma sofrendo modificações estruturantes desde o modo de pensar e de agir, tanto na abordagem como no conteúdo de significações que decorrem dos próprios registros das narrativas (auto)biográficas.

Na conclusão deste estudo (auto)biográfico, considero que as narrativas traduzem e retratam uma ideia, cuja configuração perfazem um universo de valores éticos, estéticos, virtudes constituintes da minha formação humana, e da minha identidade, inclusive ideológica, com sentido e significado individual e coletivo, comprometimento e engajamento em projetos e propostas elevadas.

Sugiro a ampliação e desta pesquisa Dissertativa, para compor outros estudos, principalmente no que diz respeito ao campo da História da Educação, desde o ensino fundamental, médio, graduação e pós-graduação.

Face ao esboço desta escrita narrativa, o desafio é elevado, pois estou e sou, ainda, aprendiz das narrativas (auto)biográficas, que com certeza, já me ganharam e me convocam.

Narrativas (auto)biográficas são vibrantes e fazem com certeza, que o vivo, que habita em mim, seja e tenha uma existência e resistência perante as perplexidades do tempo de 2023.

A participação política em suas diferentes intervenções deve ocorrer com exemplo das práticas e formas que inspirem a efetivação da mudança da realidade. Para dar continuidade em outros tempos e espaços em educação o limite é o preconceito – a não abertura para o aprendizado do novo. Como diria Heidegger, “o vir a ser pela educação”. Por isso, estou a refletir, no Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico em Ensino, da Universidade Federal do Pampa, linha de pesquisa “Perspectivas epistemológicas e pedagógicas plurais, inovadoras e inclusivas”.

Mesmo sem concluir, a presente pesquisa, em seu recorte, o que sinto, como um passo a passo, pelas linhas das narrativas autobiográficas, as quais reconstituem e constituem histórias cujos dispositivos resultados, permeiam e se inserem na construção da História da Educação. Pois somos, sou, um fio com trajetória histórica, que obviamente tece a rede da própria história, as quais se misturam no tear de tantas outras histórias, dentre elas, a da Educação, e conseqüente transformação, em uma cultura, que inundará as escolas, as universidades e os centros de formação humana e profissional.

14 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. (Org.) **A aventura (auto)biográfica: teoria e empiria.** – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

ALVES FILHO, Francisco. **Gêneros jornalísticos: notícias e cartas de leitor no ensino fundamental.** São Paulo: Cortez, 2011.

AMARANTE, Paulo (Org.). **Psiquiatria social e reforma psiquiátrica.** Manginhos, RJ: FIOCRUZ, 1994.

AMARANTE, Paulo (Coord.). **Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica.** Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1995.

AMARANTE, Paulo (Org.). **A loucura na (da) história.** Seminário sobre História da Psiquiatria, Encontro de Estudos e Pesquisas em História da psiquiatria, Psicologia e Saúde mental. Rio de Janeiro, LAPS/ENSP/FIOCRUZ, 2000.

ANDRADE, Ana Paula Müller de; MALUF, Sônia Weidner. Experiências de desinstitucionalização na reforma psiquiátrica brasileira: uma abordagem de gênero. **Interface, comunicação saúde educação**, 2017.

ANGELIDES, Sophia. **Carta e literature: Correspondência entre Tchêkhov e Górgi.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

ANDRÉ, Marli E.D.A. **Etnografia da prática escolar.** 2 ed. Campinas/SP: (sine nomine), 1995.

ARAÚJO, Camila Almeida de. Ofertam-se serviços: anúncios de professores no jornal O Publicador (1864 – 1885), na província da Paraíba. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (PPGE/UFPB), 2015.

BAUER, Martin. W.; GASKEL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático.** Petrópolis: Vozes, 2002.

BARTHES, Roland. **Aula** – São Paulo: Editora Cultrix, 1978.

BATISTA, Roseli Araújo. **Mídia & Educação: teorias do jornalismo em sala de aula.** Brasília, Thesaurus Editora, 2007.

BICA, Alessandro de Carvalho. A Organização da Educação Pública Municipal no Governo de Carlos Cavalcanti Mangabera (1925 – 1929) no município de Bagé/RS. **Tese.** Programa de Pós-Graduação em Educação, UNISSINOS. Cidade, 2013.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos.** tradução de Carlos Nelson Coutinho. Nova Ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. SVS/CN-DST/AIDS. *A política do ministério da saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas*. 2ª ed. rev. ampl. Brasília. 2004b.

BRASIL, Ministério da Saúde. Guia prático de matriciamento em saúde mental. Brasília, DF: Ministério da Saúde: Centro de Estudos e pesquisa em Saúde Coletiva, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Cadernos de atenção básica, nº 34: saúde mental – Brasília. 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. Cadernos de atenção básica – saúde mental. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde mental. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. Trad. Maria Letícia Ferreira. – São Paulo: Contexto, 2014.

CALLIGARIS, Contardo. **Cartas a um jovem terapeuta**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

CAMINI, Isabela. **Cartas Pedagógicas**: aprendizados que se entrecruzam e se comunicam. Porto Alegre: ESTEF, 2012.

CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa; ALMEIDA, Isabella silva de. Análise sobre a constituição de uma rede de saúde mental em uma cidade de grande porte. Disponível em <https://www.scielo.br/j/csc/a/kg7bV9C4rS8nxsbf5PCkQmN/?format=pdf&lang=pt> Acesso em 20 ago 2022

CARPES, Jussara Hockmuller. RODRIGUES, João Bosco; VIEIRA, Lúcia Azambuja Saraiva. Centro de Estudos Sociais Contemporâneos: da utopia à construção. **Revista do Fórum Gaúcho de Saúde Mental/Universidade da Região da Campanha – URCAMP**, Bagé, RS, Ano II, nº 2, 1995.

CECCIM, Ricardo Burg; FERLA, Alcindo Antônio. **Educação e saúde: ensino e cidadania como travessia de fronteiras**. Disponível em <https://www.scielo.br/j/tes/a/VdPNdYy66RSD7QwqWVHYsxj/abstract/?lang=pt> acesso em 10 jul 2022

CECCON, Claudius; OLIVEIRA, Miguel Darcy de; OLIVEIRA, Rosiska Darcy. **A vida na escola e a escola da vida**. 24ª ed. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1992.

CERVANTES DE SAAVEDRA, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha**. Tradução dos viscondes de Castilho e Azevedo. – São Paulo: Abril Cultural, 1978.

CHAUI, Marilena de Souza. **O que é ideologia**. 6ª ed. Editora Brasiliense: São Paulo, 1981.

CONCHE, Marcel. **Orientação filosófica**. Prefácio André Comte Sponville; tradução Maria José Perillo Isaac. – São Paulo: Martins Fontes, 2000.

COMTE-SPONVILLE, André. **Pequeno tratado das grandes virtudes**. Tradução Eduardo Brandão. - São Paulo: Martins Fontes, 1995.

COMTE-SPONVILLE, André. **Viver**. Tradução Eduardo Brandão. - São Paulo: Martins Fontes, 2000.

DAWKINS, Richard. **Fome de saber**: a formação de um cientista: memórias. – 1ª ed. – São Paulo: companhia das Letras, 2015.

DEWEY, John. **Experiência e educação**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

DINIZ, Debora; BRITO, Luciana. “Eu não sou presa de juízo, não”: Zefinha, a louca perigosa mais antiga do Brasil. Disponível em <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/YchCDPPqfZFGj9m9kkgBpbd/abstract/?lang=pt> Acesso em 20 maio 2022

FAZENDA, Ivani (Org.). **Dicionário em construção**: interdisciplinaridade. São Paulo: Cortez, 2001.

FAZENDA, Ivani (Org.). **Didática e interdisciplinaridade**. – Campinas, SP: Papirus, 1998. (Coleção Práxis)

FAGUNDES, Sandra Maria. Águas da pedagogia da implicação: intercessões da educação para políticas públicas de saúde – **Dissertação** (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. Porto Alegre 2009.

FIGUEREDO, Raiza Barros de; SCOTT, Joan. A noção de experiência para a compreensão do gênero nas pesquisas em Psicologia. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10. **Anais Eletrônicos...** Florianópolis, 2013. Disponível em <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br> Acesso em 07 de jul de 2022

FILIPPON, Jonathan G. Queen Mary & University of London, Centre for Primary Care and Public Health. Londres, Inglaterra. Endereço eletrônico: jonathanfilippon@gmail.com
KANTORSKI, Luciane Prado, Universidade Federal de Pelotas, Faculdade de Enfermagem. Pelotas-RS, Brasil. Endereço eletrônico: kantorski@uol.com.br
SAEKI, Toyoko Universidade de São Paulo, Faculdade de Enfermagem de Ribeirão Preto. SP, Brasil. Endereço eletrônico: maryto@eerp.usp.br

FILIPPON, Jonathan G.; KANTORSKI, Luciane Prado; SAEKI, Toyoko. Democracia e conquista: Saúde Mental como política pública municipal. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 25, p. 187-208, 2015.

FÓRUM GAÚCHO DE SAÚDE MENTAL/UNIVERSIDADE DA REGIÃO DA CAMPANHA/PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. **Revista Saúde mental coletiva**. Bagé, RS, Reedição ano I, nº 1, CECOM, 1993.

FÓRUM GAÚCHO DE SAÚDE MENTAL/UNIVERSIDADE DA REGIÃO CAMPANHA. **Revista saúde mental coletiva**. Bagé, RS, ano II, nº 2, CECOM, 1995.

FÓRUM GAÚCHO DE SAÚDE MENTAL/UNIVERSIDADE DA REGIÃO CAMPANHA. **Revista saúde mental coletiva**. Bagé, RS, ano III, nº 3, CECOM, 1997.

FOUCAULT, Michel. (1969). **A arqueologia do Saber**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Doença mental e psicologia**. Biblioteca Tempo Universitário 11. Petrópolis, RJ: Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal. 1979.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. – 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense-Universitária. 1987.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. – 19ª ed. - Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Trad. Ligia M. Pondé Vassalo – 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1989.

ROTELLI, Franco *et al.* Desinstitucionalização, uma outra via. *In: NICÁCIO, Fernanda (Org.). Desinstitucionalização*. São Paulo: Hucitec, 1992.

FRAYZE-PEREIRA, João Augusto. Sorriso da loucura a propósito dos vestígios de Arthur bispo do Rosário). *In: Nome do Evento: São Paulo, 199. Anais...* Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/000825717> Acesso em 10 fev 2023

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança – Um Reencontro com a Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. GUIMARAES, Sérgio. **Lições de casa: últimos diálogos sobre educação**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. – 59ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

FROMM, Erich. **A arte de amar**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1991.

GAMA, Jairo Roberto de Almeida. Um estudo histórico e conceitual sobre a clínica da reforma psiquiátrica brasileira. **Tese**. Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2008.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002

GOMES, Maria Laura Magalhães. Escrita autobiográfica e história da educação matemática. *Bolema*, Rio Claro (SP), v. 26, n. 42a, p. 105-137, abr. 2012.

GUARESCHI, Pedrinho. **Psicologia social e crítica: como prática de libertação**. 3ª ed. – Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

HOBBSAWN, Eric. **A volta da narrativa**. São Paulo: companhia das Letras, 1998.

JACÓ-VILELA, Ana Maria; CERESO, Antônio Carlos; RODRIGUES, Heliana de Barros Conde (Orgs.) **Clio-Psyché paradigmas: historiografia, psicologia, subjetividades**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, FAPERJ, 2003.

KEY, Wilson Bryan. **A era da manipulação**. tradução de Iara Biderman -1ª edição, Editora Página Aberta Ltda.: São Paulo, 1993.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**. De Rousseau a Internet. Belo Horizonte: EdUFMG, 2007. Col. Humanitas.

LEJEUNE, Philippe. **O pacto autobiográfico**: de Rousseau à internet. (Org.) NORONHA, Maria Gerheim. tradução de Jovita Maria Gerheim Noronha, Maria Inês Coimbra Guedes. – Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LIMA, Nísia Trindade. História da Loucura (Org.) Paulo Amarante. **A loucura da história**: seminário sobre história da psiquiatria, Rio de Janeiro, LASP/ENSP/FIOCRUZ, 2000.

MAIA, Ana Maria Rosete; COSTA, Eliani; PADILHA, Maria Itayra; BORENSTEIN, Miriam Süsskind. **Pesquisa Histórica**: possibilidades teóricas, filosóficas e metodológicas para análise de fontes documentais, 2011. Disponível em: http://www.abennacional.org.br/centrodememoria/here/n3vol1_reflexao.pdf Acesso em 10 jan. 2014.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **O alienista**. – Porto Alegre: L&PM, 1998.

MELO, Patrícia Bandeira de. Um passeio pela História da imprensa: o espaço público dos grunhidos ao ciberespaço. **Comunicação e Informação**, v. 8, n. 1, p. 26-38, jan/jun. 2005. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/ci/article/view/24592> Acesso em 20 out 2022

MENDES, Karina Sal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos; GALVÃO, Cristina Maria. **Revisão integrativa**: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O poder de fazer história divulgando ciência**. Disponível em https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:T6KHn1_lti0J:https://www.scielo.br/j/csc/a/8LqDNd5jLkbvm9Y5tKjLFvt/%3Flang%3Dpt&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br Acesso em 27 mar 2023

MORAES, Maria Candida. **Pensamento eco-sistêmico**: Educação, aprendizagem e cidadania no século XXI. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa. O pensamento de Foucault e suas contribuições para a educação. **Educação e sociedade**. Campinas, vol. 26, n. 90, p. 309-313, jan./abr. 2005. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em 25 maio 2022

MORIN, Edgar. **Método 01**: a natureza da natureza. Porto Alegre, RS: Sulina, 2005.

MORIN, Edgar. **Meu caminho**: entrevistas com Djénane Kareh Tager; tradução Edgard de Assis Carvalho, Mariza Perassi Bosco. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. **Ecce homo: de como a gente se torna o que a gente é**; tradução, organização e notas de Marcelo Backes. – Porto Alegre: L&PM, 2002.

OLIVEIRA, Delvo Candido Rodrigues de. **Editorial da Revista de Saúde mental coletiva/Revista do Fórum Gaúcho de Saúde Mental Coletiva**. Universidade da Região da Campanha, Bagé, Ano II, nº 2, 1995.

OLIVEIRA, Delvo Candido Rodrigues de. **Editorial Revista Saúde Mental Coletiva Fórum Gaúcho de Saúde Mental**. Universidade da Região da Campanha, Bagé RS, ano II, nº 2 CECOM, 1995.

OPAS/OMS – Organização Pan-americana da Saúde/Organização Mundial da Saúde. **Relatório sobre a saúde no mundo: Saúde mental no mundo; nova concepção, nova esperança**. Suíça, Gráfica Brasil, 2001.

PASSEGI, Maria da Conceição; VICENTINI, Paula Perin; SOUZA, Elizeu Clementino de. (orgs.) **Pesquisa (auto)biográfica: narrativas de si e formação**. – 1ª ed – Curitiba, PR: CRV, 2013.

PASSEGI, Maria da Conceição. A experiência em formação. **Educação**, Porto Alegre, v. 34, nº 2, p.147-156, maio/ago.2011. Disponível em <https://revistaseletronicas.pucrs.br/> Acesso em 20 out 2022

PAULON, Simone; NEVES, Rosane **Saúde mental na atenção básica: a territorialização do cuidado**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

PEREIRA, Rosemary Corrêa. Políticas de saúde mental no Brasil: o processo de formulação da lei de reforma psiquiátrica (10.216/01). Rio de Janeiro: s.n., 2004. 244 p. Orientador: Amarante, Paulo Duarte de Carvalho Tese de Doutorado apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública.

PITTA, Ana Maria Fernandes. Um balanço da Reforma psiquiátrica Brasileira: instituições, atores e políticas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2011, v. 16, n 12, p. 4579 – 4589.

PORTER, Roy. **Uma história social da loucura – análise de textos autobiográficos de: Artaud, Schreber, Sylvia Plath, Freud, Blake, Schumann, Nietzsche, Nijinsky e outros**. Trad. Angela Melim. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

REVISTA QUADRIMESTRAL DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO. Pedagogia do oprimido – educação do colonizador. **Educação & sociedade**, Cortez & Moraes/CEDES, Milesi Editora Ltda. São Paulo, ano I, nº 3, maio de 1979.

REVISTA QUADRIMESTRAL. **Entrelinhas/Publicação do conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul**, Ano XXII, nº 90, Porto Alegre, RS, 2022.

RIBEIRO, Mirela Meira. Metamorfoses pedagógicas do sensível e suas possibilidades em oficinas de criação coletiva. **Tese** (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2007.

RICCEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, São Paulo: Editora Unicamp, 2007.

ROCHA, Angelina Oliveira; ROCHA, Ubirajara Mendonça; MAGALHÃES, Carlos Antonio S. A trajetória Bageense no contexto da Saúde Mental Coletiva – **Revista do Fórum Gaúcho de Saúde Mental**. Universidade da Região da Campanha, Bagé, RS, Ano II, nº 2, 1995.

- ROGERS, Carl. **Tornar-se pessoa**. Lisboa/Portugal: Livraria Martins Fontes. 1973
- ROMANOWSKI, Joana Paulin; TEODORA ENS, Romilda. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação . **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n. 19, p. 37 – 50, set./dez. 2006.
- SAAVEDRA, Miguel de Cervantes. **Dom quixote**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3ª ed. – Porto Alegre: ArtMed, 2000.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado-cultura da memória e guinada subjetiva**. Tradução. Rosa Freire d’Aguar. São Paulo: Companhia das Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2007.
- SARTRE, Jean-Paul. Que é a literatura? 2ª ed. - São Paulo: Editora Ática, 1993.
- SCOTT, Joan Wallach. “Experiência”- tornando-se visível. Disponível em https://historiacultural.mpbnet.com.br/feminismo/Joan_Scote-Experiencia.pdf Acesso em 20 out 2022
- SCOTT, Joan Wallach. A invisibilidade da experiência. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/11183> Acesso em 20 out 2022
- SELIGMANN-SILVA, Marcio. (Org). **História, memória, literatura. O testemunho na era da catástrofe**. Campinas/São Paulo: Unicamp, 2003.
- SILVA, Martinho. O que a reforma psiquiátrica brasileira produziu? Sobre tecnologias psicossociais e categorias antimanicomiais. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 5, n. 2, p. 57-68, 2013.
- SOUZA, Elizeu Clementino de. (Org.) **Autobiografias, histórias de vida e formação**: pesquisa e ensino; Prefácio Maria Helena Menna Barreto Abrahão. –Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
- SOUZA, Marcela Tavares de; SILVA, Michelly Dias; CARVALHO, Rachel de. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein**, Morumbi, v. 8, n. 1, p. 102-106, 2010.
- TESTA, Mário. **Pensar em saúde**. Tradução de Walquiria Maria Franke Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.
- THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**: teoria social da crítica na era dos meios de comunicação de massa. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes, 1995
- TRANCHINA, Paolo. (Org.). **A desinstitucionalização psiquiátrica na Itália**: um processo de aquisição coletiva de cidadania – A loucura na história Paulo Amarante. Rio de Janeiro, LAPS/ENSP/FIOCRUZ, 2000.
- VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault & a Educação**. 2º ed. 1ª reimp. – Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- VIGOTSKY, Lev Semenovich. **Psicologia Pedagógica**. Tradução do russo e introdução de Paulo Bezerra. 2ª ed. – São Paulo: Martins fontes, 2004.

VIGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. – 7ª ed. – São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZWEIG, Stefan. **Autobiografia:** o mundo de ontem: memórias de um europeu. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Zahar, 2014.